

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

FINAL TRIÊNIO 2018-2020
EXERCÍCIO 2020

Comissão Própria de Avaliação – CPA

PALMAS – TO
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

Reitor
Antônio da Luz Júnior

Chefe de Gabinete do Reitor
Milton Maciel Flores Júnior

Pró-Reitora de Ensino
Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-Reitora de Extensão
Gabriela de Medeiros Cabral

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-Reitor de Administração
Octaviano Sidnei Furtado

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Marilene Dantas Sepúlveda

Diretora de Comunicação
Andressa Lunna de Jesus

Diretora de Gestão de Pessoas
Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor de Infraestrutura
Danilo Gomes Martins

Diretor de Tecnologia da Informação
Kleyton Matos Moreira

Diretor-Geral do Campus Araguaína
Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-Geral do Campus Araguatins
Josafá Carvalho Aguiar

Diretor do Campus Avançado Formoso do Araguaia
Manoel Delintro de Castro Neto

Diretor do Campus Avançado Lagoa da Confusão
Jardel Barbosa dos Santos

Diretora do Campus Avançado Pedro Afonso
Miriam Peixoto Soares da Silva

Diretor-Geral do Campus Colinas do Tocantins
Iomar Lima Lago

Diretor-Geral do Campus Dianópolis
Pietro Lopes Rêgo

Diretor-Geral do Campus Gurupi
Marcelo Alves Terra

Diretor-Geral do Campus Palmas
Wendell Eduardo Moura Costa

Diretor-Geral do Campus Paraíso do Tocantins
Flávio Eliziário de Souza

Diretor-Geral do Campus Porto Nacional
Edilson Leite de Sousa

Comissão instituída inicialmente pela Portaria nº 1227/2018/REITORIA/IFTO, de 16 de outubro de 2018, reconstituída pela Portaria nº 389/2019/REI/IFTO, de 8 de março de 2019, alterada pela Portaria nº 77/2021/REI/IFTO de 03 de fevereiro de 2021 e reconstituída pela Portaria nº 170/2021/REI/IFTO de 08 de março de 2021.

Segmento Docente:

Cleber Decarli de Assis – Reitoria – Presidente

Segmento Técnico-Administrativo:

Jussara Maysa Silva Campos – Reitoria

Segmento Discente:

Luiz Carlos Pereira da Luz – Reitoria

Sociedade Civil Organizada:

Luith da Silva Mota

Responsáveis pela elaboração do relatório:

Segmento Docente:

Cleber Decarli de Assis – Reitoria – Presidente

Moises Laurence de Freitas Lima Junior – Campus Araguatin

Lista de Figuras

Figura 1: Régua de Satisfação – Escala de Likert.....	17
Figura 2:Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.....	18
Figura 3:Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.....	19
Figura 4:Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.....	20
Figura 5: Políticas de Atendimento aos Discentes. Fonte: CPA 2021.....	21
Figura 6:Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.	22
Figura 7: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021	22
Figura 8: Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.....	23
Figura 9: Política de Atendimento aos Discentes. Fonte: CPA 2021.	24
Figura 10: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.	25
Figura 11: Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.....	26
Figura 12: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.	26
Figura 13: Vista do site da CPA do IFTO. Fonte: http://www.ifto.edu.br/ifto/comissoes/cpa	27
Figura 14: Percentual de adesão ao longo do triênio 2018-2020. Fonte: CPA 2021.....	31

Lista de Quadros

Quadro 1: Ações realizadas pela PROPI / IFTO	32
Quadro 2: Ações realizadas pela PROEN / IFTO.....	35
Quadro 3: Ações realizadas pela PROAE / IFTO.....	37
Quadro 4: Ações realizadas pela PROAE / IFTO.....	42

Lista de Tabelas

Tabela 1: Participantes da pesquisa	15
Tabela 2: Análise de confiabilidade dos questionários aplicados usando o coeficiente de Cronbach (α)	18
Tabela 3: Percentual de Adesão a Autoavaliação 2020.	28
Tabela 4: Comparação dos anos dentro do ciclo avaliativo 2018-2020.	31

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO.....	7
2.1 Objetivo Geral	7
2.2 Objetivos Específicos.....	7
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
3.1 Descrição das unidades	9
3.1.1 Reitoria	9
3.1.2 Campus Araguaína	9
3.1.3 Campus Araguatins.....	10
3.1.4 Campus Colinas do Tocantins	10
3.1.6 Campus Gurupi	11
3.1.7 Campus Palmas.....	11
3.1.8 Campus Paraíso do Tocantins.....	12
3.1.9 Campus Porto Nacional	12
3.1.10 Campus Avançado Lagoa da Confusão.....	13
3.1.11 Campus Avançado Pedro Afonso.....	13
3.1.12 Campus Avançado Formoso do Araguaia.....	13
4. METODOLOGIA.....	14
4.1 Metodologia da pesquisa.....	14
4.2 A Técnica e o Instrumento de Pesquisa.....	16
5. RESULTADOS	17
5.1 Percepção dos Discentes a Autoavaliação	18
5.2 Percepção dos Docentes a Autoavaliação	21
5.3 Percepção dos Técnicos-Administrativos a Autoavaliação	24
6. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	27
6.1 Formas de divulgação dos resultados	27
6.2 Dificuldades e facilidades encontradas ao longo do processo	27
7. PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	29
8. RELAÇÃO DOS EIXOS DE AVALIAÇÃO INTERNA COM O PDI: TRIÊNIO	
2018-2020	31
8.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação).....	31
8.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição)	32
8.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Discentes)	32
8.4 Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira)	39
8.5 Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física)	42
9. VERSÃO DO RELATÓRIO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
ANEXO	45

1. INTRODUÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes envolvidos em todo o processo. Assim ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social (SINAES, 2004).

No processo de avaliação das instituições, está incluída a avaliação interna ou autoavaliação, que tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES, 2004).

Por meio da identificação das fragilidades e das potencialidades da instituição, nas dez dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004, esta *autoavaliação* é um importante instrumento para a tomada de decisão, pois contém um relatório abrangente com análises, críticas e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino.

Considerando que a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual se constrói o conhecimento sobre sua própria realidade, este relatório permite conhecer a compreensão da comunidade interna quanto aos significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, as informações coletadas com os docentes, técnicos administrativos, discentes do ensino superior foram sistematizadas e analisadas coletivamente, desvendando formas de organização, administração e ação e identificando pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, para estabelecer estratégias de superação de problemas.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA do IFTO conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade do IFTO e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de

membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização foram objeto de regulação própria aprovadas pelo Conselho Superior, órgão colegiado máximo da instituição.

Neste sentido, a avaliação institucional tem sido realizada anualmente pela CPA em parceria com as comissões locais de cada *campus*, que em sua composição possuem membros representantes dos segmentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil e que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade interna e externa, à Reitoria e ao Ministério da Educação. Os atuais representantes da CPA do IFTO foram nomeados pelas Portarias nº 77/2021/REI/IFTO, de 03 de fevereiro 2021 e 170/2021/REI/IFTO, de 08 de março de 2021.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes da participação e interesse da comunidade, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

As dimensões consideradas neste processo de avaliação institucional foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º. Nesta avaliação, que compreende o Relatório Final do triênio 2018-2020, utilizou-se como base o ano de 2020 e foram avaliadas pelos seguimentos discentes, docentes e técnicos administrativos as dimensões 2, 4 e 9 relativas ao Eixo 3, Políticas Acadêmicas, que envolvem, respectivamente: as Políticas para Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; e Política de Atendimento ao Discente.

A definição de avaliação apenas do Eixo 3, em desacordo com o Plano de Ação do triênio 2018-2020, deu-se pelas limitações impostas graças a Pandemia da COVID-19. Destaca-se também que os demais eixos foram avaliados nos anos de 2018 e 2019.

Antes do período de coleta de dados a CPA participou de reuniões com Colégio de Dirigentes do IFTO (Codir), Consup e demais segmentos da instituição para sensibilização quanto à importância do envolvimento e participação de toda a comunidade no processo de autoavaliação, destacando também a relevância deste relatório para a avaliação dos cursos de graduação da instituição.

Especificamente nos campi do IFTO, as comissões locais da CPA realizaram um trabalho de divulgação e esclarecimentos, junto à comunidade interna, sobre o processo de autoavaliação que a CPA conduziria.

Para realizar a etapa de coleta de informações, foram apresentados à comunidade questionários para três categorias: discente do ensino superior, docente e técnicos

administrativos. Os questionários foram diferenciados em algumas questões, levando-se em consideração o contexto específico de cada segmento avaliado.

Após a coleta, os dados foram tabulados, gerando tabelas e gráficos que refletem estatisticamente o que pensa cada segmento da comunidade acerca da atual situação do IFTO. O trabalho de consolidação do presente relatório só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Objetivo Geral

Avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, com base nos dados e análises produzidos nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a percepção da comunidade interna em relação à autoavaliação institucional do IFTO;
- Analisar as informações coletadas identificando as potencialidades, aspectos com conceitos mínimos e fragilidades ou aspectos que requerem melhorias da instituição e dos cursos;
- Conferir publicidade às informações coletadas e analisadas pela CPA;
- Oferecer sugestões à gestão dos *campi* e Reitoria de forma a subsidiar as tomadas de decisões para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Sistema de Educação Profissional no Brasil efetuou reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico. Nessa perspectiva, tem-se buscado um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante para o desenvolvimento sustentável dos Estados, mediante assinatura e execução de cláusulas

conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

A história dos Institutos Federais tem início em 23 de setembro de 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, que se destacou, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional. A partir dessas unidades de ensino, foram criadas as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu art. 5º, determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: ... XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins”, equiparando-os às universidades federais.

Adiciona ainda o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, estimula a pesquisa, a produção cultural e a extensão vinculada à responsabilidade social e o vínculo direto com a melhoria do ensino médio. Estabelece o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos integrados de nível médio, 20% para as licenciaturas e 30% para outras ofertas, cuja Missão e Visão Institucional são dispostas em seu Estatuto, conforme segue:

Missão do IFTO

Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Visão do IFTO

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável”.

Atualmente o Instituto Federal do Tocantins é composto pelas seguintes unidades: Reitoria, que se localiza em Palmas, Campus Araguaína, Campus Araguatins, Campus Avançado Formoso do Araguaia, Campus Avançado Lagoa da Confusão, Campus Avançado Pedro Afonso, Campus Colinas do Tocantins, Campus Dianópolis, Campus Gurupi, Campus

Palmas, Campus Paraíso do Tocantins e Campus Porto Nacional. A descrição da Reitoria, bem como das onze Unidades seguem apresentadas conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (2020-2024).

3.1 Descrição das unidades

3.1.1 Reitoria

Localizada na cidade de Palmas – TO, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO é o órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, as quais estão sediadas nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.

A Reitoria do IFTO tem, entre suas principais funções, programar, desenvolver e acompanhar políticas educacionais, administrativas, de desenvolvimento tecnológico e de ação social, além de gerenciar e supervisionar a gestão sistemática do Instituto Federal do Tocantins, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas, como também as normas e leis que normatizam sua atividade; também é sua função planejar o futuro, ouvindo sempre as comunidades interna e externa, nas quais se incluem discentes, egressos, docentes, técnicos administrativos, sociedade e governo, considerados público-alvo.

A Reitoria é o órgão administrativo superior do IFTO, subordinado ao Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo do Instituto Federal do Tocantins. O reitor do IFTO ocupa o cargo por quatro anos. Sua seleção é realizada por meio de consulta à comunidade, respeitada a paridade eleitoral. A Reitoria abrange o Gabinete do Reitor, a Diretoria de Comunicação – DICOM, a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a Diretoria de Infraestrutura – DINFRA, a Pró-Reitoria de Administração – PROAD, a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPI e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE.

3.1.2 Campus Araguaína

O *Campus Araguaína*, do IFTO, faz parte da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e agregou o Centro de Educação Profissional de Araguaína do Tocantins, construído a partir de um convênio celebrado entre a

Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Tocantins e o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC.

O *campus* está situado no município de Araguaína, cidade polo da Microrregião de Araguaína, no Norte do Tocantins, composta por 17 municípios (FIG. 1), na grande depressão formada pelo Vale do Rio Araguaia. A área territorial total do município é de 4.000,416 km² e a população estimada é de 164.093 mil/hab (IBGE/2010).

Atualmente, o *campus* atende cerca de 850 estudantes distribuídos nos cursos técnico integrado ao ensino médio em Informática e Biotecnologia; curso de formação inicial e continuada em operador de computador integrado ao ensino médio – PROEJA; curso Técnico em Enfermagem, curso técnico em Análises Clínicas; e curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o curso de Tecnologia em Gestão da Produção Indústria.

3.1.3 Campus Araguatins

O Campus Araguatins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Agrotécnica Federal de Araguatins – EAFA, tendo sido criada pelo Decreto nº 91.673, de 20 de setembro de 1985. A partir da Lei nº 11.892/2008, a unidade teve aumento gradativo no seu número de estudantes.

Em função desse aumento do número de estudantes, foram construídos laboratórios de Biologia, Química, Física, Microscopia, bloco com 24 salas de aula, bem como uma reforma de ampliação no setor de Biblioteca. Com foco nos cursos de Agropecuária e Informática, a unidade é referência na oferta do ensino técnico, tecnológico e superior para a microrregião do Bico do Papagaio, assim como para os Estados circunvizinhos: Maranhão e Pará.

3.1.4 Campus Colinas do Tocantins

O Campus Colinas do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto de 2011. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A implantação da unidade em Colinas do Tocantins partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município. Os

indicadores econômicos e populacionais assinalados pela população colinense apontaram para o eixo Agropecuário. Atualmente, oferta cursos técnicos nas áreas de Agropecuária e Informática, além dos seguintes cursos superiores: Bacharelado em Engenharia Agrônômica e Licenciatura em Computação, e especialização em Agropecuária Sustentável.

3.1.5 Campus Dianópolis

O Campus Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, está situado na mesorregião Sudeste do Estado do Tocantins, que é composta por 20 municípios. A unidade teve seu funcionamento autorizado mediante a Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade apresenta vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 hectares, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecida como Instituto de Menores de Dianópolis. Aliado ao potencial agrário, destaca-se também na área de Informática.

3.1.6 Campus Gurupi

O Campus Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário de Gurupi – UNIRG, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000 m². A unidade encontra-se em funcionamento desde o dia 20 de setembro de 2010. Atualmente oferta cursos técnicos e superiores nas áreas de Administração, Agronegócio, Artes e Construção Civil; ainda oferece a especialização em Arte Educação.

Além disso, oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho. A unidade desenvolve ainda diversas atividades de Extensão e Pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento social.

3.1.7 Campus Palmas

O Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Técnica Federal de Palmas (ETF Palmas), tendo sido oficialmente inaugurada em abril de 2003.

A unidade é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e região e ocupa uma área de 128.508,38 m². Oferta cursos de pós-graduação lato sensu, bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, técnicos nas modalidades subsequente, integrado ao ensino médio e Educação a Distância – EaD, e PROEJA. Além disso, também oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho.

3.1.8 Campus Paraíso do Tocantins

O Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, oficialmente inaugurada em novembro de 2007 e vinculada à Escola Técnica Federal de Palmas.

A unidade tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

3.1.9 Campus Porto Nacional

O Campus Porto Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, com início das atividades em 2 de agosto do mesmo ano. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 102, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade busca possibilitar à região o desenvolvimento socioeconômico, por meio de cursos profissionalizantes e de cursos superiores, abrangendo, inclusive, a formação de docentes. As áreas dos cursos são: Administração, Informática, Logística, Meio Ambiente e Vendas, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que concorre para sua conquista profissional em excelência e denota as funções típicas desta instituição em promover o desenvolvimento social.

3.1.10 Campus Avançado Lagoa da Confusão

O Campus Avançado Lagoa da Confusão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, começou as atividades em 30 de julho de 2014. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC, e, nesse início, foram ofertados dois cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

A unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática. Além disso, é ofertado o Bacharelado em Engenharia Agrônômica, que foi concebido segundo as necessidades e demandas do município e região, uma vez que esse é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Lagoa da Confusão.

3.1.11 Campus Avançado Pedro Afonso

O Campus Avançado Pedro Afonso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto. Em junho de 2014, o governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações para o IFTO. A unidade teve o funcionamento autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática. No intuito de atender aos pedidos da comunidade local e região, foi implantado o bacharelado em Engenharia Agrônômica, que é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Pedro Afonso. O curso atende também às demandas dos Arranjos Produtivos Locais – APLs do município e região.

3.1.12 Campus Avançado Formoso do Araguaia

O Campus Avançado Formoso do Araguaia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, iniciou as atividades no primeiro semestre de 2014. A Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, do Ministério da Educação – MEC, autorizou o funcionamento da unidade, que inicialmente ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Até o presente momento, a unidade disponibiliza dois cursos técnicos subsequentes: Agricultura e Informática, além do desenvolvimento de vários cursos de Formação Inicial e Continuada –

FIC e Extensão, que são ofertados conforme os Arranjos Produtivos Locais – APLs, promovendo o fortalecimento do município e região

4. METODOLOGIA

A região Norte do Brasil, em sua organização política e administrativa, está dividida em sete Estados, sendo um deles o Estado do Tocantins, o mais novo da federação, cuja capital é Palmas. Nesse Estado está localizada a instituição de ensino superior nas quais se encontram os docentes, técnicos administrativos em educação – TAEs, discentes e comunidade externa que participaram do presente estudo.

O IFTO é uma instituição pública de ensino técnico e superior, com sede administrativa na cidade de Palmas – Tocantins. O IFTO possui diversos *campi* distribuídos nas cidades de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional. Com exceção do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, todas as unidades oferecem cursos superiores à comunidade.

A amostra da pesquisa foi constituída a partir do quadro de docentes, TAEs e discentes, que atuam nos cursos ofertados no IFTO, conforme apresentadas na Tabela 2.1, que responderam ao questionário disponibilizados no período de 15 de março a 22 de março de 2021.

4.1 Metodologia da pesquisa

A metodologia adotada para avaliação da instituição foi a aplicação de questionário aos integrantes da comunidade. Esse formulário foi disponibilizado eletronicamente por meio de links encaminhados ao e-mail institucional de todos os servidores e como mensagem no sistema acadêmico, de forma a alcançar todos os discentes do IFTO, conforme segue: docentes (<https://forms.gle/F2b1wkZ6BN9NyAmu8>); TAE (<https://forms.gle/LX8XDijrM8VnmbSd9>); e discentes (<https://forms.gle/TfgJSA9TiirshLZ36>).

Em relação a divulgação do período de autoavaliação institucional, o setor de jornalismo da reitoria publicou uma matéria no dia 15 de março de 2021, conforme o link <http://portal.iftto.edu.br/noticias/cpa-disponibiliza-formularios-para-avaliacao-institucional-interna>, informando acerca dos prazos e da importância da autoavaliação. Estas notícias também foram encaminhadas a lista de e-mails dos servidores convidando-os a participarem.

Além disto, a CPA também encaminhou a todos os discentes, por meio do sistema acadêmico (SIGA-EPCT-11.1), notificações alertando-os do prazo e da importância de sua participação. A síntese da população e da amostra da nossa pesquisa envolvendo todos os segmentos podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Participantes da pesquisa

Nº	Unidade	Discentes do Ensino Superior		Docentes		Técnicos-Administrativos	
		População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
1	Araguaína	207	126	75	35	48	22
2	Araguatins	495	242	56	47	109	46
3	Colinas	203	25	42	19	31	15
4	Dianópolis	325	59	37	31	31	20
5	Formoso do Araguaia	30	23	18	13	10	9
6	Gurupi	370	104	46	23	42	21
7	Lagoa da Confusão	117	12	14	4	10	4
8	Palmas	2306	327	229	98	108	17
9	Paraíso do Tocantins	633	69	65	42	45	28
10	Pedro Afonso	113	86	14	7	12	7
11	Porto Nacional	468	59	57	25	45	14
12	Reitoria	0	0	0	0	97	43
Total		5237	1132	653	344	588	246

Fonte: SISTEC Março/2021 e acervo do pesquisador.

Segundo os dados apresentados na Tabela 1 a avaliação teve adesão de 21,62% no segmento discente, 52,68% no segmento docente e 41,84% no segmento dos técnicos-administrativos.

4.2 A Técnica e o Instrumento de Pesquisa

Nesta pesquisa recorreremos à técnica do inquérito, utilizando para tanto o instrumento denominado como questionário. Visando ao sigilo necessário à pesquisa científica, não foi solicitada aos participantes a identificação nominal.

Conforme citado anteriormente, a autoavaliação institucional foi realizada utilizando como base um instrumento específico para cada um dos três segmentos: docente, discente e TAE. O instrumento utilizado, tomou como base o questionário utilizado nos anos anteriores.

Para tornar o questionário mais direto e de fácil entendimento as respostas organizadas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondem a: 0 (zero) – Não sei ou não se aplica; 1 (um) – Muito ruim; 2 (dois) – Ruim; 3 (três) – Razoável; 4 (quatro) – Bom e 5 (cinco) – Excelente.

Os questionários foram estruturados de acordo com as dimensões preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e organizados conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Na etapa final, foi abordado o Eixo 3 de Políticas Acadêmicas para os segmentos discente, docente e técnicos administrativos

Para este ciclo avaliativo a CPA da utilizou-se de duas técnicas para analisar as informações colhidas na Avaliação Institucional.

Usou-se o coeficiente de Cronbach (α) para mensurar e estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. Em que o alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, conforme Equação 1.

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right) \quad \text{Equação 1}$$

Onde:

k – correspondente ao número de itens do questionário;

s_i^2 – correspondente à variância de cada item;

s_t^2 – correspondente à variância total do questionário, determinada como a soma de todas as variâncias.

Segundo Hair *et al.* (2005) esse procedimento é utilizado para avaliar a confiabilidade da escala que fornece indicação sobre a consistência interna dos itens que mensuram o mesmo construto, sendo o nível mínimo de aceitação recomendado do Alpha de Cronbach é de 0,7.

Segundo Smith (2015) esta estatística é a mais utilizada para se testar a confiabilidade de instrumentos, sobretudo, os recentemente desenvolvidos.

A outra técnica utilizada foi a análise dos resultados através da escala tipo Likert (Figura 1), que tem um poder de captação do real ainda mais significativo. Desta forma, pode-se ressaltar os estudos que permeiam a elaboração de instrumentos de coleta de dados, como a ordem das questões, a sua formulação e a disposição no questionário, contribuem no processo de reflexão acerca das questões metodológicas, que são uma demanda constante na Gestão Estratégica das IES.

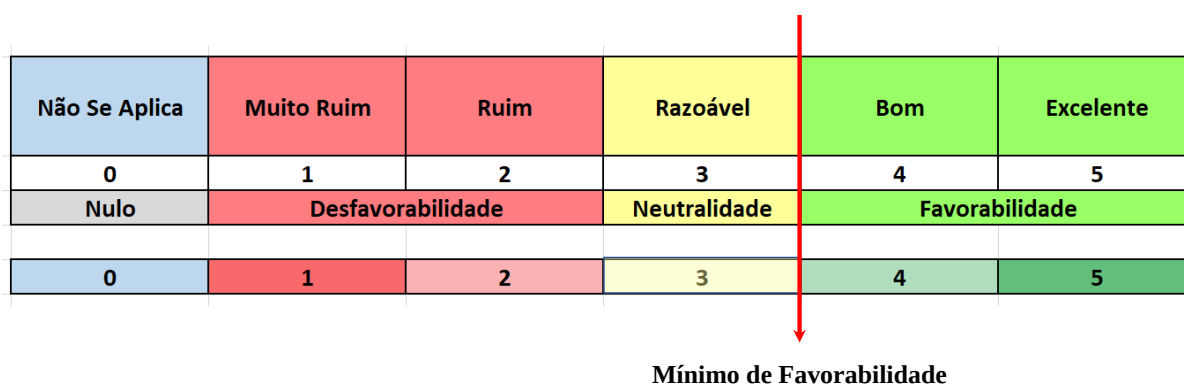


Figura 1: Régua de Satisfação – Escala de Likert.

O Índice de Satisfação – IS será medido através da adoção de margens para atuações em três estágios de tempos. A Saber:

- Plano de Ação Imediato: Quando o IS estiver no intervalo de $1 \leq IS \leq 2.9$;
- Plano de Ação Médio Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $3 \leq IS \leq 3.9$;
- Plano de Ação Longo Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $4 \leq IS \leq 4.9$;

5. RESULTADOS

Conforme mostra a Tabela 2, com os valores de *alfa* de Cronbach, a confiabilidade dos questionários aplicados para os segmentos da avaliação, de forma geral, foi satisfatória. Nota-se uma maior homogeneidade no segmento Discente. No que tange ao segmento Técnico-Administrativo torna-se necessária a revisão das questões relativas à Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade, visto que o valor de “ α ” foi de 0,534. Neste quesito será necessária uma revisão nos modelos de questões, assim como, na quantidade de questões propostas para esta dimensão.

Tabela 2: Análise de confiabilidade dos questionários aplicados usando o coeficiente de Cronbach (α)

Segmentos	EIXO 3 – Políticas Acadêmicas		
	Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	Comunicação com a Sociedade	Política de Atendimento ao Discente
Discente	0,988	0,949	0,996
Docente	0,932	0,801	0,979
Técnico Administrativo	0,883	0,534	0,952

5.1 Percepção dos Discentes a Autoavaliação

Com relação a autoavaliação, o Índice de Satisfação (IS) geral desse eixo foi de 3,9, sendo que o indicador que obteve o maior índice fora o de “O Coordenador do Curso atende bem os acadêmicos?” (IS= 4,4) e o de menor “A facilidade ao acesso à projetos de pesquisa” (IS= 3,3).

5.1.1 Percepção dos Discentes sobre a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão)

O segmento discente avaliou a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) com um IS Geral de 3,8 (Figuras 2 e 3), abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0, o que leva a necessidade de um plano de ação de médio prazo.

Ressalta-se que com exceção dos indicadores 24, 25 e 27, todos os demais estão abaixo do mínimo de favorabilidade. O que torna tais índices foco de atenção para os planos de ação.

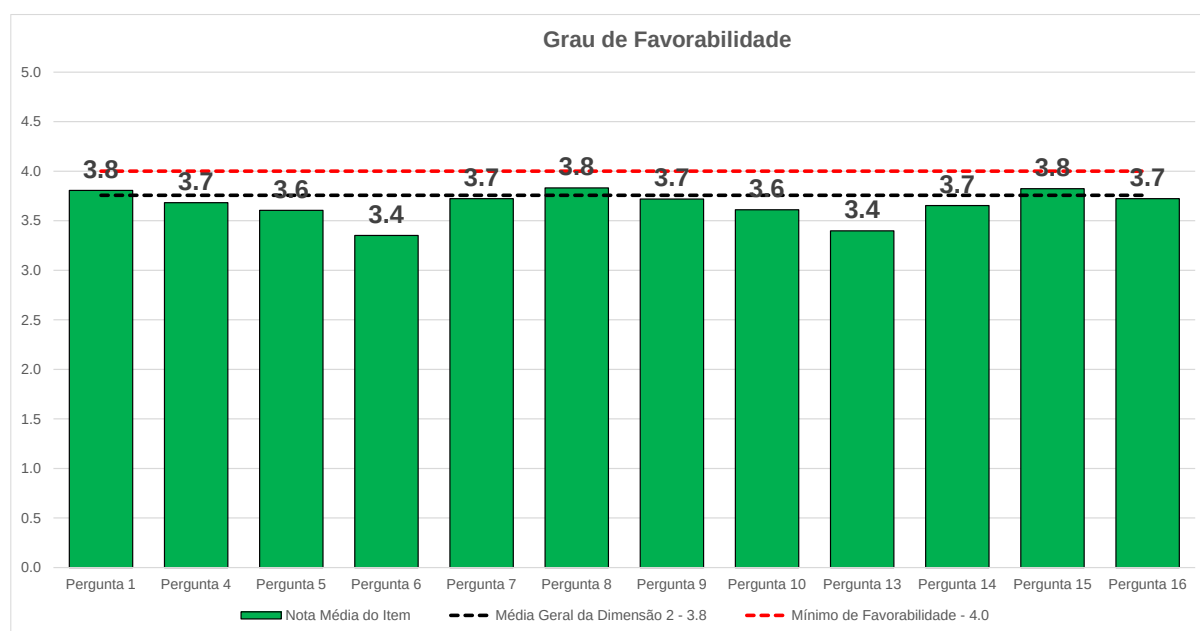


Figura 2: Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 1 - A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus; Pergunta 4 - A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas; Pergunta 5 - A democratização do acesso às bolsas dos programas de iniciação científica; Pergunta 6 - A facilidade ao acesso à projetos de pesquisa; Pergunta 7 - O interesse docente por atividades de pesquisa; Pergunta 8 - A contribuição das atividades de extensão para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus; Pergunta 9 - A articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas; Pergunta 10 - A democratização do acesso às bolsas dos projetos de extensão; Pergunta 13 - A facilidade ao acesso à projetos de extensão; Pergunta 14 - O interesse docente por atividades de extensão; Pergunta 15 - Os processos de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs); Pergunta 16 - As atividades de estágio curricular e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;

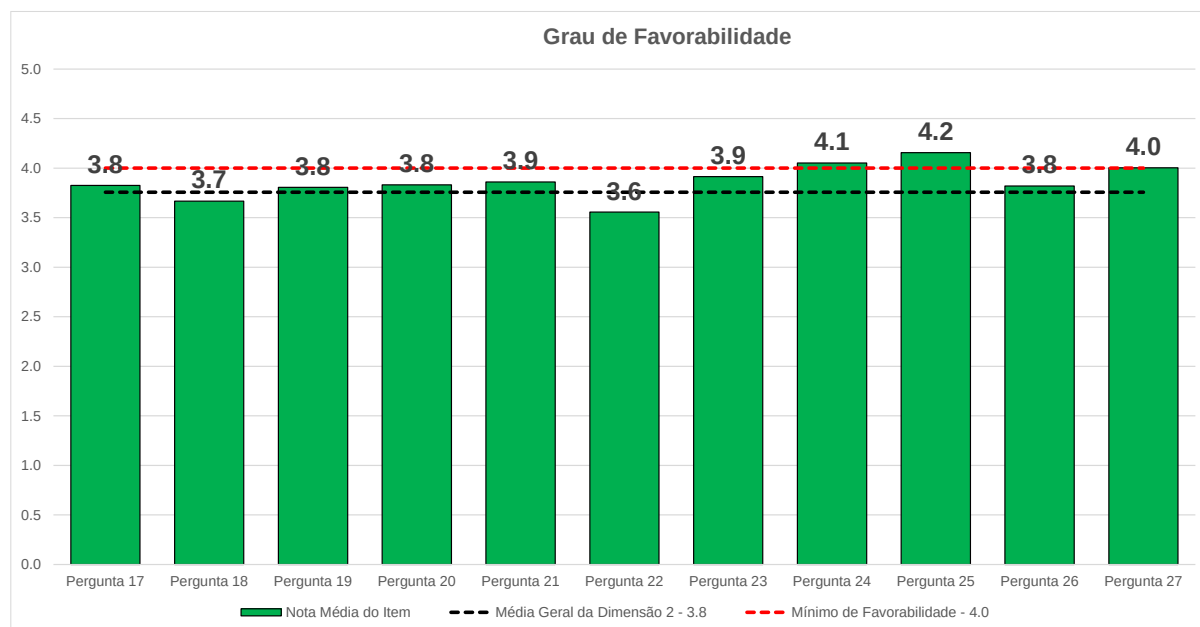


Figura 3: Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. **Fonte:** CPA 2021.

Legenda: Pergunta 17 - Os conteúdos científicos e culturais do curso; Pergunta 18 - As atividades práticas do curso; Pergunta 19 - A metodologia das aulas; Pergunta 20 - O uso de ambientes virtuais de aprendizagem (Moodle e Google Classroom); Pergunta 21 - A relação dos livros disponíveis na biblioteca com o conteúdo programático das disciplinas; Pergunta 22 - O acesso às bibliografias das disciplinas de forma virtual; Pergunta 23 - A relação dos docentes com os discentes; Pergunta 24 - O comprometimento do corpo docente com o curso; Pergunta 25 - A qualificação e a atualização do corpo docente; Pergunta 26 - Os docentes propõem integração entre as disciplinas do curso; Pergunta 27 - A Coordenação do Curso fornece apoio ao processo de ensino e aprendizagem?.

5.1.2 Percepção dos Discentes sobre a dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade)

A avaliação média para a dimensão 4, que trata da Comunicação do IFTO com a sociedade, foi IS = 4,0, conforme mostra a Figura 4. Nesta dimensão o quesito com menor avaliação refere-se à atualização do Sistema Acadêmico por parte dos docentes.

Dentre os pontos de atenção a curto/médio prazo, destaca-se a comunicação interna, a sincronização do sistema acadêmico aos anseios dos discentes, além do engajamento docente em relação ao cumprimento de prazos e lançamentos no sistema acadêmico da instituição.

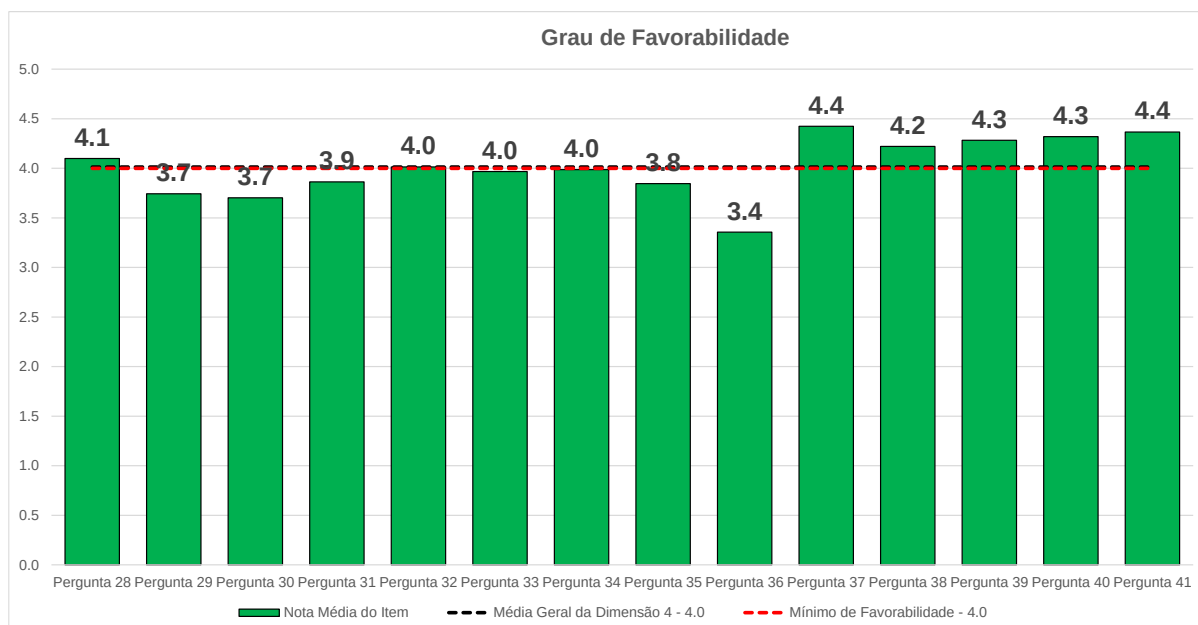


Figura 4: Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 28 - A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade; Pergunta 29 - A comunicação interna; Pergunta 30 - O serviço de Ouvidoria; Pergunta 31 - A disponibilidade de informações sobre os projetos pedagógicos dos cursos, horários de funcionamento, grades curriculares, entre outras; Pergunta 32 - Com que frequência você acessa o SIGA; Pergunta 33 - Você considera o SIGA um sistema com boa apresentação visual?; Pergunta 34 - Você considera o SIGA um sistema com boa navegabilidade?; Pergunta 35 - Você considera o SIGA um sistema com capacidade para cumprir o papel de auxiliar nas atividades educacionais?; Pergunta 36 - O SIGA é sempre atualizado pelos professores?; Pergunta 37 - Você conhece o Coordenador do Curso?; Pergunta 38 - O Coordenador de Curso está presente nas atividades do Curso?; Pergunta 39 - O Coordenador do curso é acessível aos acadêmicos?; Pergunta 40 - O Coordenador do Curso é presente na coordenação ao longo do semestre?; Pergunta 41 - O Coordenador do Curso atende bem os acadêmicos?

5.1.3 Percepção dos Discentes sobre a dimensão 9 (Política de Atendimento aos Discentes)

O segmento discente avaliou a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) com um IS Geral de 3,9 (Figuras 5), abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0, o que leva, também, a necessidade de um plano de ação de médio prazo conforme visto nas dimensões anteriores neste segmento.

De forma geral, nesta dimensão, deve ser dada atenção às políticas de incentivos à participação de projetos e eventos. Indicadores estes com IS de 3,7, avaliados nas seguintes perguntas: **43 - O incentivo à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão;** **44 - O incentivo à participação dos estudantes em congressos e eventos científicos.**

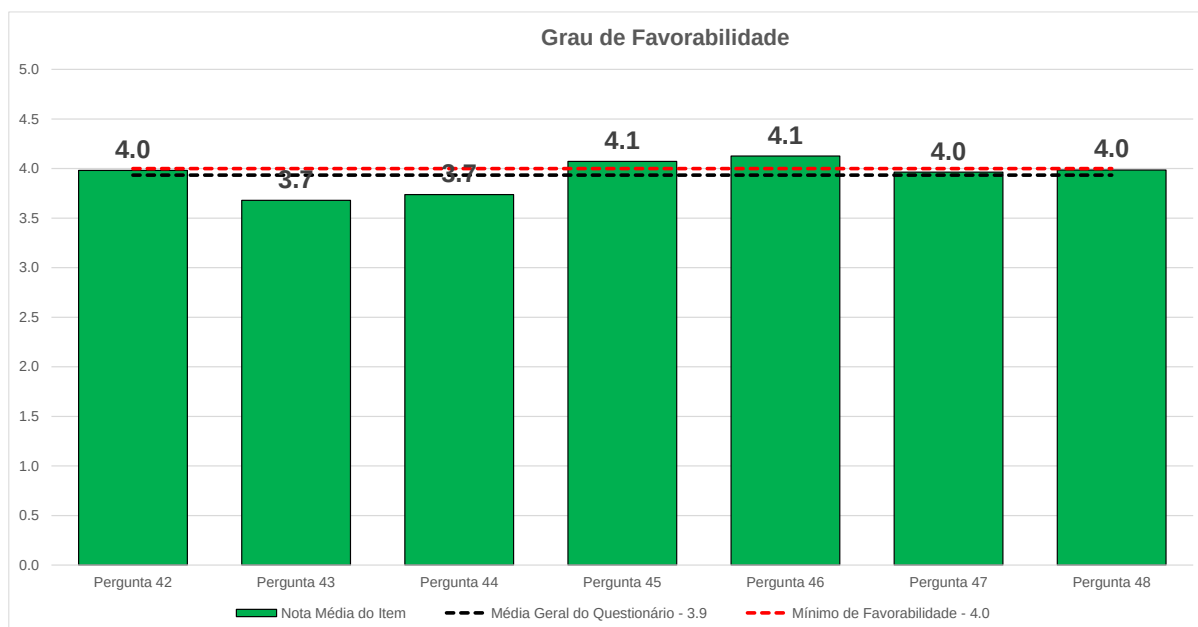


Figura 5: Políticas de Atendimento aos Discentes. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 42 - A regulamentação dos direitos e dos deveres dos estudantes; Pergunta 43 - O incentivo à participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão; Pergunta 44 - O incentivo à participação dos estudantes em congressos e eventos científicos; Pergunta 45 - O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas.; Pergunta 46 - O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil).; Pergunta 47 - A disponibilidade de informações acadêmicas aos estudantes.; Pergunta 48 - A disponibilidade de informações acadêmicas no acolhimento aos novos estudantes.

5.2 Percepção dos Docentes a Autoavaliação

O segmento docente apresentou um Índice de Satisfação Geral (IS) de 4,0 no que tange ao eixo avaliado. Sendo que o indicador que obteve o maior índice fora o de “O Coordenador do Curso é acessível aos professores do curso?” (IS= 4,7) e o de menor “Existem reclamações dos colegas em relação ao Coordenador do Curso” (IS= 3,0).

5.2.1 Percepção dos Docentes sobre a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão)

O segmento docente avaliou a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) com um IS Geral de 4,1 (Figuras 6 e 7), acima do mínimo de favorabilidade IS = 4,0, o que leva a necessidade de um plano de ação de longo prazo.

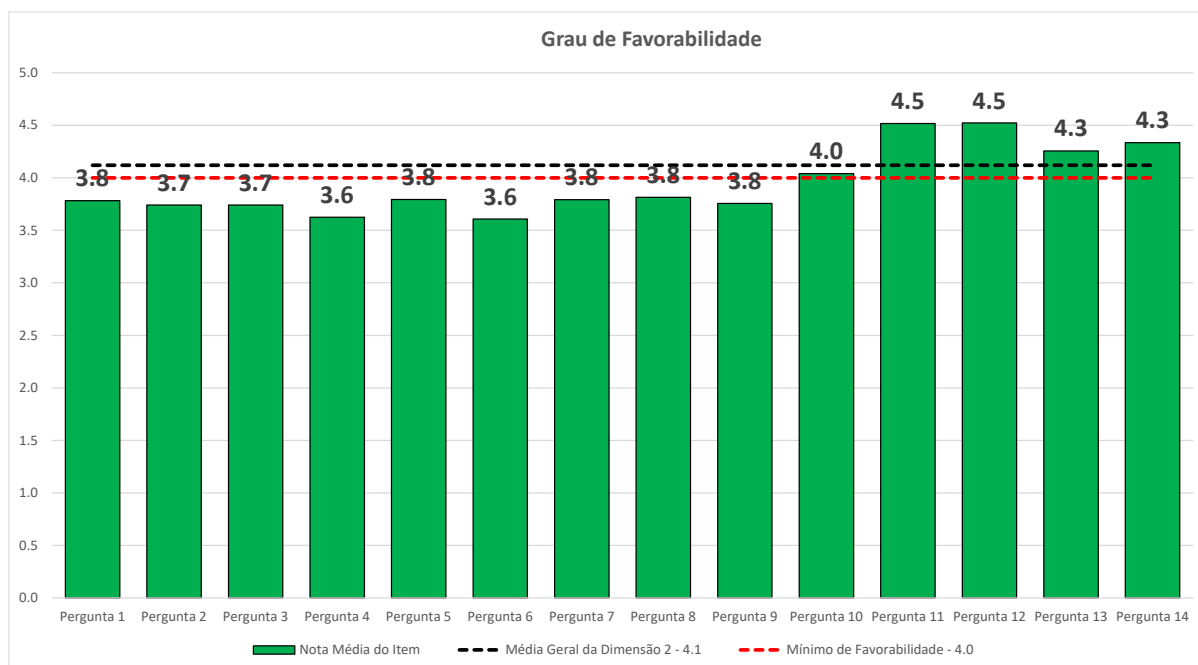


Figura 6: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 1 - A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e em torno do campus.; Pergunta 2 - As políticas (PIBIC, PIBIT, entre outros) e as práticas de pesquisa (produção científica) para a formação dos pesquisadores?; Pergunta 3 - A contribuição das atividades de extensão e de cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e em torno do campus.; Pergunta 4 - A articulação da extensão e cultura com as demais atividades acadêmicas.; Pergunta 5 - O processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).; Pergunta 6 - A integração das disciplinas do curso.; Pergunta 7 - As atividades de estágio curricular do curso.; Pergunta 8 - Os conteúdos científicos e culturais do curso.; Pergunta 9 - As atividades práticas do curso.; Pergunta 10 - A metodologia das aulas.; Pergunta 11 - Você apresenta e explica detalhadamente o plano de ensino?; Pergunta 12 - Você costuma cumprir o plano de ensino?; Pergunta 13 - O uso dos ambientes virtuais de aprendizagem.; Pergunta 14 - A relação dos discentes com os docentes.

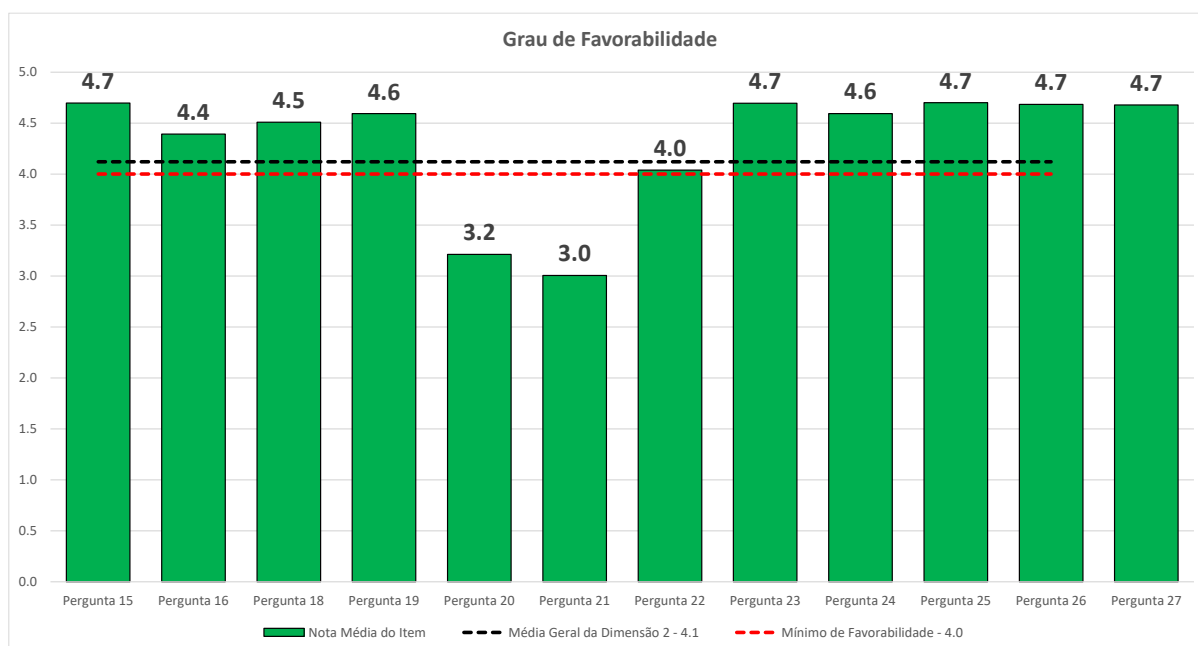


Figura 7: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021

Legenda: Pergunta 15 - Sua cordialidade e educação com os discentes.; Pergunta 16 - Consulta os alunos nas decisões sobre o andamento da disciplina?; Pergunta 18 - Você considera bom o relacionamento com a turma?; Pergunta 19 - Sua pontualidade.; Pergunta 20 - Existem reclamações dos colegas em relação a outros professores?; Pergunta 21 - Existem reclamações dos colegas em relação ao coordenador do curso?; Pergunta 22 - A integração entre o corpo docente do curso é boa?; Pergunta 23 - Você conhece o coordenador do curso?; Pergunta 24 - O Coordenador do Curso está presente nas atividades do curso?; Pergunta 25 - O Coordenador do Curso é acessível aos professores do curso?; Pergunta 26 - O Coordenador do Curso é presente na coordenação ao longo do semestre?; Pergunta 27 - O Coordenador do Curso atende bem aos acadêmicos?

5.2.2 Percepção dos Docentes sobre a dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade)

O segmento docente avaliou a dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade) com um IS Geral de 3,8, conforme mostra a Figura 8, abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0. Tal resultado indica a necessidade de um plano de ação de médio prazo para a melhoria do índice de Satisfação.

Ressalta-se que, assim como no segmento discente o pior indicador foi relativo ao sistema acadêmico utilizado pelo IFTO.

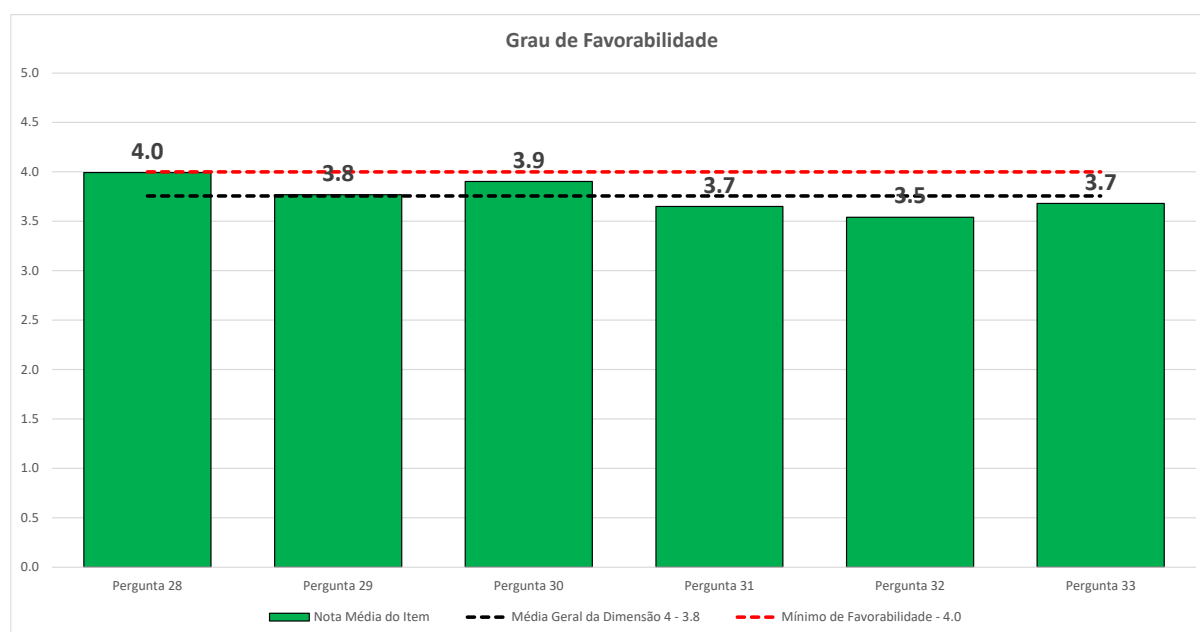


Figura 8: Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 28 - A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade.; Pergunta 29 - A comunicação interna.; Pergunta 30 - O serviço de Ouvidoria.; Pergunta 31 - Você considera o SIGA um sistema com boa apresentação visual?; Pergunta 32 - Você considera o SIGA um sistema com boa navegabilidade?; Pergunta 33 - Com que frequência atualiza o SIGA?

5.2.3 Percepção dos Docentes sobre a dimensão 9 (Política de Atendimento aos Discentes)

O segmento docente avaliou a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) com um IS Geral de 3,9 (Figuras 9), abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0, o que leva, também, a necessidade de um plano de ação de médio prazo.

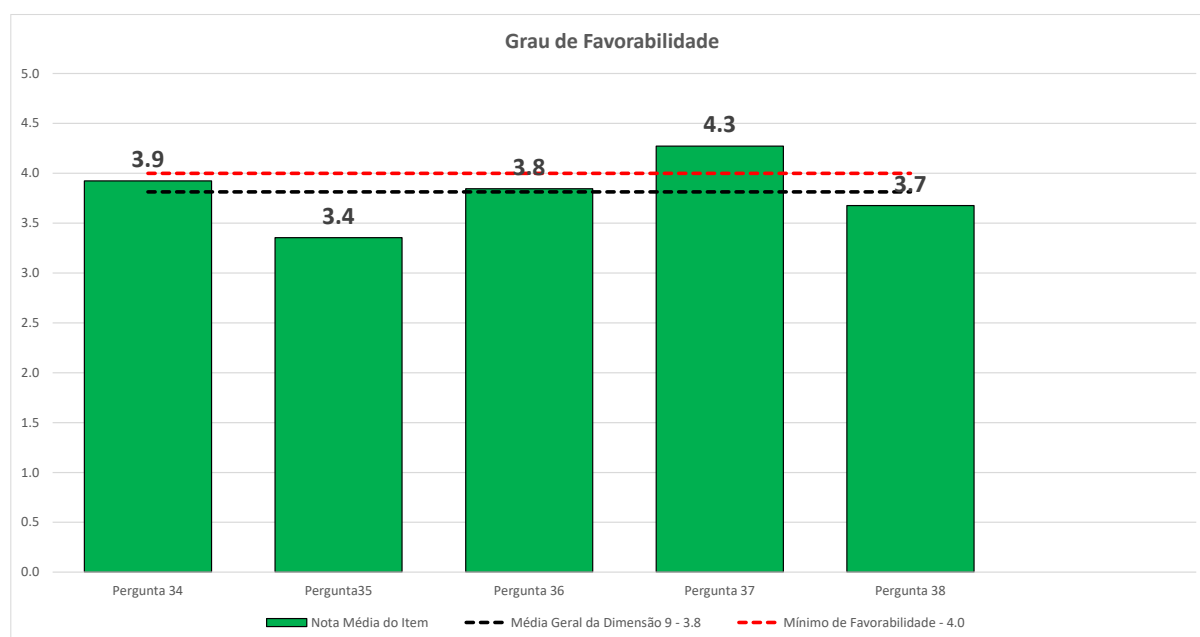


Figura 9: Política de Atendimento aos Discentes. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 34 - As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.; Pergunta 35 - O acompanhamento de egressos e sua continuidade na Instituição.; Pergunta 36 - O atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas.; Pergunta 37 - O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil).; Pergunta 37 - Você considera o SIGA um sistema com boa navegabilidade?; Pergunta 38 - As ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas.

5.3 Percepção dos Técnicos-Administrativos a Autoavaliação

O Corpo administrativo avaliou o eixo 3 (Políticas Acadêmicas) com um IS Geral de 3,6, o menor score entre todos os segmentos avaliados. Para este segmento foram avaliados 17 indicadores. Para este segmento 70,5% dos indicadores ficaram abaixo do mínimo de favorabilidade.

5.3.1 Percepção dos Técnicos-Administrativos sobre a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão)

Os técnicos-administrativos avaliaram a dimensão 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão) com um IS Geral de 3,5 (Figura 10), abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0, o que leva a necessidade de um plano de ação de médio prazo.

Ressalta-se que todos os indicadores desta dimensão ficaram abaixo do mínimo de favorabilidade.

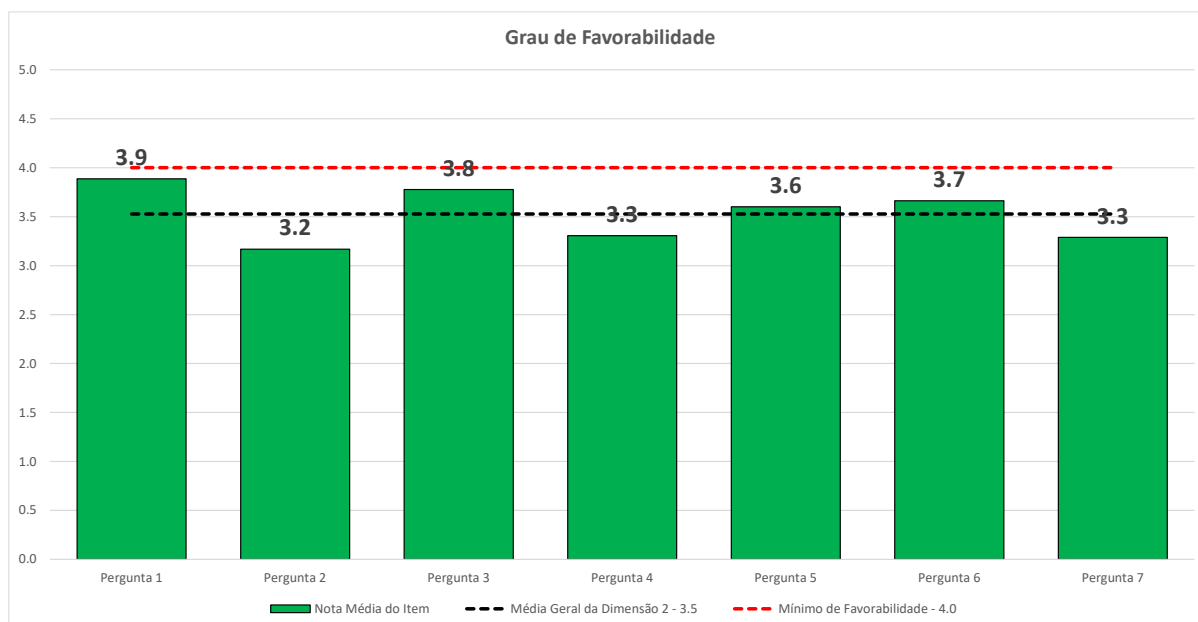


Figura 10: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 1 - A contribuição dos projetos de pesquisa para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus.; Pergunta 2 - A inserção dos técnicos nas políticas e práticas de pesquisa?; Pergunta 3 - A contribuição das atividades de extensão e cultura para o desenvolvimento socioeconômico local e do entorno do campus.; Pergunta 4 - A participação dos técnicos nas atividades de extensão e cultura da Instituição.; Pergunta 5 - A participação dos técnicos nas atividades acadêmicas.; Pergunta 6 - O processo de construção e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's).; Pergunta 7 - A interação dos técnicos na execução das aulas práticas.

5.3.2 Percepção dos Técnicos-Administrativos sobre a dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade)

O segmento dos técnicos-administrativos avaliou a dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade) com um IS Geral de 3,8, conforme mostra a Figura 11, abaixo do mínimo de favorabilidade IS = 4,0.

No que tange ao segmento Técnico-Administrativo torna-se necessária a revisão das questões relativas à Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade, visto que o valor de “ α ” foi de 0,534. Neste quesito será necessária uma revisão nos modelos de questões, assim como, na quantidade de questões propostas para esta dimensão.

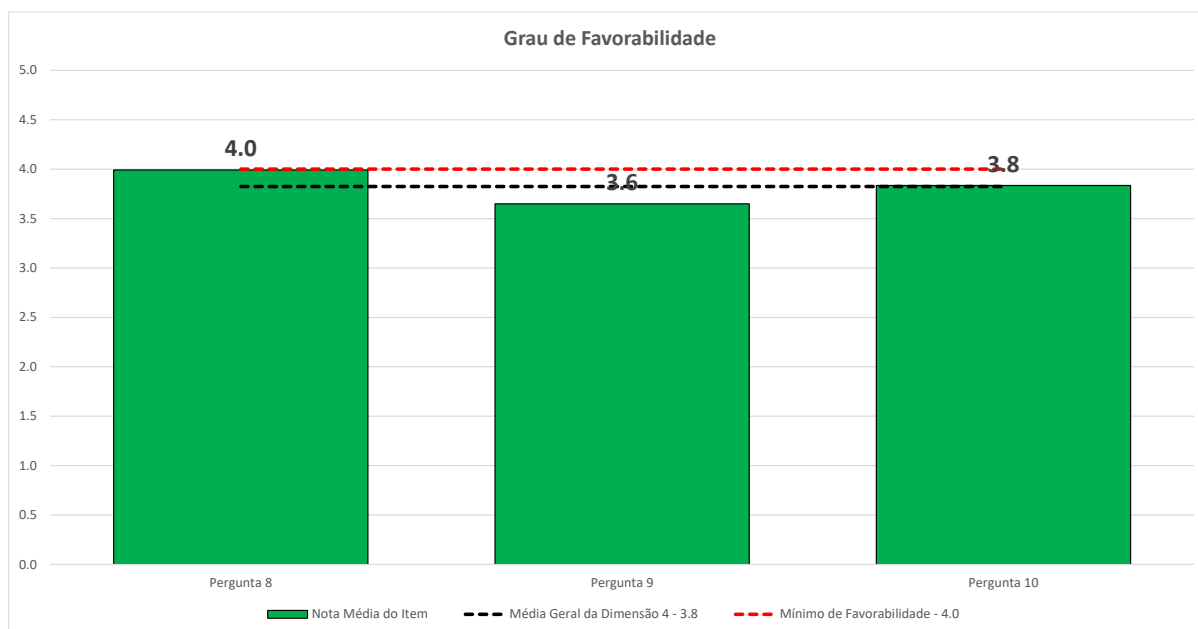


Figura 11: Comunicação com a Sociedade. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 8 - A imagem da Instituição e a comunicação com a sociedade.; Pergunta 9 - A comunicação interna.; Pergunta 10 - O serviço de Ouvidoria.

5.3.3 Percepção dos Técnicos-Administrativos sobre a dimensão 9 (Política de Atendimento aos Discentes)

O segmento dos TAE's avaliou a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) com um IS Geral de 4,0 (Figuras 12), sendo a melhor avaliação deste segmento.

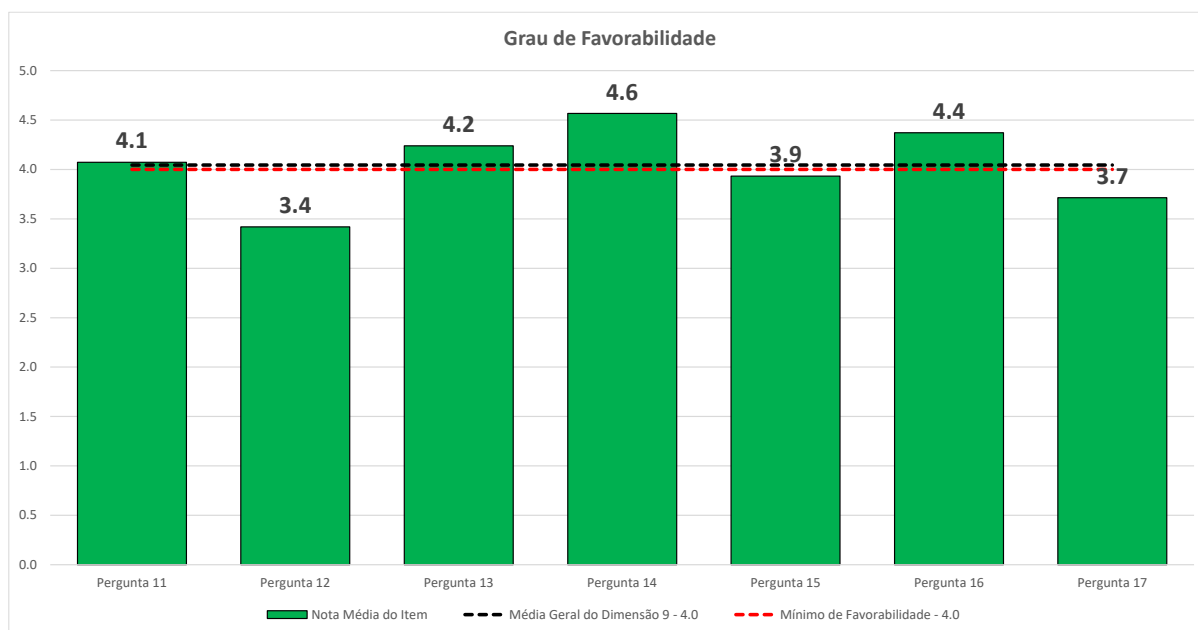


Figura 12: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Fonte: CPA 2021.

Legenda: Pergunta 11- As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes.; Pergunta 12 - O acompanhamento de egressos e sua continuidade na Instituição.; Pergunta 13 - Você recebe boas recomendações dos profissionais formados no IFTO?; Pergunta 14 - Você recomendaria um profissional formado no IFTO.; Pergunta 15 - O atendimento aos estudantes Portadores de

Necessidades Educacionais Específicas.; Pergunta 16 - O apoio a estudantes em situação econômica vulnerável (Programa de Assistência Estudantil).; Pergunta 17 - As ações de acompanhamento a estudantes com dificuldades ou altas habilidades acadêmicas.

6. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

6.1 Formas de divulgação dos resultados

Finaliza-se a avaliação interna com a elaboração e publicação deste relatório, junto ao INEP, bem como a elaboração de um seminário para a divulgação dos resultados, perante a comunidade acadêmica.

Essas informações podem servir como tomada de decisões, para que a IES faça uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, que permitirão planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de autoavaliação proporcionará não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional (INEP, 2004).

A IES disponibilizará o relatório da Autoavaliação no site do EMEC (<https://emec.mec.gov.br/>), no site da IES (<http://www.ifto.edu.br/ifto/comissoes/cpa>) (Figura 13).



Figura 13: Vista do site da CPA do IFTO. Fonte: <http://www.ifto.edu.br/ifto/comissoes/cpa>.

6.2 Dificuldades e facilidades encontradas ao longo do processo

A Avaliação Institucional do ano de referência de 2020 teve como dificuldade a ausência física dos atores da Avaliação Institucional Interna. Entretanto para minimizar esta

barreira, a CPA usou dos formulários Google para aquisição dos dados, assim com o Google Meet e o sistema de Conferência da Rede Nacional de Pesquisa.

A Tabela 3 mostra o percentual de participação da Comunidade Interna no processo de Avaliação Institucional.

Tabela 3: Percentual de Adesão a Autoavaliação 2020.

Segmento	População	Amostra	Percentual de Adesão
Discente	5237	1132	21,62%
Docente	653	344	52,68%
Técnico Administrativo	588	246	41,84%

7. PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Eixos	Dimensões	Ações recomendadas
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	I – Realização de Workshop para socialização dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no IFTO; II – Workshop sobre criação de grupos e redes de pesquisa; III – Workshop sobre utilização dos laboratórios; IV – Reunião com as unidades a respeito da curricularização da extensão; V – Disponibilização no portal da IFTO dos dados referentes aos trabalhos que foram e estão sendo desenvolvidos na instituição; VI – Ações internas e externas de comunicação e marketing a respeito do Ensino, Pesquisa e Extensão; VII – Normatizar e incentivar uma maior articulação entre discentes, docentes e técnicos administrativos em educação na realização e na participação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; VIII - Ampliar os convênios e parcerias para o fomento de estágios dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação; IX – Apresentar as possibilidades de parcerias com a fundações de amparo à pesquisa.
	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	I – Realização de eventos abertos ao público com intuito de publicitar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação; II – Realização de eventos voltados aos egressos do IFTO; III – Criação de agendas semanais das equipes de comunicação e jornalismo com os responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão; IV – Gestão das redes sociais voltada para divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; V – Realizar acompanhamento do preenchimento dos diários acadêmicos pelos docentes; VI – Criar momento entre docentes e DTI para tirar dúvidas e ouvir sugestões à respeito do SIGA;

		VII – Adoção de plataforma para reuniões virtuais com ferramentas de metodologias ativas, tais como, salas temáticas e lousa virtual; VIII – Realização do Seminário da CPA.
	Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Discente	I – Incentivar à participação dos discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em eventos de cunho científico; II – Desenvolver ações que permitam melhor acompanhamento dos egressos e de sua continuidade na instituição; III – Criar políticas de flexibilização do currículo, políticas de redução de carga horária de aulas e políticas de aproveitamento de atividade complementar e de estágio, assim como de participação em atividades de pesquisa e extensão e de cunho científico, como congressos e palestras, além da promoção de maior quantidade de eventos nos campi e de recursos financeiros que permitam aos discentes o exercício em projetos de pesquisa e extensão e a participação em eventos; IV – Aumentar e buscar diferentes fontes de captação de recursos financeiros, humanos e estruturais para a ampliação do atual número de auxílios; V – Disponibilizar novos tipos de auxílios, como também a criação/melhorias e ações pedagógicas que atendam os discentes com dificuldades acadêmicas e altas habilidades de forma satisfatória, como também promover o aumento da atratividade dos cursos ofertados; VI – Realizar pesquisas de mercado para apoio à criação de novos cursos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado), permitindo o acompanhamento e a permanência dos egressos na instituição.

8. RELAÇÃO DOS EIXOS DE AVALIAÇÃO INTERNA COM O PDI: TRIÊNIO 2018-2020

8.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8: Planejamento e Avaliação).

A Tabela 4 mostra a comparação na adesão ao processo de avaliação durante o triênio 2018-2020.

Tabela 4: Comparação dos anos dentro do ciclo avaliativo 2018-2020.

Segmento	2018	2019	2020
Discente	22,60%	12,29%	21,62%
Docente	37,46%	67,23%	52,68%
Técnico Administrativo	22,76%	41,43%	41,84%

Nota-se que, mesmo com a pandemia, houve um aumento na participação da Avaliação institucional nos segmentos do Discente e Técnicos-Administrativos (Figura14). Já no segmento Docente houve uma queda significativa.

Ressalta-se que nos anos de 2019 e 2020 a CPA vem enfatizando a importância da Autoavaliação, dentre as ações geradas está aprovação do novo regulamento da CPA que passa a ter representantes em todos os cursos do IFTO.

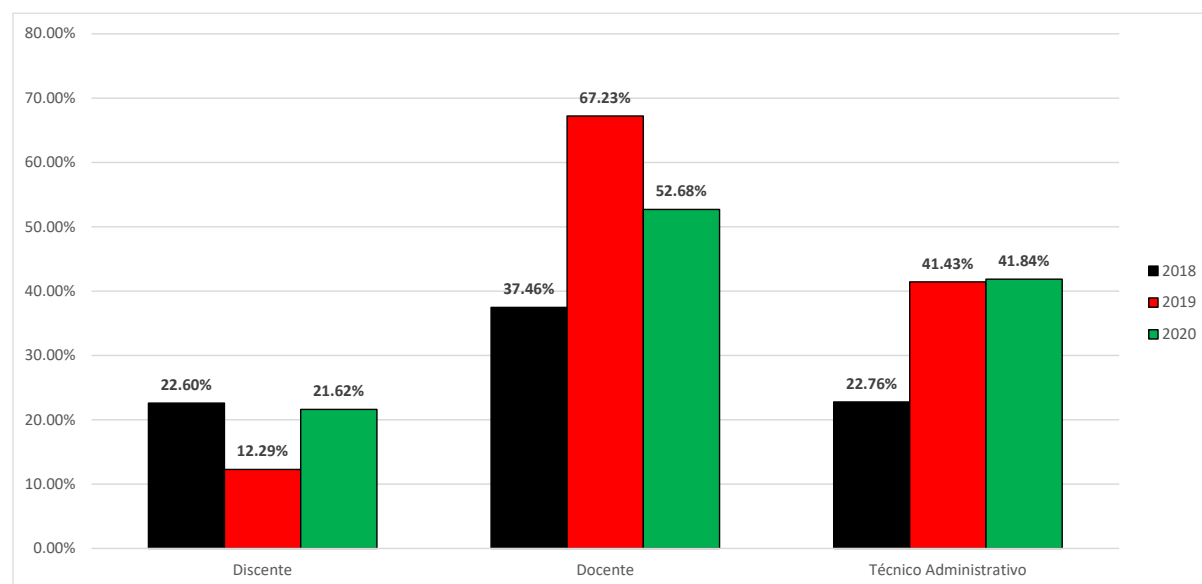


Figura 14: Percentual de adesão ao longo do triênio 2018-2020. Fonte: CPA 2021.

8.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição)

As atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFTO atua em consonância com a Evolução Institucional, com o intuito de maximizar os ganhos nos processos de gestão, a partir de análise de dados vigentes de Avaliações Externas e Internas. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFTO é a guardiã da sua Missão Institucional, bem como de sua Visão. Posto isto, a sinergia da Missão e Visão Institucionais com a aplicação de métodos ágeis na Gestão Estratégica da IES, a CPA consegue monitorar assiduamente os Valores Institucionais.

Com relação ao Desenvolvimento Institucional a CPA assumi papel preponderante no planejamento de ações a curto, médio e longo prazo, bem como na elaboração coletiva do PDI e dos PPC dos Cursos do IFTO.

8.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas (Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Discentes)

O Ciclo Avaliativo da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) que inicia em 2018 e finaliza em 2020 é marcado pela transição entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019 e o PDI 2020-2024.

O Quadro 1 mostra as principais ações realizadas pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação no triênio 2018-2020.

Quadro 1: Ações realizadas pela PROPI / IFTO

Ano	Ações	Resultados
2018	Fomento à Programa de Apoio à Pesquisa, Extensão e ao Ensino.	R\$ 1.526.518,47 em investimentos
		135 projetos institucionalizados
		71 bolsas para estudantes financiados pelo IFTO
		36 bolsas para estudantes financiados pelo CNPq
		698 servidores participantes de programas, projetos, cursos e eventos
		205 matrículas em cursos de pós-graduação
	Intensificação das ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo, promovendo a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, gerando desenvolvimento científico e tecnológico.	6 empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento 11 ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas

	Acompanhamento e incentivo no desenvolvimento de soluções para APL's.	49 processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO
	Ampliação da rede conveniada com o setor produtivo e público.	457 convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados
	Fortalecimento dos periódicos de pesquisa e de extensão do IFTO.	565 publicações das revistas científicas e extensão do IFTO, Anais da JICE e dos servidores do IFTO
		1 propriedade intelectual gerada
	Apoio para a participação em eventos científicos.	328 projetos de pesquisa e extensão institucionalizados
2019	Fomento ao Programa de Apoio à Pesquisa, Extensão e ao Ensino.	R\$ 844.925,72 em investimentos com recursos do IFTO
		R\$ 1.029.112,50 em investimentos apoiados pelo Ministério da Educação/FNDE e pela CAPES
		229 bolsas-auxílio a estudantes para projetos de pesquisa e extensão
		17 bolsas-auxílio a docentes para projetos de pesquisa e extensão
		5.479 estudantes participantes de programas, projetos, cursos e eventos
		888 servidores participantes de programas, projetos, cursos e eventos
		233 matrículas em cursos de pós-graduação
		Aprovação da Política de Inovação do IFTO
	Intensificação das ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo, promovendo a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, gerando desenvolvimento científico e tecnológico.	3 empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento
		57 ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas
	Acompanhamento e incentivo no desenvolvimento de soluções para APL's.	98 processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO
	Ampliação da rede conveniada com o setor produtivo e público.	753 convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados
2020	Fomento à Programa de Apoio à Pesquisa, Extensão e ao Ensino.	802 publicações das revistas científicas e extensão do IFTO, Anais da JICE e dos servidores do IFTO
		2 propriedades intelectuais geradas
		373 projetos de pesquisa e extensão institucionalizados
		R\$ 472.950,78 em investimentos com recursos próprios no Programa de Apoio à Pesquisa
		R\$ 231.000,00 em investimentos com recursos próprios no Programa de Iniciação Científica
		R\$ 57.000,00 com recursos do CNPq no Programa de Iniciação Científica

		151 projetos institucionalizados em 2020, desses, 15 projetos direcionado à atender demandas relacionadas aos problemas da COVID-19 na sociedade
		63 bolsas para estudantes financiados pelo IFTO
		18 bolsas para estudantes financiados pelo CNPq
		131 projetos finalizados em 2020
	Intensificação das ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo, promovendo a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, gerando desenvolvimento científico e tecnológico.	60 ações de fomento à cultura da inovação e do empreendedorismo realizados (palestras, eventos, cursos, reuniões, projetos, etc.)
		6 projetos de inovação e/ou empreendedorismo institucionalizados com parcerias para PD&I
		3 Empresas Juniores (EJs)
		3 Laboratórios IFMakers com recursos da Setec (R\$ 333.400,00 em recursos captados e 51 servidores e estudantes envolvidos)
		2 Comitês da Área da Tecnologia da Informação (CATI)
		1 Núcleo Incubador
	Missões técnicas, editais de fomento, palestras e realização de eventos.	5 Pedidos de propriedade intelectual registrados
		R\$ 460.000,0 em recursos externos captados para a execução de projeto de pesquisa para o DESENVOLVIMENTO DE UM IMUNOSSENSOR PARA DIAGNÓSTICO DIRETO INDIRETO DO SARS-COV-2 (SETEC/CONIF)
		2 projetos de Empreendedorismo Inovador (Araguaína e Pedro Afonso) captados com recursos externos somando o valor de R\$ 466.666,66
2020	Fomento ao Programa de Iniciação Científica.	R\$ 231.000,00 em investimentos com recursos próprios no Programa de Iniciação Científica
		R\$ 57.000,00 com recursos do CNPq no Programa de Iniciação Científica
		81 projetos de pesquisa selecionados
		63 bolsas para estudantes financiados pelo IFTO
		18 bolsas para estudantes financiados pelo CNPq

O Quadro 2 mostra as principais ações realizadas pela Pró-reitoria de Ensino no triênio 2018-2020.

Quadro 2: Ações realizadas pela PROEN / IFTO

Ano	Ações	Resultados
2018	Apoiar na revisão de Documento Normativo para Gestão de Corpo Docente do IFTO	Regulamento dos regimes de trabalho e suas alterações e das atividades docentes no âmbito do IFTO
	Apoiar na elaboração de Documento Normativo para Gestão de Calendário Escolar/Acadêmico	Procedimentos adotados no âmbito da criação, implantação, execução, alteração e encerramento de Calendários Escolares/Acadêmicos dos cursos técnicos de nível médio e cursos de nível superior de graduação no âmbito do IFTO
	Apoiar na Elaboração de Documento Normativo para Gestão de Cursos	instruções básicas sobre procedimentos administrativos comuns a todas as unidades para a criação, implantação, execução, alteração e encerramento de curso
	Gestão do Programa Institucional PIBID	3 Campi com projetos contemplados
		147 estudantes bolsistas
		19 estudantes não bolsistas
		10 escolas parceiras envolvidas
	Gestão do Programa Institucional Residência Pedagógica	3 Campi e 5 subprojetos contemplados
		120 estudantes bolsistas
		30 estudantes não bolsistas
		01 Coordenador Institucional
		05 Docentes orientadores
	Gestão do Programa PET-Civil	15 Docentes preceptores externos
		04 Docentes preceptores internos
		01 Campus com projeto contemplado
	Formação continuada: Palestra para o VIII Fórum de Ensino	01 Tutor bolsista
		12 Estudantes bolsistas
2019	Oferta de novas vagas em cursos superiores	"Metodologias ativas e práticas inovadoras: reflexões para/sobre a atualidade"
		Credenciamento da UAB
		3 cursos aprovados- 680 vagas
		Criação do CST em Produção de Grãos (Campus Gurupi)
		Criação do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma (Campus Palmas)
		Criação do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma (Campus Colinas)
		Criação do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma (Campus Lagoa da Confusão)
		Criação do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma (Campus Pedro Afonso)
		Criação do curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica,

		modalidade a distância (Campus Palmas)
	Oficina "Soluções Criativas com Design Thinkg	Capacitação docente em Design Thinking
	Atendimento às demandas de capacitação levantadas em 2018	Implantação do Espaço Professor Formador a partir de janeiro de 2019, com a finalidade de utilizar os docentes cadastrados no banco de dados, obtido através da aplicação dos formulários eletrônicos via Google Forms em 2018. Esses professores atuarão em cursos/workshop/seminários/palestras/oficinas/minicursos entre outras atividades de formação continuada, desenvolvidas/assessoradas pela Diretoria
	Oficina "Mãos na Massa" Google for Education	Realização da Oficina "Mãos na Massa" Google for Education com grupo de docentes dos campi e aplicação de formulário de avaliação do evento
	Espaço Makers: adesão a edital nacional	Elaboração do Projeto Criação de Espaços Makers no Instituto Federal do Tocantins
	Elaborar o projeto e implantar o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread) para a oferta de cursos a distância.	Implantação do CREAD (estrutura física, PTA, contratos com a Fapto)
	Implantação da Universidade Aberta do Brasil no âmbito do IFTO	Oferta de de 33 vagas para professor formador Oferta de 360 vagas para os cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia e EPT e CST em Gestão do Agronegócio Oferta de 240 vagas para o curso de Formação pedagógica para graduados não licenciados
2020	Apoiar/Elaborar Regulamento da Curricularização da Extensão	Regulamento da Curricularização da Extensão dos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins
	Oferta do curso em Licenciatura em Pedagogia e EPT nos polos	Araguacema - 30 vagas
		Alvorada - 50 vagas
		Ananás - 30 vagas
		Formoso do Araguaia - 30 vagas
		Guaraí - 30 vagas
		Taguatinga - 30 vagas
	Oferta do CST em Gestão do Agronegócio nos polos	Palmeirópolis- 30 vagas
		Araguacema - 30 vagas
		Formoso do Araguaia - 30 vagas
		Mateiros - 30 vagas
	Estudo e organização do Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)para facilitar a relação com o sistema escolar/ acadêmico	Palmeirópolis - 30 vagas
		Taguatinga - 30 vagas
		Formatação de um GT para estudar novos Menu, definições de atribuições e permissões para os usuários do Moodle que refletiu em novas funcionalidades no SigaEdu

	Implementar normativas para Educação a Distância no IFTO	Elaboração das diretrizes institucionais para educação a distância no IFTO - DCI- EaD
	Encontro virtuais para capacitação continuada docente	Palestras, cursos e oficinas virtuais para capacitação docente em novas metodologias e estratégias de ensino
	MAPA: Formação de Servidores Para Educação Remota (formação in ompany)	Capacitação in company, com empresa especializada em capacitação docente em metodologias de ensino para atender as demandas da nova realidade: ensino remoto
	Monitoria acadêmica	221 monitores contemplados com bolsa
		10 unidades atendidas
		R\$ 214.200,00 de investimento
	Edital de Fomento a Projetos de Ensino	10 projetos de Ensino aprovados e contemplados com recurso de custeio
		30 estudantes contemplados com bolsa totalizando o valor de R\$47.899,65

O Quadro 3 mostra as principais ações realizadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis no triênio 2018-2020.

Quadro 3: Ações realizadas pela PROAE / IFTO.

Ano	Ações	Resultados
2018	Acesso estudantil	Comissão central e locais de vestibular em campo atendendo in loco a comunidade
		Plantão de atendimento (telefone e presencial) para dúvidas e inscrições
		Campanha de comunicação em diferentes meios de comunicação;
	Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	4.907 estudantes beneficiados
		R\$6.989.721,00 de investimentos
	Projeto: Hoje o assunto é...	Transmitir informação através de vídeos com temas diversos.
	Programa de Acompanhamento dos <i>Campi</i> Avançados	Visitas aos <i>campi</i> avançados no intuito de acompanhar de perto o atendimento a esses discentes, realização dos atendimentos psicológicos e seleção de auxílios estudantis.
2019	Seminário de Assistência Estudantil	Evento para discussão da Assistência Estudantil no IFTO
	Acesso estudantil	Comissão central e locais de vestibular em campo atendendo in loco a comunidade
		Plantão de atendimento (telefone e presencial) para dúvidas e inscrições

		Campanha de comunicação em diferentes meios de comunicação;
	Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	4.657 estudantes beneficiados R\$8.074.434,00 de investimentos
	Programa de Acompanhamento dos <i>Campi</i> Avançados	Visitas aos <i>campi</i> avançados no intuito de acompanhar de perto o atendimento a esses discentes, realização dos atendimentos psicológicos e seleção de auxílios estudantis.
	Projeto de Educação Alimentar e Nutricional	44 estudantes bolsistas
	Início das atividades de elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFTO	Instituída comissão para reformulação dos documentos institucionais de Assistência Estudantil
	Inclusão e Diversidade	Instrução normativa sobre uso do nome social do IFTO
	Mapeamento de estudantes com deficiência	140 com deficiência visual
		16 com deficiência intelectual
		56 com deficiência física
		4 com autismo
		26 com deficiência auditiva
		4 com superdotação
		37 com outras deficiências
2020	Egressos	Política de egressos; Espaço do egresso no site do IFTO
	Acesso estudantil	Comissão central e locais de vestibular em campo atendendo in loco a comunidade
		Plantão de atendimento (telefone e presencial) para dúvidas e inscrições
		Campanha de comunicação em diferentes meios de comunicação
		Inclusão de pessoas com deficiência no Edital do Vestibular Unificado em Libras e áudio PROAE/CACE.
		Construção de Instrução Normativa sobre ações afirmativas no âmbito do Instituto Federal do Tocantins
	Assistência Estudantil	Aprovação da nova Política de Assistência Estudantil do IFTO
	Distribuição de kits do PNAE	Beneficiados mais de 5000 estudantes
	Projeto de Educação Alimentar e Nutricional	44 estudantes bolsistas
	Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	3.533 estudantes beneficiados R\$7.844.468,00 de investimentos
	Continuidade dos atendimentos psicológicos online Elaboração de e-book para saúde mental na pandemia	140 estudantes atendidos no primeiro semestre e 150 no segundo semestre.
	Projeto Alunos Conectados	2661 chips disponibilizados
	Seminário de Assistência Estudantil	Evento para discussão da Assistência Estudantil no IFTO

8.4 Eixo 4: Políticas de Gestão (Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira)

A Gestão de Pessoas no Instituto Federal do Tocantins é realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, e pelas unidades vinculadas presentes em cada campus que desenvolvem atividades correlatas à gestão de pessoas sob a supervisão da DGP.

Esses setores atuam nas diversas áreas associadas à gestão de pessoas, como: Seleção e Desenvolvimento de Pessoal, Cadastro e Pagamento, Legislação e Normas, Capacitação e Aperfeiçoamento e Benefícios e Qualidade de Vida. Além disso, promove o assessoramento dos gestores do IFTO, acompanhamento dos servidores e atendimento aos órgãos de controle e demais entidades externas.

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais legislações aplicáveis à gestão de pessoas, o Instituto Federal do Tocantins, através da Gerência de Legislação e Normas, acompanha as normas e promove a análise minuciosa de todos os processos de solicitação de benefícios, aposentadorias, pagamento de exercícios anteriores, entre outros. Diariamente são verificadas as normas e orientações publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central do SIPEC e, quando necessário, a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFTO encaminha orientações às gerências e coordenações de gestão de pessoas das demais unidades e aos servidores em geral.

Para garantir a publicidade, mensalmente são publicados os Atos Administrativos no site institucional, atos estes que apresentam o extrato de todas as ações ocorridas no âmbito da Gestão de Pessoas do IFTO.

Além disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas mantém observância às demais orientações exaradas pelo órgão central e setorial do SIPEC, Órgãos de Controle, assim como pela Procuradoria Federal junto ao IFTO, que atua de forma consultiva sempre que demandada pelas unidades de Gestão de Pessoas do IFTO.

Com o advento da publicação do Decreto nº 9.991/2019 que dispôs sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas e regulamenta os dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento, o Instituto Federal do Tocantins reformulou o Regulamento de Capacitação de Servidores que passou a ser denominado de Regulamento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.

Dessa forma, foram implementadas mudanças no tocante à concessão de afastamentos para pós-graduação stricto sensu, licença capacitação (quinquênio), eventos de curta duração, missão ou estudo no exterior, dentre outras. Todas com o escopo de atender as disposições do Decreto nº 9.991/2019 e aprimorar os processos desta natureza, com vistas a promoção de cursos de capacitação, ao aumento do nível de titulação dos servidores e para garantir que a oferta das ações de desenvolvimento aconteça de maneira equânime a todos os servidores, privilegiando a alternância.

No âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, a Coordenação de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pessoal da Reitoria do IFTO teve um novo redimensionamento em sua atuação frente às mudanças na gestão do então Plano de Ação e Desenvolvimento de Pessoal dos servidores públicos. Com o novo Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP é possível dimensionar as necessidades das ações de capacitação e com isso oportunizar o acesso ao desenvolvimento profissional do servidor interessado. Por meio da PNDP a Instituição planeja e organiza todas as ações de desenvolvimento de servidores, desde capacitações de curta duração até afastamentos para pós-graduação stricto sensu.

Além da oferta de cursos de capacitação e oportunidades de afastamento para pós-graduação stricto sensu, ressaltamos também o Programa Institucional de Bolsas de Graduação e Pós- Graduação para servidores do IFTO – PRÓ-QUALIFICAR, que tem por objetivo incentivar e apoiar a formação continuada dos servidores nos mais diversos níveis de capacitação, desenvolvendo sua capacidade reflexiva e crítica e estimulando o exercício pleno de cidadania e o consequente comprometimento com os objetivos sociais da Instituição. As bolsas são ofertadas anualmente por meio de editais específicos, conforme requisitos previstos em Regulamento, e gerenciados pela Comissão Gestora do Pró-Qualificar da Reitoria.

Outro ponto a destacar é a publicação mensal das despesas com ações de desenvolvimento, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.991/2019, levantadas por meio da Coordenação de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pessoal e publicadas no site institucional, através do endereço eletrônico: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/diretoria-sistemica/dgp/pndp/publicacao-de-despesas-pndp>.

Desde janeiro de 2017, todas as remoções a pedido são realizadas através do Banco de Manifestação de Interesse, instituído através da Instrução Normativa nº 04/2016/IFTO, que dispõe sobre as regras a serem observadas nos processos de remoção. Por meio do Banco de Manifestação de Interesse, todos os servidores interessados em realocação podem realizar a sua inscrição, indicando as suas unidades de interesse, bem como acompanhar as vagas disponíveis e os servidores contemplados, uma vez que o banco é aberto, permitindo que todos os

servidores acessem a relação de interessados. Vale salientar que, no âmbito do IFTO, a forma de provimento prioritária é a remoção, ou seja, inicialmente todas as vagas disponíveis são ofertadas em processos de remoção.

O Programa Qualidade de Vida (PQV) integra a política de gestão de pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida de seus servidores e familiares, estagiários e terceirizados, implementando ações para melhoria do bem-estar físico, mental e social.

Por meio do PQV são implementadas atividades em três eixos:

I – Promoção à saúde: a) realização de exames médicos periódicos; b) promoção de programas de preparação para aposentadoria - PPA; c) celebração de convênios e parcerias com planos odontológicos; d) realização de campanhas de vacinação e de doação de sangue; e) realização de campanhas de prevenção de estresse, diabetes, hipertensão, acidentes do trabalho, alcoolismo, doenças infectocontagiosas, além das diversas doenças ocupacionais; f) promoção de campanhas, palestras e eventos nas áreas de saúde, enfermagem, nutrição, psicologia, odontologia, educação física e serviço social; g) promoção e incentivo a ações voluntárias e comunitárias; h) prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

II - lazer social: a) atividades de lazer e interação com a família; b) atividades com interação em datas comemorativas; c) promoção de eventos culturais; d) implementação de projeto de responsabilidade social na comunidade; e) comemoração de datas especiais, com palestras, brincadeiras, confraternizações nas dependências da instituição e fora dela; f) realização de atividades de integração e acolhida de novos servidores; g) palestras, seminários, reflexões, vivências e dinâmicas de grupo sobre eventos cotidianos da vida pessoal; h) incentivo a visitas domiciliares em caso de enfermidade de servidor e em outras circunstâncias que demandem solidariedade com o próximo; i) incentivo à formação de grupos de teatro, dança, música e artesanato entre os servidores; j) realização de eventos esportivos entre os servidores de todas as unidades; k) estudos sobre fatores de riscos ergonômicas e psicossociais no trabalho.

III - educação ambiental: a) disseminação dos conceitos de sustentabilidade e meio ambiente ecologicamente equilibrado; b) realização de ações de cunho ambiental;

Além das atividades previstas em regulamento, o atual contexto, em que vivemos uma pandemia causada pelo novo coronavírus, trouxeram diversos desafios e mudanças significativas nas relações de trabalho, exigindo adequações no âmbito institucional. Nesse sentido, o Programa Qualidade de Vida teve que reinventar estratégias, métodos e processos para atender as necessidades dos servidores, que agora trabalham remotamente, a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

8.5 Eixo 5: Infraestrutura Física (Dimensão 7: Infraestrutura Física)

O Quadro 4 mostra as principais ações realizadas pela Diretoria de Infraestrutura no triênio 2018-2020.

Quadro 4: Ações realizadas pela PROAE / IFTO.

Ano	Ações	Resultados
2018	Obra do Padrão de energia de 300 kVA com medição em baixa tensão, composta de instalação de poste com transformador de 300 KVA - 13,8/0,38 kV, com rede de média tensão derivando da rede da concessionária e instalação de rede de baixa tensão e postes com iluminação externa em LED 150W – 220V, no Campus Avançado Lagoa da Confusão.	R\$ 89.373,13 de investimentos
	Construção de galpão agrícola (com sala e laboratório e wc) de 168,55 m² e duas estufas de pesquisa agrícola de 60 m² cada, no Campus Avançado Lagoa da Confusão.	R\$ 139.545,91 de investimentos
	Construção de guarita – Área de 27,00 m², no Campus Avançado Lagoa da Confusão.	R\$ 114.394,19 de investimentos
	Construção de garagem para veículos oficiais, almoxarifado e depósito para terceirizados da unidade - Área de 685,33 m², no Campus Colinas do Tocantins	R\$ 770.005,25 de investimentos
	Construção de aviário de postura - Área de 267,75 m², no Campus Colinas do Tocantins	R\$ 403.161,81 de investimentos
	Construção de aviário de corte - Área de 210,96 m², no Campus Colinas do Tocantins	R\$ 355.888,58 de investimentos
	Construção de 2 Guaritas no Campus Dianópolis	R\$ 154.5214,87 de investimentos
2019	Implantação de usina fotovoltaica de 158,73 kwp, no Campus Araguatins.	R\$ 1.589.557,32 de investimentos
	Substituição de 3230 lampadas por lâmpadas de Led, no Campus Araguatins.	
	Construção de um refeitório com restaurante universitário – Área de 478,65 m², no Campus Dianópolis	R\$ 1.197.882,02 de investimentos
	Auditório com capacidade de 230 lugares – Área de 244,02 m², no Campus Porto Nacional	R\$ 1.140.709,89 de investimentos
2020	Reforma de um auditório para implantação de 4 salas de aula para 30 alunos e sala do Espaço Kids – Área de 431,79 m², no Campus Avançado Formoso do Araguaia	R\$ 110.000,00 de investimentos
	Construção de quadra poliesportiva coberta - Área de 686,88 m², no Campus Avançado Lagoa da Confusão	R\$ 733.638,36 de investimentos
	Reforma do Espaço Multiuso com a implantação de uma lanchonete, banheiros, banheiros PNE. Área de 408,68 m², no Campus Avançado de Pedro Afonso	R\$ 97.999,90 de investimentos
	Elevação e drenagem de campo de futebol e construção de pista de atletismo – Área 1.1175,50 m², no Campus Araguatins	R\$ 1.008.948,72 de investimentos
	Reforma e adequação do bloco administrativo (áreas de vivência, copa e cozinha e brinquedoteca). Reforma: 72,58 m² Acréscimo: 19,37 m² Área total: 91,95 m², no Campus Araguaína	R\$ 134.004,55 de investimentos

	Reforma do bloco D (Engenharia Civil) do Campus Gurupi - Área de 2.410,24 m², no Campus Gurupi	R\$ 380.732,91 de investimentos
	Construção de um refeitório com restaurante universitário – Área de 478,65 m², no Campus Palmas	R\$ 1.220.340,05 de investimentos
	Reforma do piso do auditório (troca carpete), no Campus Palmas	R\$ 91.000,00 de investimentos
	Obra de construção de 39,14 m de passarela entre os blocos de salas de aula - Área de 142,90 m², no Campus Paraíso do Tocantins	R\$ 73.037,55 de investimentos

9. VERSÃO DO RELATÓRIO

Este relatório é a **Versão Integral** para o triênio 2018, 2019 e 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAIR, J. F., Jr. ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Relatório de gestão – Exercício 2019**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Orçamento 2019 do IFTO**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proad/orcamento/orcamento-2019-ifto/view>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Execução Orçamentária e Financeira**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proad/execucao-orcamentaria-e-financeira>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ANEXO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

FINAL TRIÊNIO 2018-2020
EXERCÍCIO 2020

Comissão Própria de Avaliação – CPA

PALMAS – TO
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

Reitor
Antônio da Luz Júnior

Chefe de Gabinete do Reitor
Milton Maciel Flores Júnior

Pró-Reitora de Ensino
Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-Reitora de Extensão
Gabriela de Medeiros Cabral

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-Reitor de Administração
Octaviano Sidnei Furtado

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Marilene Dantas Sepúlveda

Diretora de Comunicação
Andressa Lunna de Jesus

Diretora de Gestão de Pessoas
Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor de Infraestrutura
Danilo Gomes Martins

Diretor de Tecnologia da Informação
Kleyton Matos Moreira

Diretor-Geral do Campus Araguaína
Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-Geral do Campus Araguatins
Josafá Carvalho Aguiar

Diretor do Campus Avançado Formoso do Araguaia
Manoel Delintro de Castro Neto

Diretor do Campus Avançado Lagoa da Confusão
Jardel Barbosa dos Santos

Diretora do Campus Avançado Pedro Afonso
Miriam Peixoto Soares da Silva

Diretor-Geral do Campus Colinas do Tocantins
Iomar Lima Lago

Diretor-Geral do Campus Dianópolis
Pietro Lopes Rêgo

Diretor-Geral do Campus Gurupi
Marcelo Alves Terra

Diretor-Geral do Campus Palmas
Wendell Eduardo Moura Costa

Diretor-Geral do Campus Paraíso do Tocantins
Flávio Eliziário de Souza

Diretor-Geral do Campus Porto Nacional
Edilson Leite de Sousa

Comissão instituída inicialmente pela Portaria nº 1227/2018/REITORIA/IFTO, de 16 de outubro de 2018, reconstituída pela Portaria nº 389/2019/REI/IFTO, de 8 de março de 2019, alterada pela Portaria nº 77/2021/REI/IFTO de 03 de fevereiro de 2021 e reconstituída pela Portaria nº 170/2021/REI/IFTO de 08 de março de 2021.

Segmento Docente:

Cleber Decarli de Assis – Reitoria – Presidente

Segmento Técnico-Administrativo:

Jussara Maysa Silva Campos – Reitoria

Segmento Discente:

Luiz Carlos Pereira da Luz – Reitoria

Sociedade Civil Organizada:
Luith da Silva Mota

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO	9
2.1 Objetivo Geral	9
2.2 Objetivos Específicos.....	9
3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	9
3.1 Descrição das unidades	11
3.1.1 Reitoria	11
3.1.2 Campus Araguaína	12
3.1.3 Campus Araguatins.....	12
3.1.4 Campus Colinas do Tocantins	12
3.1.6 Campus Gurupi	13
3.1.7 Campus Palmas.....	14
3.1.8 Campus Paraíso do Tocantins.....	14
3.1.9 Campus Porto Nacional	14
3.1.10 Campus Avançado Lagoa da Confusão	15
3.1.11 Campus Avançado Pedro Afonso.....	15
3.1.12 Campus Avançado Formoso do Araguaia	15
4. METODOLOGIA.....	16
5. CRONOGRAMA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA PARA O TRIÊNIO 2021-2023.....	20
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1. INTRODUÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes envolvidos em todo o processo. Assim ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social (SINAES, 2004).

No processo de avaliação das instituições, está incluída a avaliação interna ou autoavaliação, que tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES, 2004).

Por meio da identificação das fragilidades e das potencialidades da instituição, nas dez dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004, esta *autoavaliação* é um importante instrumento para a tomada de decisão, pois contém um relatório abrangente com análises, críticas e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino.

Considerando que a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual se constrói o conhecimento sobre sua própria realidade, este relatório permite conhecer a compreensão da comunidade interna quanto aos significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, as informações coletadas com os docentes, técnicos administrativos, discentes do ensino superior foram sistematizadas e analisadas coletivamente, desvendando formas de organização, administração e ação e identificando pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, para estabelecer estratégias de superação de problemas.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA do IFTO conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade do IFTO e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de

membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização foram objeto de regulação própria aprovadas pelo Conselho Superior, órgão colegiado máximo da instituição.

Neste sentido, a avaliação institucional tem sido realizada anualmente pela CPA em parceria com as comissões locais de cada *campus*, que em sua composição possuem membros representantes dos segmentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil e que são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e redação deste relatório, o qual é disponibilizado à comunidade interna e externa, à Reitoria e ao Ministério da Educação. Os atuais representantes da CPA do IFTO foram nomeados pelas Portarias nº 77/2021/REI/IFTO, de 03 de fevereiro 2021 e 170/2021/REI/IFTO, de 08 de março de 2021.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes da participação e interesse da comunidade, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

As dimensões consideradas neste processo de avaliação institucional foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º. Nesta avaliação, que compreende o Relatório Final do triênio 2018-2020, utilizou-se como base o ano de 2020 e foram avaliadas pelos seguimentos discentes, docentes e técnicos administrativos as dimensões 2, 4 e 9 relativas ao Eixo 3, Políticas Acadêmicas, que envolvem, respectivamente: as Políticas para Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; e Política de Atendimento ao Discente.

A definição de avaliação apenas do Eixo 3, em desacordo com o Plano de Ação do triênio 2018-2020, deu-se pelas limitações impostas graças a Pandemia da COVID-19. Destaca-se também que os demais eixos foram avaliados nos anos de 2018 e 2019.

Antes do período de coleta de dados a CPA participou de reuniões com Colégio de Dirigentes do IFTO (Codir), Consup e demais segmentos da instituição para sensibilização quanto à importância do envolvimento e participação de toda a comunidade no processo de autoavaliação, destacando também a relevância deste relatório para a avaliação dos cursos de graduação da instituição.

Especificamente nos campi do IFTO, as comissões locais da CPA realizaram um trabalho de divulgação e esclarecimentos, junto à comunidade interna, sobre o processo de autoavaliação que a CPA conduziria.

Para realizar a etapa de coleta de informações, foram apresentados à comunidade questionários para três categorias: discente do ensino superior, docente e técnicos

administrativos. Os questionários foram diferenciados em algumas questões, levando-se em consideração o contexto específico de cada segmento avaliado.

Após a coleta, os dados foram tabulados, gerando tabelas e gráficos que refletem estatisticamente o que pensa cada segmento da comunidade acerca da atual situação do IFTO. O trabalho de consolidação do presente relatório só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

2. OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

2.1 Objetivo Geral

Realizar a autoavaliação do Instituto Federal do Tocantins com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), visando identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, suas potencialidades e fragilidades, com vistas à melhoria da sua qualidade.

2.2 Objetivos Específicos

- Sedimentar um processo contínuo de autoavaliação que permita identificar as potencialidades e as limitações do IFTO;
- Promover ações de sensibilização visando participação da comunidade interna e externa no processo permanente de autoavaliação;
- Aprimorar o processo de avaliação institucional de forma a proporcionar o envolvimento dos diferentes setores da instituição e da sociedade;
- Produzir conhecimentos sobre a atual situação do IFTO, que possam ser usados como instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- Divulgar as informações advindas da autoavaliação para que possam subsidiar o planejamento das ações da instituição e a integração da universidade com a sociedade;

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Sistema de Educação Profissional no Brasil efetuou reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço

científico e tecnológico. Nessa perspectiva, tem-se buscado um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante para o desenvolvimento sustentável dos Estados, mediante assinatura e execução de cláusulas conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

A história dos Institutos Federais tem início em 23 de setembro de 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, que se destacou, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional. A partir dessas unidades de ensino, foram criadas as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu art. 5º, determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: ... XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins”, equiparando-os às universidades federais.

Adiciona ainda o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, estimula a pesquisa, a produção cultural e a extensão vinculada à responsabilidade social e o vínculo direto com a melhoria do ensino médio. Estabelece o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos integrados de nível médio, 20% para as licenciaturas e 30% para outras ofertas, cuja Missão e Visão Institucional são dispostas em seu Estatuto, conforme segue:

Missão do IFTO

Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Visão do IFTO

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável”.

Atualmente o Instituto Federal do Tocantins é composto pelas seguintes unidades: Reitoria, que se localiza em Palmas, Campus Araguaína, Campus Araguatins, Campus Avançado Formoso do Araguaia, Campus Avançado Lagoa da Confusão, Campus Avançado Pedro Afonso, Campus Colinas do Tocantins, Campus Dianópolis, Campus Gurupi, Campus Palmas, Campus Paraíso do Tocantins e Campus Porto Nacional. A descrição da Reitoria, bem como das onze Unidades seguem apresentadas conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (2020-2024).

3.1 Descrição das unidades

3.1.1 Reitoria

Localizada na cidade de Palmas – TO, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO é o órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, as quais estão sediadas nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.

A Reitoria do IFTO tem, entre suas principais funções, programar, desenvolver e acompanhar políticas educacionais, administrativas, de desenvolvimento tecnológico e de ação social, além de gerenciar e supervisionar a gestão sistemática do Instituto Federal do Tocantins, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas, como também as normas e leis que normatizam sua atividade; também é sua função planejar o futuro, ouvindo sempre as comunidades interna e externa, nas quais se incluem discentes, egressos, docentes, técnicos administrativos, sociedade e governo, considerados público-alvo.

A Reitoria é o órgão administrativo superior do IFTO, subordinado ao Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo do Instituto Federal do Tocantins. O reitor do IFTO ocupa o cargo por quatro anos. Sua seleção é realizada por meio de consulta à comunidade, respeitada a paridade eleitoral. A Reitoria abrange o Gabinete do Reitor, a Diretoria de Comunicação – DICOM, a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a Diretoria de Infraestrutura – DINFRA, a Pró-Reitoria de Administração – PROAD, a Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPI e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE.

3.1.2 Campus Araguaína

O *Campus* Araguaína, do IFTO, faz parte da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e agregou o Centro de Educação Profissional de Araguaína do Tocantins, construído a partir de um convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Tocantins e o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC.

O *campus* está situado no município de Araguaína, cidade polo da Microrregião de Araguaína, no Norte do Tocantins, composta por 17 municípios (FIG. 1), na grande depressão formada pelo Vale do Rio Araguaia. A área territorial total do município é de 4.000,416 km² e a população estimada é de 164.093 mil/hab (IBGE/2010).

Atualmente, o *campus* atende cerca de 850 estudantes distribuídos nos cursos técnico integrado ao ensino médio em Informática e Biotecnologia; curso de formação inicial e continuada em operador de computador integrado ao ensino médio – PROEJA; curso Técnico em Enfermagem, curso técnico em Análises Clínicas; e curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o curso de Tecnologia em Gestão da Produção Indústria.

3.1.3 Campus Araguatins

O Campus Araguatins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Agrotécnica Federal de Araguatins – EAFA, tendo sido criada pelo Decreto nº 91.673, de 20 de setembro de 1985. A partir da Lei nº 11.892/2008, a unidade teve aumento gradativo no seu número de estudantes.

Em função desse aumento do número de estudantes, foram construídos laboratórios de Biologia, Química, Física, Microscopia, bloco com 24 salas de aula, bem como uma reforma de ampliação no setor de Biblioteca. Com foco nos cursos de Agropecuária e Informática, a unidade é referência na oferta do ensino técnico, tecnológico e superior para a microrregião do Bico do Papagaio, assim como para os Estados circunvizinhos: Maranhão e Pará.

3.1.4 Campus Colinas do Tocantins

O Campus Colinas do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto de 2011. O

funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A implantação da unidade em Colinas do Tocantins partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município. Os indicadores econômicos e populacionais assinalados pela população colinense apontaram para o eixo Agropecuário. Atualmente, oferta cursos técnicos nas áreas de Agropecuária e Informática, além dos seguintes cursos superiores: Bacharelado em Engenharia Agrônômica e Licenciatura em Computação, e especialização em Agropecuária Sustentável.

3.1.5 Campus Dianópolis

O Campus Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, está situado na mesorregião Sudeste do Estado do Tocantins, que é composta por 20 municípios. A unidade teve seu funcionamento autorizado mediante a Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade apresenta vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 hectares, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecida como Instituto de Menores de Dianópolis. Aliado ao potencial agrário, destaca-se também na área de Informática.

3.1.6 Campus Gurupi

O Campus Gurupi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário de Gurupi – UNIRG, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000 m². A unidade encontra-se em funcionamento desde o dia 20 de setembro de 2010. Atualmente oferta cursos técnicos e superiores nas áreas de Administração, Agronegócio, Artes e Construção Civil; ainda oferece a especialização em Arte Educação.

Além disso, oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho. A unidade desenvolve ainda diversas atividades de Extensão e Pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento social.

3.1.7 Campus Palmas

O Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Técnica Federal de Palmas (ETF Palmas), tendo sido oficialmente inaugurada em abril de 2003.

A unidade é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e região e ocupa uma área de 128.508,38 m². Oferta cursos de pós-graduação lato sensu, bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, técnicos nas modalidades subsequente, integrado ao ensino médio e Educação a Distância – EaD, e PROEJA. Além disso, também oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho.

3.1.8 Campus Paraíso do Tocantins

O Campus Paraíso do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, oficialmente inaugurada em novembro de 2007 e vinculada à Escola Técnica Federal de Palmas.

A unidade tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

3.1.9 Campus Porto Nacional

O Campus Porto Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, com início das atividades em 2 de agosto do mesmo ano. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 102, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade busca possibilitar à região o desenvolvimento socioeconômico, por meio de cursos profissionalizantes e de cursos superiores, abrangendo, inclusive, a formação de docentes. As áreas dos cursos são: Administração, Informática, Logística, Meio Ambiente e Vendas, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que concorre para sua conquista

profissional em excelência e denota as funções típicas desta instituição em promover o desenvolvimento social.

3.1.10 Campus Avançado Lagoa da Confusão

O Campus Avançado Lagoa da Confusão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, começou as atividades em 30 de julho de 2014. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC, e, nesse início, foram ofertados dois cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

A unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática. Além disso, é ofertado o Bacharelado em Engenharia Agrônômica, que foi concebido segundo as necessidades e demandas do município e região, uma vez que esse é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Lagoa da Confusão.

3.1.11 Campus Avançado Pedro Afonso

O Campus Avançado Pedro Afonso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto. Em junho de 2014, o governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações para o IFTO. A unidade teve o funcionamento autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática. No intuito de atender aos pedidos da comunidade local e região, foi implantado o bacharelado em Engenharia Agrônômica, que é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Pedro Afonso. O curso atende também às demandas dos Arranjos Produtivos Locais – APLs do município e região.

3.1.12 Campus Avançado Formoso do Araguaia

O Campus Avançado Formoso do Araguaia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, iniciou as atividades no primeiro semestre de 2014. A Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, do Ministério da Educação – MEC, autorizou o funcionamento da unidade, que inicialmente ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio

do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Até o presente momento, a unidade disponibiliza dois cursos técnicos subsequentes: Agricultura e Informática, além do desenvolvimento de vários cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e Extensão, que são ofertados conforme os Arranjos Produtivos Locais – APLs, promovendo o fortalecimento do município e região

4. METODOLOGIA

A Avaliação Interna no IFTO é entendida como um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, visando à melhoria da qualidade educativa e o alcance de maior relevância social.

Neste contexto a CPA tem como objetivo coletar informações e através de um senso crítico e coerente, examinar as informações disponíveis a fim de identificar as fragilidades, bem como potencialidades, e definir estratégias para a superação dos problemas identificados.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação do IFTO será construído com a participação e envolvimento de toda a comunidade, com o apoio dos dirigentes, atendendo aos princípios da transparência, do compromisso político e social, e do respeito à identidade institucional.

A fim de organizar a avaliação de uma instituição de ensino superior, o SINAES estabeleceu dez dimensões avaliativas, a saber:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que explicita a missão e caracteriza o PDI;
2. Política para o ensino, pesquisa e extensão, sem dúvida a dimensão mais complexa, que descreve a concepção curricular, a organização didático-pedagógica, prática e formação docente, ensino de graduação e pós-graduação, relevância social e científica das pesquisas, práticas institucionais de pesquisa, grupos de pesquisa, concepção e atividades de extensão;
3. A responsabilidade social da Instituição, que caracteriza atividades com impacto no desenvolvimento regional e nacional, descreve a relação com setores público, privado e do mercado de trabalho, além de instituições sociais, culturais, etc.;
4. A comunicação com a sociedade, que descreve os meios de comunicação internos e externos, e caracteriza a imagem pública da IES;
5. As políticas de pessoal e de carreiras, que detalha os processos de capacitação de pessoal e os planos de carreira, além do clima institucional (relações interpessoais etc);

6. Organização e gestão da instituição, que descreve o PDI, os órgãos colegiados, os modos de participação na gestão e tomada de decisões;
7. Infraestrutura física, que descreve desde as salas de aula até laboratórios e equipamentos, tendo como pano de fundo o ensino, a pesquisa e a extensão;
8. Planejamento e avaliação, que descreve os procedimentos de avaliação e acompanhamento pela Comissão Própria de Avaliação (órgão criado pela Lei do SINAES, em seu Artigo 11, cuja principal função é coordenar o processo de autoavaliação nas instituições de ensino superior);
9. Política de atendimento aos estudantes, que descreve o acompanhamento pedagógico, critérios de seleção, participação em atividades universitárias (bolsas, estágios, iniciação científica), atendimento de estudantes, acompanhamento de egressos etc;
10. Sustentabilidade financeira, que descreve as políticas de captação e aplicação de recursos, controle de despesas e investimentos etc.

As dimensões foram agrupadas em cinco eixos temáticos. São eles:

- **Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional:** considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
- **Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional:** contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
- **Eixo 3 – Políticas Acadêmicas:** abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
- **Eixo 4 – Políticas de Gestão:** compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
- **Eixo 5 – Infraestrutura Física:** corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Neste ciclo avaliativo recorreremos à técnica do inquérito, utilizando para tanto o instrumento denominado como questionário

Para tornar o questionário mais direto e de fácil entendimento as respostas serão organizadas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondem a: 0 (zero) – Não sei ou

não se aplica; 1 (um) – Muito ruim; 2 (dois) – Ruim; 3 (três) – Razoável; 4 (quatro) – Bom e 5 (cinco) – Excelente.

Os questionários serão estruturados de acordo com as dimensões preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e organizados conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014.

Será calculado o coeficiente de Cronbach (α) para mensurar e estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. Em que o alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, conforme Equação 1.

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right) \quad \text{Equação 1}$$

Onde:

k – correspondente ao número de itens do questionário;

s_i^2 – correspondente à variância de cada item;

s_t^2 – correspondente à variância total do questionário, determinada como a soma de todas as variâncias.

Segundo Hair *et al.* (2005) esse procedimento é utilizado para avaliar a confiabilidade da escala que fornece indicação sobre a consistência interna dos itens que mensuram o mesmo construto, sendo o nível mínimo de aceitação recomendado do Alpha de Cronbach é de 0,7. Segundo Smith (2015) esta estatística é a mais utilizada para se testar a confiabilidade de instrumentos, sobretudo, os recentemente desenvolvidos.

A outra técnica utilizada foi a análise dos resultados através da escala tipo Likert (Figura 1), que tem um poder de captação do real ainda mais significativo. Desta forma, pode-se ressaltar os estudos que permeiam a elaboração de instrumentos de coleta de dados, como a ordem das questões, a sua formulação e a disposição no questionário, contribuem no processo de reflexão acerca das questões metodológicas, que são uma demanda constante na Gestão Estratégica das IES.

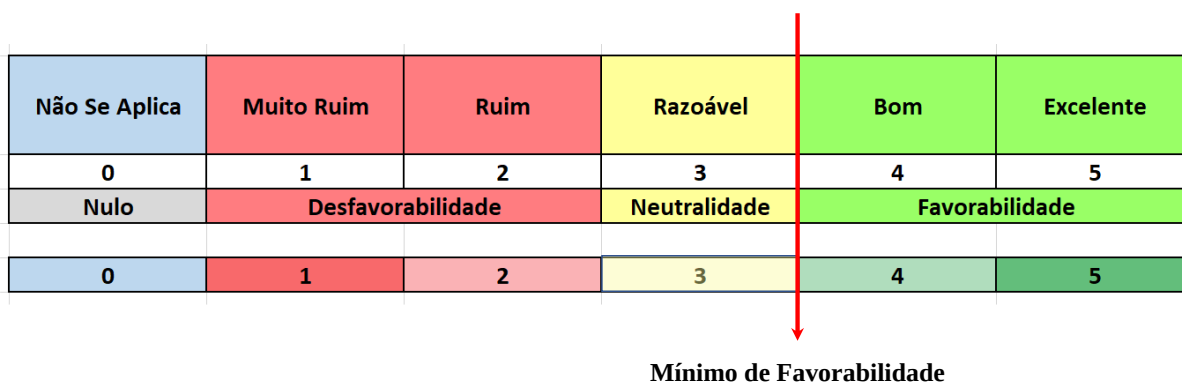


Figura 1: Régua de Satisfação – Escala de Likert.

O Índice de Satisfação – IS será medido através da adoção de margens para atuações em três estágios de tempos. A Saber:

- Plano de Ação Imediato: Quando o IS estiver no intervalo de $1 \leq IS \leq 2.9$;
- Plano de Ação Médio Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $3 \leq IS \leq 3.9$;
- Plano de Ação Longo Prazo: Quando o IS estiver no intervalo de $4 \leq IS \leq 4.9$;

5. CRONOGRAMA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA PARA O TRIÊNIO 2021-2023

Com o propósito de tornar a avaliação interna um processo atraente e agradável aos atores da comunidade acadêmica, para o triênio de 2021-2023, pretende-se realizar avaliações seriadas e contínuas, com a finalidade de direcionar o planejamento estratégico da IES. Para tanto, os eixos avaliativos serão avaliados anualmente conforme o cronograma abaixo.

Etapas	Trimestre / Ano											
	2º/2021	3º/2021	4º/2021	1º/2022	2º/2022	3º/2022	4º/2022	1º/2023	2º/2023	3º/2023	4º/2023	1º/2024
Elaboração do Questionário	X	X		X		X		X		X		X
Validação do Questionário	X	X		X		X		X		X		X
Sensibilização da Comunidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aplicação do Questionário	X		X		X		X		X		X	
Elaboração do Relatório Parcial				X				X				X
Envio ao EMEC/INEP				X				X				X
Socialização dos Resultados				X				X				X
Seminário sobre a Avaliação Institucional		X				X				X		

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAIR, J. F., Jr. ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Relatório de gestão – Exercício 2019**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

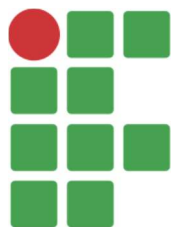
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Orçamento 2019 do IFTO**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/iftto/reitoria/pro-reitorias/proad/orcamento/orcamento-2019-iftto/view>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Execução Orçamentária e Financeira**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/iftto/reitoria/pro-reitorias/proad/execucao-orcamentaria-e-financeira>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Tocantins

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2ª PARCIAL
EXERCÍCIO 2019

Comissão Própria de Avaliação – CPA

PALMAS – TO
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

Reitor
Antonio da Luz Júnior

Chefe de Gabinete do Reitor
Milton Maciel Flores Júnior

Pró-Reitora de Ensino
Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-Reitora de Extensão
Gabriela de Medeiros Cabral

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-Reitor de Administração
Octaviano Sidnei Furtado

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Marilene Dantas Sepúlveda

Diretora de Comunicação
Andressa Lunna de Jesus

Diretora de Gestão de Pessoas
Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor de Infraestrutura
Danilo Gomes Martins

Diretor de Tecnologia da Informação
Kleyton Matos Moreira

Diretor-Geral do *Campus* Araguaína
Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-Geral do *Campus* Araguatins
Josafá Carvalho Aguiar

Diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia
Manoel Delintro de Castro Neto

Diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão
Jardel Barbosa dos Santos

Diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso
Miriam Peixoto Soares da Silva

Diretor-Geral do *Campus* Colinas do Tocantins
Iomar Lima Lago

Diretor-Geral do *Campus* Dianópolis
Pietro Lopes Rêgo

Diretor-Geral do *Campus* Gurupi
Marcelo Alves Terra

Diretor-Geral do *Campus* Palmas
Wendell Eduardo Moura Costa

Diretor-Geral do *Campus* Paraíso do Tocantins
Flávio Eliziário de Souza

Diretor-Geral do *Campus* Porto Nacional
Edilson Leite de Sousa

Comissão responsável pela elaboração deste relatório, instituída pela Portaria nº 166/2020/REI/IFTO, de 19 de fevereiro de 2020.

Segmento Docente:

Rodrigo Carvalho Dias – Reitoria - Presidente
Moises Laurence de Freitas Lima Junior – *Campus Araguatins*
Marcos Dias da Conceição - *Campus Araguatins*

Segmento Técnico Administrativo:

Kiara Souza dos Reis Cavalcante – *Campus Palmas*

Lista de Figuras

Figura 1 - Você conhece a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?	20
Figura 2 - Como você avalia a participação da comunidade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO?	23
Figura 3 - Como você avalia a política de capacitação e qualificação dos servidores?	24
Figura 4 - Como você avalia a integração dos servidores do <i>campus</i> ?	25
Figura 5 - Como você avalia as relações interpessoais no <i>campus</i> ?	25
Figura 6 - Como você avalia a atuação da Reitoria junto ao <i>campus</i> ?	26
Figura 7 - Como você avalia a atuação das Pró-reitorias junto ao <i>campus</i> ?	27
Figura 8 - Como você avalia a atuação do Consup?	27
Figura 9 - Como você avalia a atuação do Colégio de Dirigentes (Codir)?	28
Figura 10 - Como você avalia o acervo bibliográfico do seu curso?	30
Figura 11 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento do setor de gestão de pessoas (recursos humanos) do <i>campus</i> (ou reitoria no caso de <i>campus</i> avançado)?	31
Figura 12 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação/Setor Técnico Pedagógico (COTEPE/SETEPE) ou Coordenação de Apoio ao Ensino (CAEN)?	32
Figura 13 - Como você avalia o setor/comissão de assistência estudantil/CAE?	33
Figura 14 - Como você avalia a política de captação e alocação de recursos do seu <i>campus</i> ?	36
Figura 15 - Como você avalia a execução do orçamento pela equipe gestora do <i>campus</i> ?	37
Figura 16 - Como você avalia a relação entre o PDI e a previsão orçamentária?	37
Figura 17 - Como você avalia a prestação de contas da Direção do <i>campus</i> ?	38
Figura 18 - Como você avalia os meios de divulgação do Relatório de Gestão do IFTO?	39
Figura 19 - Como você avalia a quantidade e a qualidade dos recursos didáticos, pedagógicos e multimeios disponibilizados?	40
Figura 20 - Como você avalia os espaços de convivência no <i>campus</i> (quantidade, limpeza e conservação)?	42
Figura 21 - Como você avalia os espaços de convivência dos servidores?	42

Lista de Quadros

Quadro 1 - Plano de ações sugeridas pela CPA.	55
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Participantes da pesquisa do segmento discente.	15
Tabela 2 - Participantes da pesquisa dos segmentos docente e técnico administrativo.	16
Tabela 3 - Participantes do segmento comunidade externa.....	17
Tabela 4 - Você conhece a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?.....	20
Tabela 5 - Como você avalia a contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social da sua cidade e das cidades vizinhas?	21
Tabela 6 - Como você avalia a interação do IFTO com a comunidade nos aspectos culturais e artísticos?.....	21
Tabela 7 - Como você avalia as ações do IFTO voltadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade social?.....	22
Tabela 8 - Como você avalia a atuação da equipe gestora do <i>campus</i> (direção, diretorias, gerências e coordenações)?	28
Tabela 9 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento da biblioteca?	29
Tabela 10 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento dos laboratórios?	30
Tabela 11 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação de Registros Escolares – CORES?	31
Tabela 12 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação de estágios (coordenação de integração do serviço escola-empresa - CISEE)?	32
Tabela 13 - Como você avalia o atendimento e funcionamento dos setores de saúde?	33
Tabela 14 - Planilha de Execução Orçamentária dos recursos destinados ao funcionamento do IFTO, Ano 2019.	35
Tabela 15 - Como você avalia as condições físicas das salas de aula (limpeza, conservação, carteiras, lousa)?	40
Tabela 16 - Como você avalia a infraestrutura da biblioteca?	41
Tabela 17 - Como você avalia os laboratórios (quantidade de laboratórios, conservação, organização e modernização, materiais e equipamentos)?	41
Tabela 18 - Como você avalia a quantidade e a qualidade dos banheiros?.....	43
Tabela 19 - Como você avalia a lanchonete?	43
Tabela 20 - Como você avalia o refeitório/restaurante acadêmico da Instituição?	44
Tabela 21 - Como você avalia a acessibilidade ao <i>campus</i> de pessoas com necessidade específicas ou com mobilidade reduzida (mobiliário, equipamentos, vias de acesso, etc)?	44

Tabela 22 - Como você avalia as áreas de lazer e os ambientes destinados a atividades desportivas do <i>campus</i> (conservação, iluminação e modernização)?	45
Tabela 23 - Como você avalia o estacionamento e as vias de acesso ao <i>campus</i> (calçadas, acostamentos, sinalização entre outros)?.....	45
Tabela 24 - Como você avalia, em geral, a infraestrutura do <i>campus</i> (conservação, iluminação e paisagismo)?	46

Sumário

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	<i>Dados da Instituição</i>	<i>4</i>
1.1.1	Reitoria.....	5
1.1.2	Campus Araguaína.....	6
1.1.3	Campus Araguatins	6
1.1.4	Campus Colinas do Tocantins	7
1.1.5	Campus Dianópolis.....	7
1.1.6	Campus Gurupi	7
1.1.7	Campus Palmas.....	8
1.1.8	Campus Paraíso do Tocantins.....	8
1.1.9	Campus Porto Nacional	8
1.1.10	Campus Avançado Lagoa da Confusão	9
1.1.11	Campus Avançado Pedro Afonso	9
1.1.12	Campus Avançado Formoso do Araguaia	9
2	AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	11
2.1	<i>Objetivos da autoavaliação.....</i>	<i>12</i>
2.1.1	Objetivo Geral.....	12
2.1.2	Objetivos Específicos.....	12
3	METODOLOGIA	13
3.1	<i>Metodologia da Pesquisa</i>	<i>13</i>
3.2	<i>A técnica e o instrumento de pesquisa</i>	<i>17</i>
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	19
4.1	<i>Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....</i>	<i>19</i>
4.1.1	Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação	19
4.2	<i>Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional</i>	<i>20</i>
4.2.1	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	20
4.2.2	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	21
4.3	<i>Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....</i>	<i>22</i>
4.3.1	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	22
4.4	<i>Eixo 4 - Políticas de Gestão.....</i>	<i>22</i>
4.4.1	Dimensão 5: Políticas de Pessoal.....	23
4.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	26
4.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	34
4.5	<i>Eixo 5 - Infraestrutura física.....</i>	<i>39</i>
4.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física.....	39
5	ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES.....	47
5.1	<i>Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....</i>	<i>47</i>
5.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	47
5.2	<i>Eixo 2: Desenvolvimento Institucional</i>	<i>48</i>
5.2.1	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.....	48
5.2.2	Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição	48
5.3	<i>Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....</i>	<i>49</i>
5.3.1	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	49
5.4	<i>EIXO 4 - Políticas de Gestão.....</i>	<i>50</i>
5.4.1	Dimensão 5 - Políticas de pessoal e carreira.....	50
5.4.2	Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição.....	50

5.4.3	Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira.....	51
5.5	<i>Eixo 5 - Infraestrutura Física</i>	53
5.5.1	Dimensão 7 - Infraestrutura	53
6	PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....	55
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

Apresentação

O Relatório de Autoavaliação Institucional é um documento que descreve as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito do IFTO e, principalmente, apresenta uma autoavaliação crítica, propositiva e independente que aponta direcionamentos de ações para a instituição, a fim de propiciar o seu aprimoramento conforme orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 9 de outubro de 2014.

Este é o segundo Relatório Parcial referente ao triênio 2019-2021 e apresenta o resultado da Avaliação Institucional do IFTO que teve como base o ano de 2019. Ele foi elaborado a partir da análise de questionários respondidos pelos integrantes dos segmentos discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa, no segundo semestre de 2019. O estudo e análise dos documentos institucionais como Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e Relatório de Gestão, entre outros, também contribuíram para a construção desta autoavaliação.

Esse relatório segue as diretrizes estabelecidas no plano de trabalho e no cronograma de execução constante no primeiro relatório parcial do triênio 2019-2021, cujo conteúdo descreve a forma de trabalho da comissão, o planejamento de aplicação de questionários que visam avaliar as atividades desenvolvidas em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, de forma a contemplar todos os eixos do instrumento de avaliação e as propostas de ações para melhoria da instituição.

A elaboração deste Relatório de Autoavaliação Institucional atende à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação Nacional da Educação Superior – SINAES, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e também ao Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de maio de 2006, que dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, assim como atende à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Assim, esse relatório objetiva estabelecer dados e informações para reunir proposições que possibilitem o aumento da eficiência acadêmica por meio da melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, da assistência estudantil, assim como da própria gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes envolvidos em todo o processo. Assim ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social (SINAES, 2004).

O processo de avaliação das instituições é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA e nele está incluída a avaliação interna ou autoavaliação, que tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (SINAES, 2004). Nele, é possível identificar as fragilidades e as potencialidades da instituição distribuídas nas dez dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004.

Os eixos e dimensões de avaliação que estão contemplados neste 2º Relatório Parcial do triênio 2019-2021 foram definidos no planejamento das atividades da CPA, conforme consta no 1º Relatório Parcial do triênio 2019-2021.

Anteriormente ao período de coleta de dados, a CPA participou de reuniões com Colégio de Dirigentes do IFTO (Codir), Conselho Superior do IFTO (Consup) e demais segmentos da instituição para sensibilização quanto à importância do envolvimento e participação de toda a comunidade no processo de autoavaliação, destacando também a relevância deste relatório para a avaliação dos cursos de graduação da instituição. Especificamente, nos *campi*, as comissões locais da CPA realizaram um trabalho de divulgação e esclarecimentos, junto à comunidade interna, sobre o processo de autoavaliação que seria conduzido no período de 18 de novembro a 20 de dezembro de 2019.

Para realizar a etapa de coleta de informações, foram apresentados à comunidade questionários para os quatro segmentos: comunidade externa, discente, docente e técnicos administrativos. Os questionários foram diferenciados em algumas questões, levando-se em consideração o contexto específico de cada segmento avaliado.

Após a coleta, os dados foram tabulados, gerando tabelas e gráficos que refletem estatisticamente o que pensa cada segmento da comunidade acerca da atual situação do IFTO. O trabalho de consolidação do presente relatório só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

Assim, esta autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão, pois contém um relatório abrangente com análises, críticas e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino em todas as unidades do Instituto Federal do Tocantins. No capítulo seguinte, apresentamos um breve histórico do IFTO, e a descrição de suas unidades conforme apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024).

1.1 Dados da Instituição

O Sistema de Educação Profissional no Brasil efetuou reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico. Nessa perspectiva, tem-se buscado um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante para o desenvolvimento sustentável dos Estados, mediante a assinatura e execução de cláusulas conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

A história dos Institutos Federais tem início em 23 de setembro de 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, que se destacou, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional. A partir dessas unidades de ensino, foram criadas as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu art. 5º, determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: ... XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins”, equiparando-os às universidades federais. Ela adiciona o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, estimula a pesquisa, a produção cultural e a extensão vinculada à responsabilidade social e ao vínculo

direto com a melhoria do ensino médio. Além disso, estabelece que, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, deve garantir o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos integrados de nível médio, 20% para cursos de licenciaturas e 30% para outras ofertas. A Missão e Visão Institucional são dispostas em seu Estatuto, conforme segue:

Missão do IFTO

Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Visão do IFTO

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Atualmente o Instituto Federal do Tocantins é composto pelas seguintes unidades: Reitoria, que se localiza em Palmas, *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, *Campus Avançado Pedro Afonso*, *Campus Colinas do Tocantins*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins* e *Campus Porto Nacional*. A descrição da Reitoria, bem como das onze Unidades seguem apresentadas conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (2020-2024).

1.1.1 Reitoria

Localizada na cidade de Palmas – TO, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO é o órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, as quais estão sediadas nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.

A Reitoria do IFTO tem, entre suas principais funções, programar, desenvolver e acompanhar políticas educacionais, administrativas, de desenvolvimento tecnológico e de ação social, além de gerenciar e supervisionar a gestão sistemática do Instituto Federal do Tocantins, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas, como também as normas e leis que normatizam sua atividade. Também é sua função planejar o futuro, ouvindo sempre as comunidades interna e externa, nas quais se incluem discentes, egressos, docentes, técnicos administrativos, sociedade e governo, considerados público-alvo.

A Reitoria é o órgão administrativo superior do IFTO, subordinado ao Conselho Superior – Consup, órgão máximo do Instituto Federal do Tocantins. O reitor do IFTO ocupa o cargo por quatro anos. Sua seleção é realizada por meio de consulta à comunidade,

respeitada a paridade eleitoral. A Reitoria abrange o Gabinete do Reitor, a Diretoria de Comunicação – Dicom, a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a Diretoria de Infraestrutura – Dinfra, a Pró-Reitoria de Administração – Proad, a Pró-Reitoria de Ensino – Proen, a Pró-Reitoria de Extensão – Proex, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Propi e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proae.

1.1.2 Campus Araguaína

O *Campus Araguaína*, do IFTO, faz parte da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e agregou o Centro de Educação Profissional de Araguaína do Tocantins, construído a partir de um convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC.

O *campus* está situado no município de Araguaína, cidade polo da Microrregião de Araguaína, no norte do Tocantins, composta por 17 municípios, na grande depressão formada pelo Vale do Rio Araguaia. A área territorial total do município é de 4.000,416 km² e a população estimada é de 164.093 mil/hab (IBGE/2010).

Atualmente, o *campus* atende cerca de 850 estudantes distribuídos nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em informática e biotecnologia; curso de Formação Inicial e Continuada em operador de computador integrado ao ensino médio – Proeja; curso técnico em enfermagem, curso técnico em análises clínicas; e os cursos superiores de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas e gestão da produção industrial.

1.1.3 Campus Araguatins

O *Campus Araguatins*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Agrotécnica Federal de Araguatins – Eafa, tendo sido criada pelo Decreto nº 91.673, de 20 de setembro de 1985. A partir da Lei nº 11.892/2008, a unidade teve aumento gradativo no seu número de estudantes.

Em função desse aumento, foram construídos laboratórios de biologia, química, física, microscopia, bloco com 24 salas de aula, bem como uma reforma de ampliação no setor de biblioteca. Com foco nos cursos de agropecuária e informática, a unidade é referência na oferta do ensino técnico, tecnológico e superior para a microrregião do Bico do Papagaio, assim como para os Estados circunvizinhos: Maranhão e Pará.

1.1.4 Campus Colinas do Tocantins

O *Campus Colinas do Tocantins*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto de 2011. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A implantação da unidade em Colinas do Tocantins partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município. Os indicadores econômicos e populacionais assinalados pela população colinense apontaram para o eixo agropecuário. Atualmente, oferta cursos técnicos nas áreas de agropecuária e informática, além dos cursos superiores: bacharelado em engenharia agrônoma e licenciatura em computação; e especialização em agropecuária sustentável.

1.1.5 Campus Dianópolis

O *Campus Dianópolis*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, está situado na mesorregião Sudeste do Estado do Tocantins, que é composta por 20 municípios. A unidade teve seu funcionamento autorizado mediante a Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade apresenta vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 hectares, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecida como Instituto de Menores de Dianópolis. Aliado ao potencial agrário destaca-se também na área de informática.

1.1.6 Campus Gurupi

O *Campus Gurupi*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário de Gurupi – UNIRG, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000 m². A unidade encontra-se em funcionamento desde o dia 20 de setembro de 2010. Atualmente, oferta cursos técnicos e superiores nas áreas de administração, agronegócio, artes e construção civil; e ainda uma especialização em arte e educação.

Além disso, oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho. A unidade também desenvolve diversas atividades de extensão e pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento social.

1.1.7 Campus Palmas

O *Campus Palmas*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Escola Técnica Federal de Palmas (ETF Palmas), tendo sido oficialmente inaugurada em abril de 2003.

A unidade é referência em ensino de qualidade na capital do Tocantins e região e ocupa uma área de 128.508,38 m². Oferta cursos de pós-graduação *lato sensu*; bacharelados, licenciaturas, cursos tecnológicos e técnicos nas modalidades subsequente, integrado ao ensino médio, Educação a Distância – EaD, e Proeja. Além disso, também executa diversos projetos de pesquisa e extensão e oferta cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados à capacitação rápida da comunidade para o mundo do trabalho.

1.1.8 Campus Paraíso do Tocantins

O *Campus Paraíso do Tocantins*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Anteriormente, era regulamentado como Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, oficialmente inaugurada em novembro de 2007 e vinculada à Escola Técnica Federal de Palmas.

A unidade tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Atualmente, oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio, bacharelado, licenciatura e cursos tecnológicos das áreas de informática, agropecuária e ciências da natureza.

1.1.9 Campus Porto Nacional

O *Campus Porto Nacional*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, com início das atividades em 2 de agosto do mesmo ano. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 102, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade busca possibilitar à região o desenvolvimento socioeconômico, por meio de cursos profissionalizantes e de cursos superiores, abrangendo, inclusive, a formação de docentes. As áreas dos cursos são: Administração, Informática, Logística, Meio Ambiente e

Vendas, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que concorre para sua conquista profissional em excelência e denota as funções típicas desta instituição em promover o desenvolvimento social.

1.1.10 Campus Avançado Lagoa da Confusão

O *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, começou as atividades em 30 de julho de 2014. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC, e, nesse início, foram ofertados dois cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Atualmente, a unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática, além do curso superior de bacharelado em engenharia agrônômica, que foi concebido segundo as necessidades e demandas do município e região, uma vez que esse é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Lagoa da Confusão.

1.1.11 Campus Avançado Pedro Afonso

O *Campus Avançado Pedro Afonso*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto. Em junho de 2014, o governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações para o IFTO e cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC.

A unidade oferta cursos técnicos nas áreas de Agricultura e Informática, e no intuito de atender aos pedidos da comunidade local e região, implantou o bacharelado em Engenharia Agrônômica, que é o primeiro curso superior oferecido por instituição pública, em Pedro Afonso. O curso atende também às demandas dos Arranjos Produtivos Locais – APLs do município e região.

1.1.12 Campus Avançado Formoso do Araguaia

O *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, iniciou as atividades no primeiro semestre de 2014. A Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, do Ministério da Educação – MEC, autorizou o funcionamento da unidade, que inicialmente ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Até o

presente momento, a unidade disponibiliza dois cursos técnicos subsequentes: Agricultura e Informática, além do desenvolvimento de vários cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC e Extensão, que são ofertados conforme os Arranjos Produtivos Locais – APLs, promovendo o fortalecimento do município e região.

2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando que a avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual se constrói o conhecimento sobre sua própria realidade, este relatório permite conhecer a compreensão da comunidade quanto aos significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

Para tanto, as informações coletadas com os docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade externa foram sistematizadas e analisadas coletivamente, desvendando formas de organização, administração, ação e identificando pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, para estabelecer estratégias de superação de problemas.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA do IFTO conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade do IFTO e, também, da sociedade civil organizada. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização foram objeto de regulação própria aprovada pelo Conselho Superior da instituição.

Neste sentido, a avaliação institucional tem sido realizada anualmente pela CPA em parceria com as comissões locais de cada *campus*, que em sua composição também possuem membros representantes dos segmentos docentes, técnico-administrativos, discentes e da sociedade civil. Essas comissões locais são responsáveis pela aplicação dos questionários, compilação dos dados e elaboração dos relatórios específicos de cada unidade. Esses dados também são utilizados pela CPA central para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, o qual é disponibilizado à comunidade, à Reitoria e ao Ministério da Educação. Os atuais representantes da CPA do IFTO foram nomeados pela Portaria no 389/2019/REI/IFTO, de 28 de março de 2019.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes da participação e interesse da comunidade, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa. Para esta autoavaliação institucional, buscou-se a sensibilização da comunidade na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões e palestras.

Este 2º Relatório Parcial do triênio 2019-2021 utilizou como base o ano de 2019, e nele estão contempladas as dimensões 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 estabelecidas pelo art. 3º, da Lei nº 10.861/2004, que envolvem, respectivamente: a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional; Responsabilidade Social da Instituição; Comunicação com a Sociedade; Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; com Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação e Sustentabilidade Financeira. Entretanto, nem todas as dimensões foram avaliadas por todos os segmentos, algumas foram avaliadas somente pela comunidade externa, conforme foi demonstrado nos capítulos seguintes.

O Plano de Trabalho elaborado no primeiro relatório parcial, previa a realização da terceira autoavaliação contemplando os cinco eixos e as dez dimensões dispostas pelo SINAES. Contudo em virtude da suspensão das atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão, decorrente da pandemia causada pelo COVID 19 e das aulas remotas acompanhadas de novas tecnologias, a comissão deliberou que a terceira autoavaliação, ano letivo de 2020, terá como foco apenas o Eixo 03 - Políticas Acadêmicas, abordando suas respectivas dimensões: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; e Política de atendimento aos Discentes.

2.1 Objetivos da autoavaliação

2.1.1 Objetivo Geral

Avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, com base nos dados e análises produzidos nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.

2.1.2 Objetivos Específicos

- 1) Descrever a percepção da comunidade interna em relação à autoavaliação institucional do IFTO;
- 2) Analisar as informações coletadas identificando as potencialidades, aspectos com conceitos mínimos e fragilidades ou aspectos que requerem melhorias da instituição e dos cursos;
- 3) Conferir publicidade às informações coletadas e analisadas pela CPA;
- 4) Oferecer sugestões à gestão dos *campi* e reitoria de forma a subsidiar as tomadas de decisões para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

3 METODOLOGIA

A região Norte do Brasil, em sua organização política e administrativa, está dividida em sete Estados, sendo um deles o Estado do Tocantins, o mais novo da federação, cuja capital é Palmas. Nesse Estado está localizada a instituição de ensino superior, onde se encontram os docentes, técnicos administrativos em educação – TAEs, discentes, e os membros da comunidade externa que participaram do presente estudo.

O IFTO é uma instituição pública de ensino técnico e superior, com sede administrativa na cidade de Palmas, Estado do Tocantins. O IFTO possui diversos *campi* distribuídos nas cidades de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional. Com exceção do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, todas as unidades oferecem cursos superiores à comunidade.

A amostra da pesquisa foi constituída a partir do quadro de docentes, TAEs e discentes, que atuam nos cursos ofertados no IFTO, conforme apresentadas na Tabela 2.1, e membros da comunidade externa que responderam ao questionário disponibilizado no período de 18 de novembro a 20 de dezembro de 2019.

3.1 Metodologia da Pesquisa

Nesta autoavaliação adotou-se como metodologia a aplicação de questionário aos integrantes da comunidade. Esse formulário foi disponibilizado eletronicamente por meio de links encaminhados ao e-mail institucional de todos os servidores e como mensagem no sistema acadêmico, de forma a alcançar todos os discentes do IFTO, conforme endereços eletrônicos seguintes: comunidade externa (<https://forms.gle/Y5LHWTsMguXJHLweA>), docentes (<https://forms.gle/H5PTcDR7zV2k21aQ6>); TAE (<https://forms.gle/uzxFfRf7PTqH8a6g7>); e discentes (<https://forms.gle/B4biGCjoCter6KzHA>). O questionário direcionado a comunidade externa foi disponibilizado no portal da Instituição e no hall de entrada das unidades.

Em relação à divulgação do período de autoavaliação institucional, o setor de jornalismo da reitoria publicou uma matéria no dia 18 de novembro de 2019, conforme o link <http://www.iftto.edu.br/noticias/cpa-realiza-autoavaliacao-institucional>, e outra no dia 10 de dezembro de 2019, disponível no link <http://www.iftto.edu.br/noticias/autoavaliacao->

[institucional-deve-ser-respondida-ate-o-dia-20](#), informando acerca dos prazos e da importância da autoavaliação. Estas notícias também foram encaminhadas a lista de e-mails dos servidores convidando-os a participar do processo.

Além disto, a CPA também encaminhou a todos os discentes, por meio do sistema acadêmico (SIGA-EPCT-11.1), notificações alertando-os do prazo e da importância de sua participação. A síntese da população e da amostra da nossa pesquisa envolvendo todos os segmentos pode ser visualizada nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Participantes da pesquisa do segmento discente.

Nº	Unidade	Discentes agrupados por nível de ensino							
		PROEJA e FIC	Técnico		Superior		Pós-Graduação		
		População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
1	Araguatins	0	0	493	46	500	102	0	13
2	Araguaína	93	19	639	70	254	56	80	4
3	Colinas	0	0	230	23	274	28	119	0
4	Dianópolis	0	0	255	128	343	132	0	0
5	Gurupi	30	0	311	20	298	17	122	0
6	Palmas	261	3	1431	166	1961	185	65	4
7	Paraíso do Tocantins	0	0	472	20	650	56	0	0
8	Porto Nacional	26	0	605	15	648	40	0	0
9	Formoso do Araguaia	120	0	351	12	0	0	0	0
10	Pedro Afonso	2	0	192	67	74	23	0	0
11	Lagoa da Confusão	0	0	136	5	39	5	0	0
Total parcial		532	22	5115	572	5027	644	386	21
Total geral da amostra		1259							
Total Geral da população		11060							

Fonte: SISTEC Fevereiro/2020 e acervo do pesquisador.

Tabela 2 - Participantes da pesquisa dos segmentos docente e técnico administrativo.

Nº	Unidade	Docentes		TAEs	
		População	Amostra	População	Amostra
1	Araguatins	77	42	113	41
2	Araguaína	53	51	36	39
3	Colinas	42	30	33	21
4	Dianópolis	39	35	35	28
5	Gurupi	49	30	41	9
6	Palmas	232	149	106	28
7	Paraíso do Tocantins	66	33	44	11
8	Porto Nacional	57	29	34	12
9	Formoso do	13	9	11	5
10	Pedro Afonso	16	15	9	10
11	Lagoa da Confusão	3	10	12	5
12	Reitoria	0	2	98	28
Total		647	435	572	237
Total geral da amostra		435		237	

Fonte: PDI do IFTO 2020-2024.

Tabela 3 - Participantes do segmento comunidade externa.

Segmento Comunidade externa			
Cidade	Amostra	Unidade Próxima	Participação
Araguaína	6	Araguaína	7,06%
Araguatins	4	Araguatins	8,24%
Augustinópolis	1		
Carrasco Bonito	1		
Palestina do Pará	1		
Colinas do Tocantins	8	Colinas	10,59%
Itapiratins	1		
Almas	1	Dianópolis	15,29%
Dianópolis	9		
Porto Alegre do Tocantins	2		
Rio da Conceição	1		
Gurupi	1	Gurupi	1,18%
Palmas	7	Palmas	8,24%
Paraíso do Tocantins	1	Paraíso do Tocantins	1,18%
Bom Jesus do Tocantins	4	Pedro Afonso	47,06%
Pedro Afonso	36		
Silvanópolis	1	Porto Nacional	1,18%
	85		100,0%

Fonte: Acervo da CPA.

3.2 A técnica e o instrumento de pesquisa

Nesta pesquisa, recorreu-se à técnica do inquérito, utilizando para tanto o instrumento denominado como questionário. Visando ao sigilo necessário à pesquisa científica, não foi solicitada aos participantes a identificação nominal, mas, para evitar que o questionário fosse respondido mais de uma vez pela mesma pessoa, solicitou-se a identificação pelo número do CPF.

Conforme citado anteriormente, a autoavaliação institucional foi realizada utilizando como base um instrumento específico para cada um dos quatro segmentos: docente, discente,

TAE e comunidade externa. O instrumento utilizado tomou como base o questionário utilizado nos anos anteriores.

Para tornar o questionário mais direto e de fácil entendimento as respostas foram organizadas numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondem a: 0 (zero) – Não sei; 1 (um) – Muito ruim; 2 (dois) – Ruim; 3 (três) – Razoável; 4 (quatro) – Bom e 5 (cinco) – Muito bom.

Os questionários foram estruturados de acordo com as dimensões preconizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, e organizados conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Na segunda parcial, foram abordados os três eixos para os segmentos discente, docente e técnico administrativo e os cinco eixos para a comunidade externa, dispostas na seguinte ordem:

Eixo 1: Questionário e resultado da amostragem para Comunidade externa;

Eixo 2: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente, TAE e Comunidade externa;

Eixo 3: Questionário e resultado da amostragem para Comunidade externa;

Eixo 4: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente, TAE e Comunidade externa;

Eixo 5: Questionário e resultado da amostragem para Discente, Docente, TAE e Comunidade externa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os dados obtidos a partir da segunda autoavaliação institucional realizada no ano de 2019. Para tanto organizamos o presente capítulo em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dimensões avaliadas.

Importante destacar que, conforme informado no capítulo 2, algumas dimensões não foram avaliadas pela comunidade interna, mas somente pela comunidade externa, em virtude desse segmento não ter sido contemplado na primeira autoavaliação do presente triênio. Assim, os resultados da avaliação dos eixos 1 e 3, discutidos neste relatório, se referem somente aos dados coletados junto à comunidade externa.

Segundo os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, do capítulo anterior, aproximadamente 67% dos docentes participaram da segunda autoavaliação institucional, o que corresponde a um aumento de 29,77% em comparação com a amostra da primeira autoavaliação institucional do triênio 2019-2021. Quanto ao segmento TAE, participaram da segunda autoavaliação 41% da população, indicando um crescimento de 18,68% em relação à autoavaliação anterior. No segmento discente, cuja participação foi de 11,38%, houve uma redução de 29,4% no tamanho da amostra em comparação com a autoavaliação anterior.

4.1 Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

4.1.1 *Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação*

Esta dimensão foi avaliada somente pela comunidade externa e, conforme resultado apresentado pelos participantes desse segmento, 94% estão disposto a estudar no IFTO. Aqueles que responderam que não estudariam justificaram a falta de oportunidade ou dificuldade no processo de seleção. Somente um deles não considera o IFTO apropriado devido à liberdade dada aos estudantes.

Quanto ao questionário utilizado na autoavaliação, os participantes da comunidade aprovaram o instrumento e a oportunidade de avaliar a Instituição. Entre os comentários registrados, observou-se que eles gostariam da oportunidade de avaliar também os profissionais do quadro docente da Instituição.

4.2 Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional

4.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Em relação à Missão e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), observou-se que a maioria dos discentes (59,7%) afirmou que não conhece a missão e o PDI da Instituição e pouco mais da metade dos participantes da comunidade externa conhece a missão e o PDI, conforme dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Você conhece a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

Segmentos	Sim	Não
Comunidade Externa	56,5%	43,5%
Discente	40,3%	59,7%
Docente	78,6%	21,4%
Técnico Administrativo	76,8%	23,2%

Fonte: Acervo da CPA.

Apesar de mais de 75% dos servidores da Instituição conhecer a missão e o PDI da Instituição, aproximadamente 75% deles não consideram boa a participação deles na construção desses documentos, conforme Figura 1.

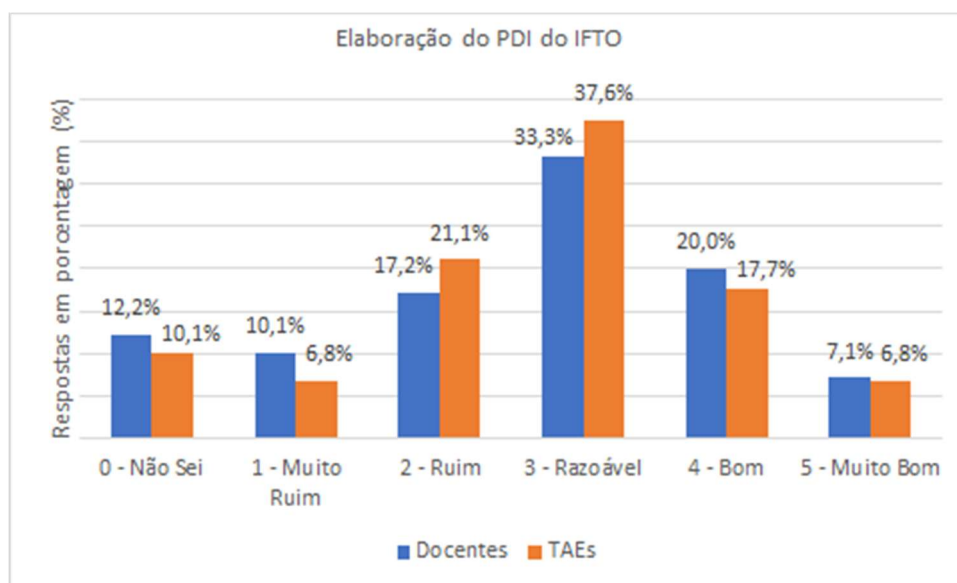


Figura 1 - Você conhece a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?

Fonte: Acervo da CPA.

4.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Quanto à contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social das cidades do estado do Tocantins, cerca de 93% da comunidade externa que respondeu ao questionário considera boa ou muito boa a participação dos profissionais formados no IFTO no mercado de trabalho. Além disso, mais de 70% dos participantes da comunidade interna, avaliam que os cursos oferecidos à comunidade, consultorias e demais ações do IFTO contribuem de forma relevante para o desenvolvimento econômico e social do estado, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Como você avalia a contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social da sua cidade e das cidades vizinhas?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	1,2%	0,0%	1,2%	4,7%	25,9%	67,1%
Discente	1,9%	2,2%	4,4%	16,0%	34,8%	40,7%
Docente	0,7%	2,1%	6,7%	17,2%	39,1%	34,3%
Técnico Administrativo	2,1%	1,7%	4,6%	13,1%	36,3%	42,2%

Fonte: Acervo da CPA.

Ainda em relação à contribuição do IFTO, aproximadamente 80% dos participantes da comunidade externa considera boa ou muito boa a importância do IFTO para o comércio das cidades onde estão as unidades e para as cidades vizinhas.

Em relação à interação do IFTO com a comunidade envolvendo os aspectos culturais e artísticos, por meio de shows, apresentações culturais, teatrais e musicais, a comunidade interna e externa avalia, em sua maioria, como boa e muito boa, conforme pode-se observar na Tabela 6.

Tabela 6 - Como você avalia a interação do IFTO com a comunidade nos aspectos culturais e artísticos?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	0%	1,2%	7,1%	22,4%	22,4%	47,1%
Discente	1%	4,3%	7%	19,5%	30,9%	37,4%
Docente	1,1%	4,6%	11,3%	29%	33,6%	20,5%
Técnico Administrativo	1,7%	2,5%	11,4%	25,7%	36,3%	22,4%

Fonte: Acervo da CPA.

Relativamente às ações do IFTO voltadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade social, a comunidade considera, na sua maioria, como boa ou muito boa. Em particular, 51,8% dos participantes da comunidade externa consideram como muito boa essas ações, conforme dados constantes na Tabela 7.

Tabela 7 - Como você avalia as ações do IFTO voltadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade social?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	4,7%	1,2%	2,4%	12,9%	27,1%	51,8%
Discente	1,1%	3,1%	5,8%	16,1%	32,9%	41%
Docente	1,4%	4,6%	7,8%	26%	37,9%	22,3%
Técnico Administrativo	0,8%	3%	5,5%	27,4%	40,5%	22,8%

Fonte: Acervo da CPA.

4.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

4.3.1 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

A comunicação com a Sociedade, disposta na dimensão 4, do Eixo 3, foi avaliada somente pela Comunidade externa, e segundo as respostas coletadas, aproximadamente 81%, considera bom ou muito bom o relacionamento do Instituto Federal do Tocantins com esse segmento. Além disso, 87% dos membros da comunidade externa que participaram da pesquisa avaliaram como boa e muito boa a imagem do IFTO perante esse segmento.

Relativamente à comunidade interna, que teve a oportunidade de avaliar essa dimensão na primeira autoavaliação deste triênio (2019-2021), a imagem da instituição e a comunicação com a sociedade foi muito bem avaliada pelos discentes, alcançando valores superiores a 70%. O segmento docente considerou como boa em cerca de 40%, seguido por 30% que a consideraram regular. Os técnicos administrativos também avaliaram a imagem da instituição e a comunicação com a sociedade como boa (37,3%) ou regular (28,4%).

4.4 Eixo 4 - Políticas de Gestão

4.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Quanto às políticas de pessoal da Instituição, o primeiro ponto avaliado foi o orçamento disponível para qualificação e capacitação dos servidores. De acordo com os dados apresentados pela Pró-reitoria de Administração do IFTO, em 2019 foi alocado para utilização em programas de capacitação dos servidores o montante de R\$ 642.879,00 (Seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e nove reais), cuja capacidade de execução foi de aproximadamente 97% desse recurso.

Para os servidores, entretanto, esse valor não é suficiente. Segundo os resultados apresentados na Figura 2, pouco mais de 20% dos participantes dos segmentos docente e técnico administrativo consideram esse orçamento como bom ou muito bom.

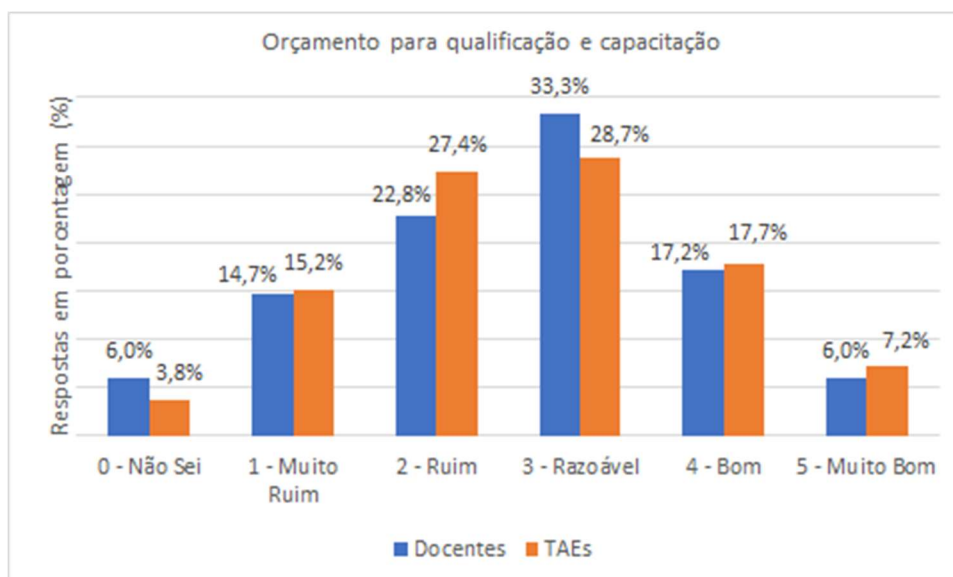


Figura 2 - Como você avalia a participação da comunidade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO?

Fonte: Acervo da CPA.

Conforme demonstrado no Relatório de Gestão de 2019, para a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores do IFTO foram realizadas diversas ações como: cursos, treinamentos e seminários, além dos cursos de educação formal, com o objetivo de atender às necessidades da Instituição, em que participaram mais de 500 servidores e colaboradores.

Ainda relacionado às políticas de pessoal identificou-se que no ano de 2019 foram realizadas 71 novas concessões de afastamento integral para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Contudo, em relação à política de capacitação e qualificação dos servidores que incluem a concessão de afastamentos, o programa pró-qualificar, a disponibilidade de vagas em mestrado

e doutorado institucional, a participação em congressos e outros cursos, pouco mais de 40% dos servidores consideram que é boa ou muito boa. A maioria dos participantes do segmento docente e técnico administrativo não está satisfeita com a política de capacitação e qualificação adotada pela Instituição, conforme Figura 3.

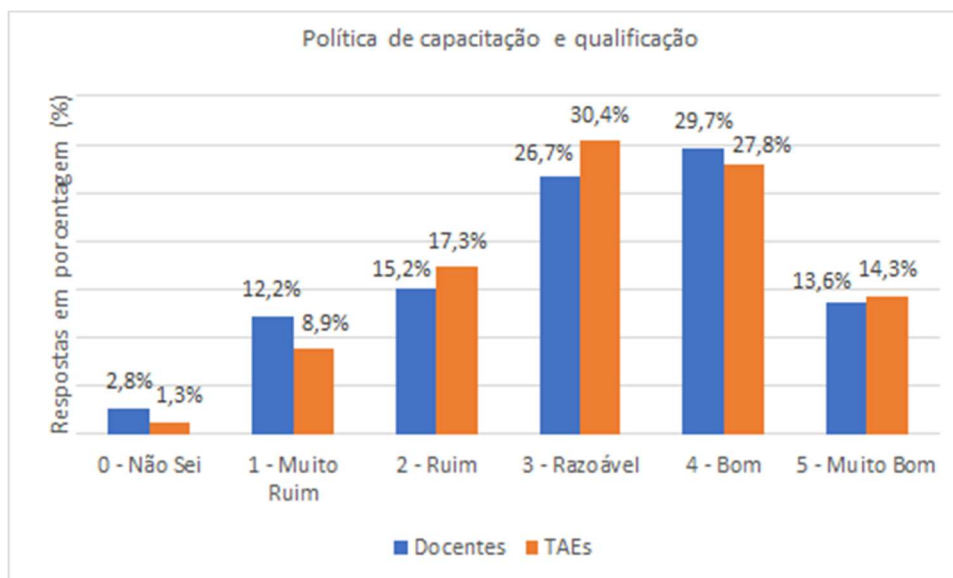


Figura 3 - Como você avalia a política de capacitação e qualificação dos servidores?
Fonte: Acervo da CPA.

Ainda avaliando as políticas de pessoal da Instituição, observa-se na Figura 4 que os segmentos: docente e técnico administrativo, também não estão satisfeitos com as estratégias de integração dos servidores nos diversos *campi*. Essa percepção ainda é pior entre os servidores docentes, somente 37% deles consideram boa ou muito boa a integração dos servidores no *campus*, enquanto entre os técnicos administrativos esse percentual é de 46%.

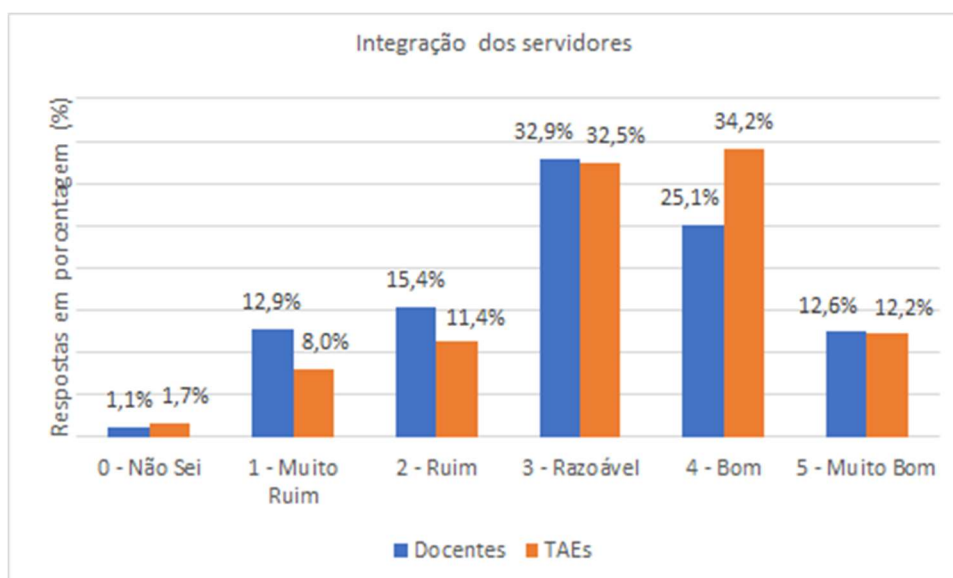


Figura 4 - Como você avalia a integração dos servidores do *campus*?
Fonte: Acervo da CPA.

Essa ausência de integração pode estar prejudicando também as relações interpessoais nas unidades, pois o mesmo resultado é observado nas respostas dos servidores docentes e técnicos administrativos quanto a este assunto. Aproximadamente 55% dos docentes que responderam ao questionário consideram as relações interpessoais no *campus* razoável, ruim ou muito ruim e somente 45% consideram boa ou muito boa. Entre os servidores técnicos os resultados são parecidos, aproximadamente 50% dos participantes consideram as relações interpessoais no *campus* muito ruins, ruins ou razoáveis e 47% consideram-nas boas ou muito boas, conforme Figura 5.

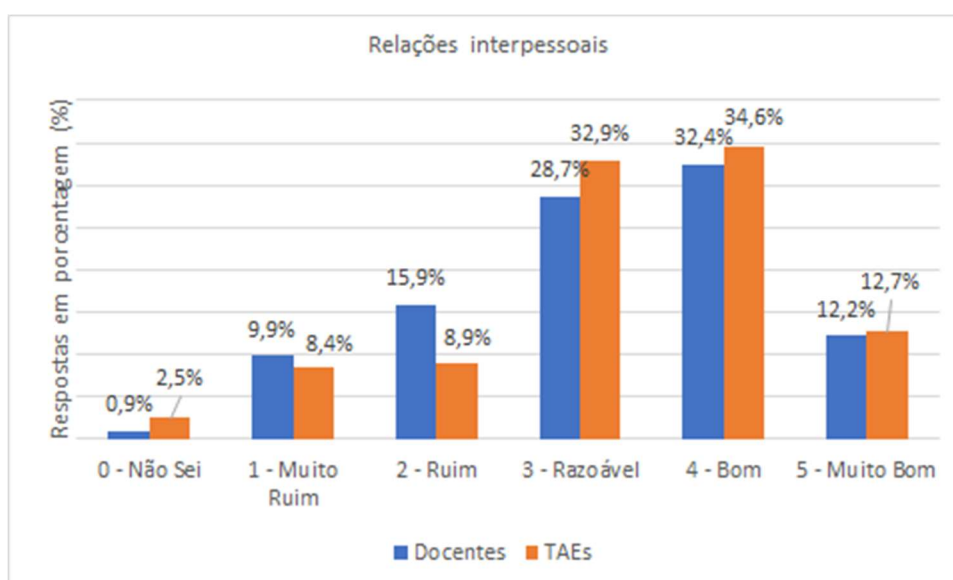


Figura 5 - Como você avalia as relações interpessoais no *campus*?
Fonte: Acervo da CPA.

O segmento discente também teve a oportunidade de avaliar os relacionamentos interpessoais na Instituição. Eles, por sua vez, avaliaram a relação entre os professores e os

estudantes. Para cerca de 69% desse segmento essa relação é boa ou muito boa. Somente 11% dos participantes da avaliação responderam que essa relação entre professor e estudante é ruim ou muito ruim.

4.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Em relação à organização e gestão da Instituição, a comissão questionou os participantes quanto à atuação dos diferentes órgãos do IFTO. Para 50% dos servidores técnicos administrativos o modelo de gestão adotado pela reitoria junto aos *campi* é bom ou muito bom e somente 18% consideram essa atuação ruim ou muito ruim. Os servidores docentes, entretanto, tem outra opinião. Apenas 39% deles consideram a atuação da reitoria junto ao *campus* boa ou muito boa e 28% avaliaram como ruim ou muito ruim, conforme Figura 6.

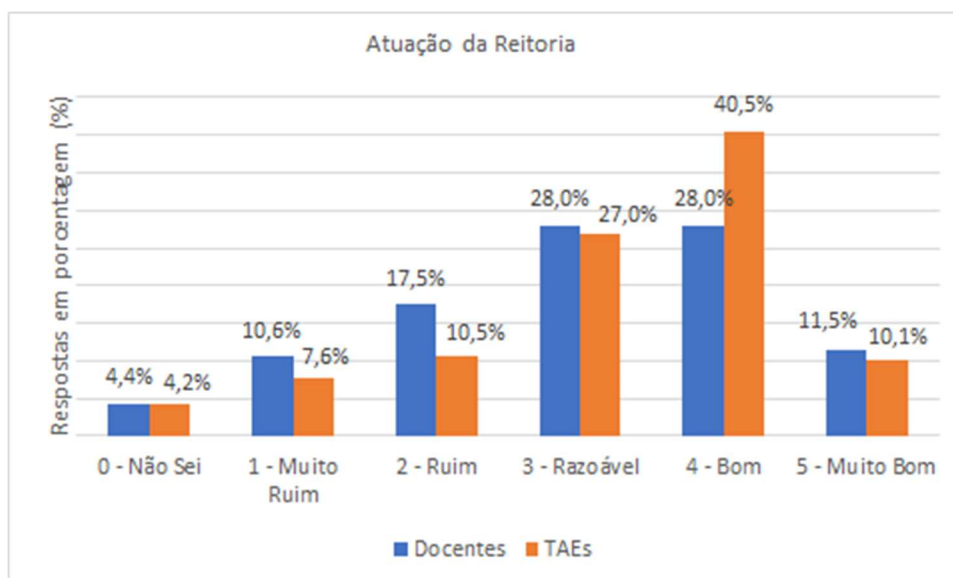


Figura 6 - Como você avalia a atuação da Reitoria junto ao *campus*?

Fonte: Acervo da CPA.

A atuação das Pró-reitorias junto ao *campus* seguiu o mesmo resultado. Na Figura 7 é possível observar que cerca de 41% dos servidores TAE's avaliaram essa atuação como boa ou muito boa e 21% consideram-na ruim ou muito ruim. No segmento docente, aproximadamente 35% dos integrantes consideram a atuação das Pró-reitorias boa ou muito boa enquanto 29% avaliaram essa atuação como ruim ou muito ruim.

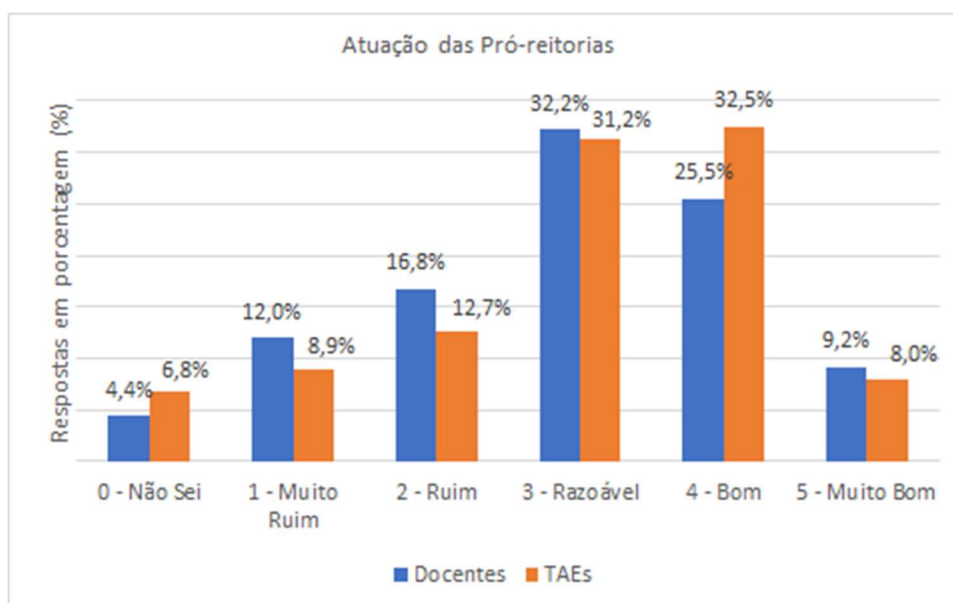


Figura 7 - Como você avalia a atuação das Pró-reitorias junto ao *campus*?
Fonte: Acervo da CPA.

O Consup, também foi avaliado pelos servidores docentes e técnicos administrativos. A Figura 8 demonstra que aproximadamente 40% dos participantes avaliaram a atuação do Consup como boa ou muito boa, enquanto 23% e 13%, respectivamente, avaliaram sua atuação como ruim ou muito ruim.

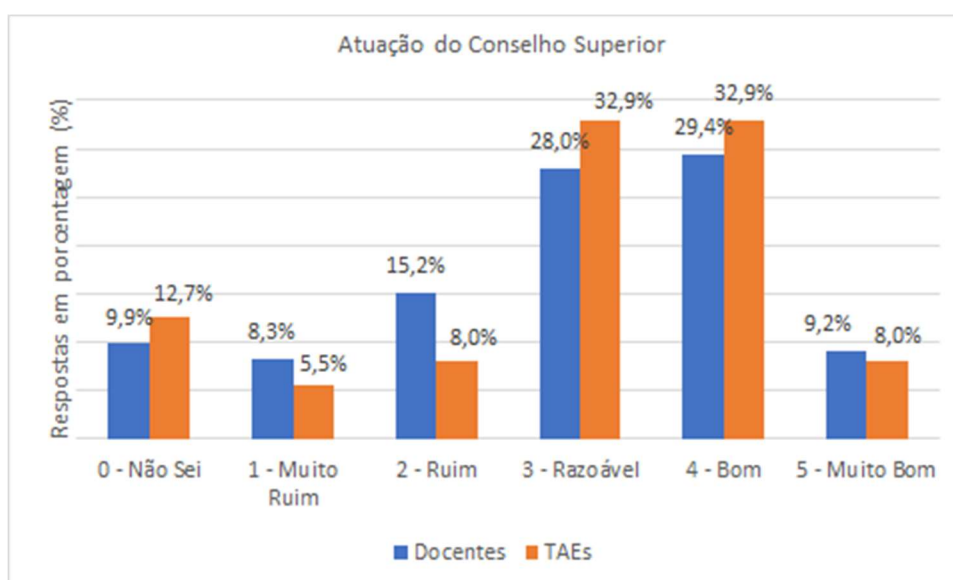


Figura 8 - Como você avalia a atuação do Consup?
Fonte: Acervo da CPA.

Para os estudantes, questionou-se sobre a atuação do representante discente no Consup do IFTO, em relação a sua participação e socialização das informações discutidas no âmbito desse Conselho. Aproximadamente 19% dos participantes avaliaram a atuação do colega como ruim ou muito ruim, enquanto cerca de 47% avaliaram como boa ou muito boa. Mais de 7% deles não

souberam responder a essa pergunta, o que indica a necessidade de maior divulgação e esclarecimento da importância desse segmento no Consup.

Esse segmento também avaliou a atuação dos representantes discentes no Colegiado do curso. Para 51% deles a participação do representante discente e socialização das informações discutidas no âmbito do colegiado é boa ou muito boa. Aproximadamente 24% consideram-na razoável e 15% ruim ou muito ruim.

Em relação à atuação do Colégio de Dirigentes, a Figura 9 demonstra que os servidores técnicos administrativos também apresentaram uma melhor avaliação. Para 40% dos participantes desse segmento a atuação do Codir é boa ou muito boa e somente 16% avaliaram como ruim ou muito ruim. No segmento docente, aproximadamente 12% consideram essa atuação ruim ou muito ruim e 34% consideram boa ou muito boa. Observa-se ainda que uma parcela expressiva dos servidores docentes e TAEs, não souberam avaliar essa questão.

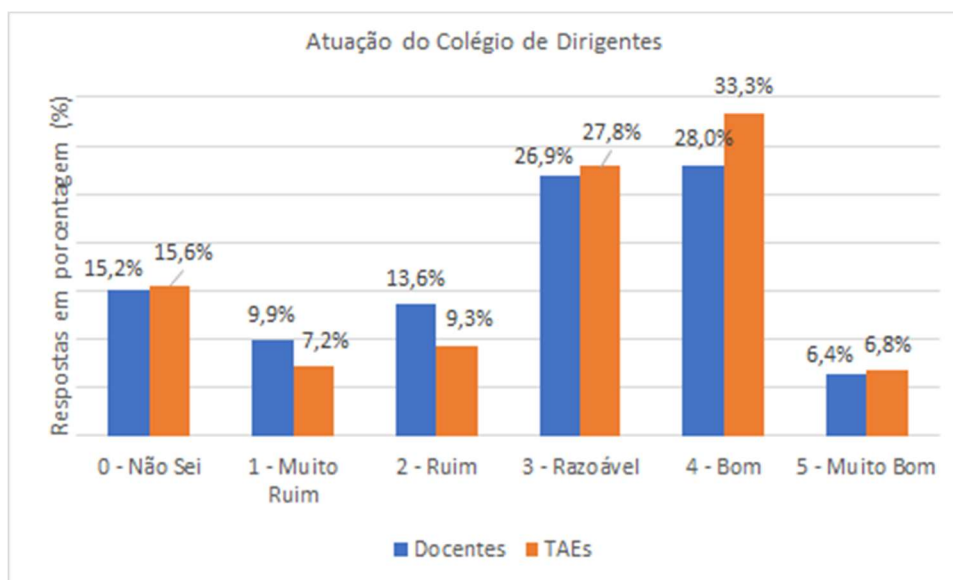


Figura 9 - Como você avalia a atuação do Colégio de Dirigentes (Codir)?

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à atuação da equipe gestora do *campus*, a comissão optou por ouvir os três segmentos da comunidade interna. Os dados da Tabela 8 mostram que mais de 60% dos participantes aprovam a atuação da atual equipe gestora.

Tabela 8 - Como você avalia a atuação da equipe gestora do *campus* (direção, diretorias, gerências e coordenações)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	1,5%	4,6%	8,5%	20,1%	33,5%	31,8%
Docente	0,2%	6,4%	10,1%	22,3%	39,3%	21,6%
Técnico Administrativo	3,8%	4,6%	9,3%	19,8%	42,2%	20,3%

Fonte: Acervo da CPA.

Os servidores docentes também avaliaram a atuação dos coordenadores dos cursos superiores e, segundo os resultados, aproximadamente 59% deles consideram a atuação desses coordenadores como boa ou muito boa. Menos de 6% avaliaram como ruim ou muito ruim e 23% consideram razoável.

Entre os integrantes do segmento discente, aproximadamente 71% dos que participaram da autoavaliação consideram a atuação de seu coordenador de curso como boa ou muito boa, e somente 11% avaliaram como ruim ou muito ruim.

Ainda em relação à organização e gestão da Instituição, a comissão questionou os participantes dos quatro segmentos quanto ao atendimento e funcionamento de diversos setores da Instituição. A Tabela 9 demonstra que a maioria dos participantes dos três segmentos avaliam o atendimento e funcionamento da biblioteca como bom ou muito bom.

Tabela 9 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento da biblioteca?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	2,4%	5,1%	6,8%	13,6%	28,4%	43,6%
Docente	1,6%	1,8%	6,7%	17,0%	43,4%	29,4%
Técnico Administrativo	11,4%	0,8%	2,5%	13,1%	42,6%	29,5%

Fonte: Acervo da CPA.

O acervo bibliográfico disponível para os diversos cursos também foi avaliado pelos integrantes dos segmentos docente e discente, disposto na Figura 10. Para 48% dos professores a quantidade e/ou qualidade dos livros disponíveis é boa ou muito boa, enquanto que para cerca de 21% a quantidade e/ou qualidade do acervo disponível é ruim ou muito ruim. Entre os estudantes, a avaliação é melhor, aproximadamente 63% consideram o acervo disponível bom ou muito bom e somente 13% consideram ruim ou muito ruim.

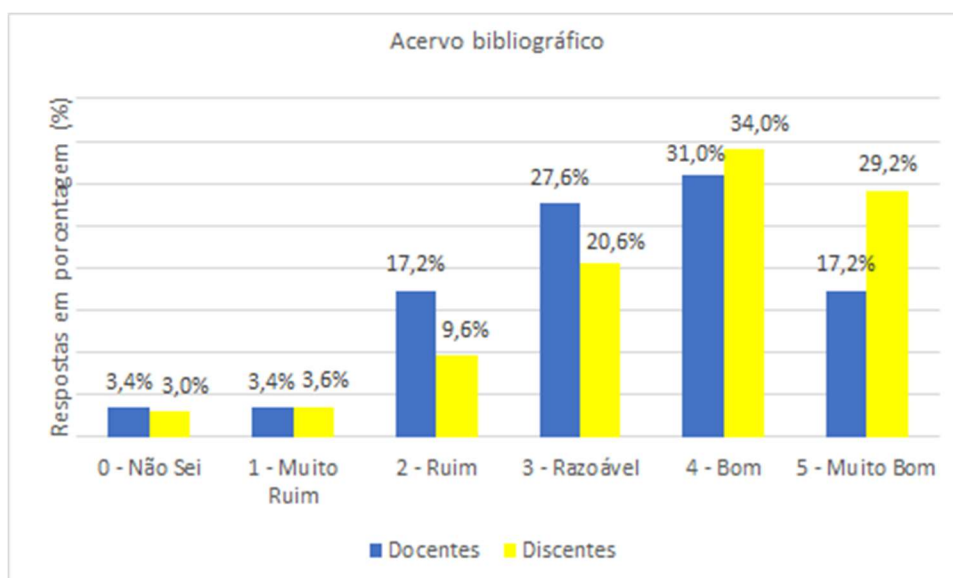


Figura 10 - Como você avalia o acervo bibliográfico do seu curso?

Fonte: Acervo da CPA.

Quanto ao atendimento e funcionamento dos laboratórios, foram questionados os três segmentos da comunidade interna e como pode ser visualizada na Tabela 10, a maioria dos participantes avaliou como boa ou muito boa. Acredita-se que, em relação a avaliação do segmento TAE, um número expressivo de servidores das áreas administrativas participaram da autoavaliação e não souberam responder a questão.

Tabela 10 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento dos laboratórios?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	2,9%	5,1%	7,6%	20,0%	30,7%	33,6%
Docente	9,2%	8,0%	9,9%	25,3%	33,1%	14,5%
Técnico Administrativo	19,0%	1,3%	4,2%	18,6%	36,7%	20,3%

Fonte: Acervo da CPA.

O atendimento e funcionamento do setor de Gestão de Pessoas foram avaliados somente pelos principais demandantes, integrantes dos segmentos: docente e técnico administrativo. De acordo com a Figura 11, esse setor obteve a melhor avaliação de todos os setores avaliados. Aproximadamente 80% dos dois segmentos avaliaram o atendimento e funcionamento desse setor como bom e muito bom.

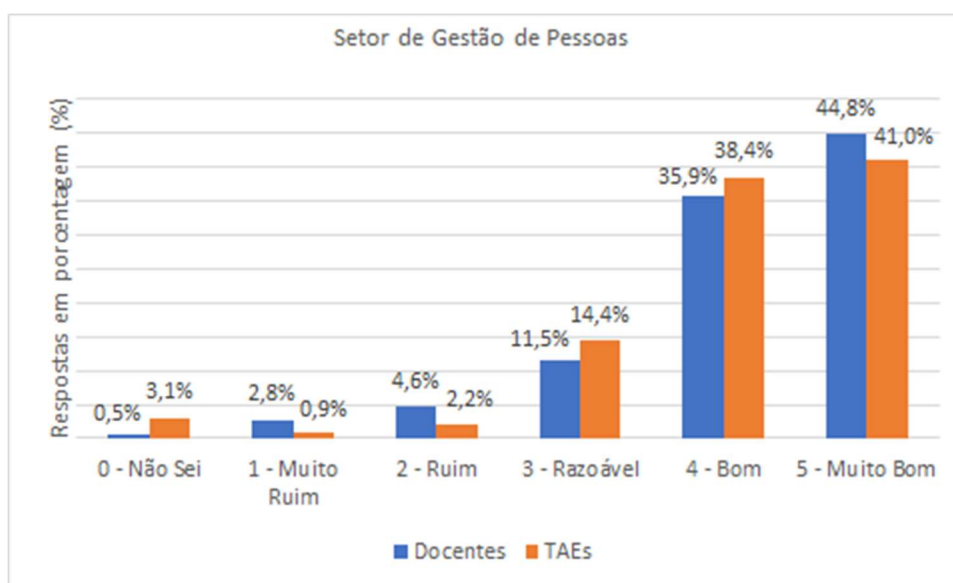


Figura 11 - Como você avalia o atendimento e o funcionamento do setor de gestão de pessoas (recursos humanos) do *campus* (ou reitoria no caso de *campus* avançado)?

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação ao atendimento e funcionamento da Coordenação de Registros Escolares – CORES foram coletadas informações dos três segmentos da comunidade interna. Na Tabela 11 está demonstrado que a maioria da comunidade avalia o atendimento e funcionamento desse setor como bom ou muito bom.

Tabela 11 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação de Registros Escolares – CORES?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	4,2%	3,9%	5,9%	16,2%	31,0%	38,8%
Docente	1,4%	2,1%	4,6%	10,8%	43,2%	37,9%
Técnico Administrativo	11,0%	0,4%	1,3%	13,5%	43,0%	30,8%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação aos setores responsáveis pela concessão de estágios, a Tabela 12 mostra que aproximadamente metade dos participantes avaliou o atendimento e funcionamento desses setores como bom ou muito. Importante destacar que, um número expressivo de estudantes e docentes não soube avaliar a questão.

Tabela 12 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação de estágios (coordenação de integração do serviço escola-empresa - CISEE)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	22,6%	4,6%	6,5%	17,1%	26,3%	22,9%
Docente	22,3%	7,2%	8,8%	14,4%	29,9%	17,4%
Técnico Administrativo	20,3%	4,3%	3,4%	21,6%	31,9%	18,5%

Fonte: Acervo da CPA.

O atendimento e funcionamento do setor técnico pedagógico das diversas unidades do IFTO foram avaliados pelos segmentos docente e discente e pode ser visualizado na Figura 12. Para aproximadamente 60% deles o atendimento e funcionamento deste setor é bom ou muito bom. Apenas 14% dos docentes consideram o atendimento e funcionamento do setor técnico pedagógico como ruim ou muito ruim.

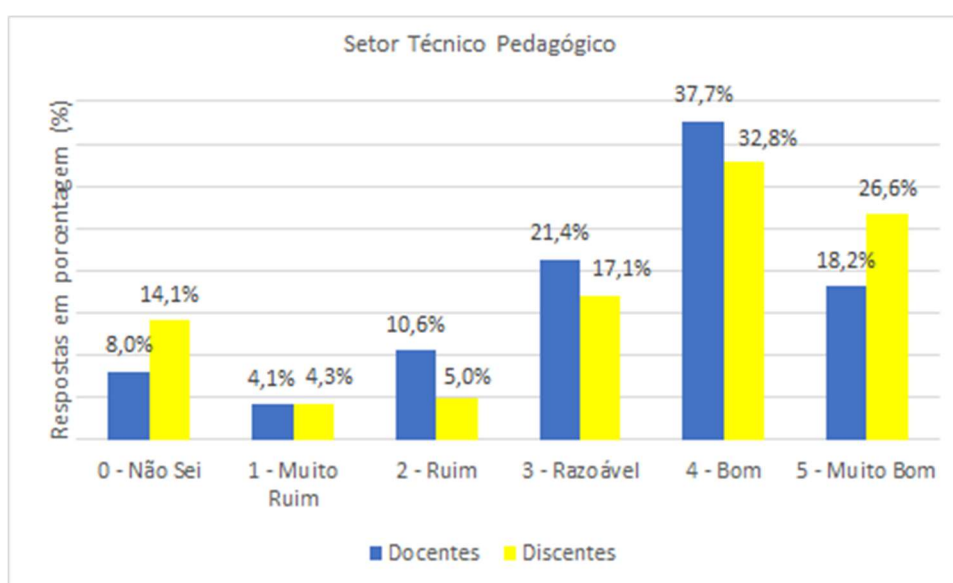


Figura 12 - Como você avalia o atendimento e funcionamento da Coordenação/Setor Técnico Pedagógico (COTEPE/SETEPE) ou Coordenação de Apoio ao Ensino (CAEN)?

Fonte: Acervo da CPA.

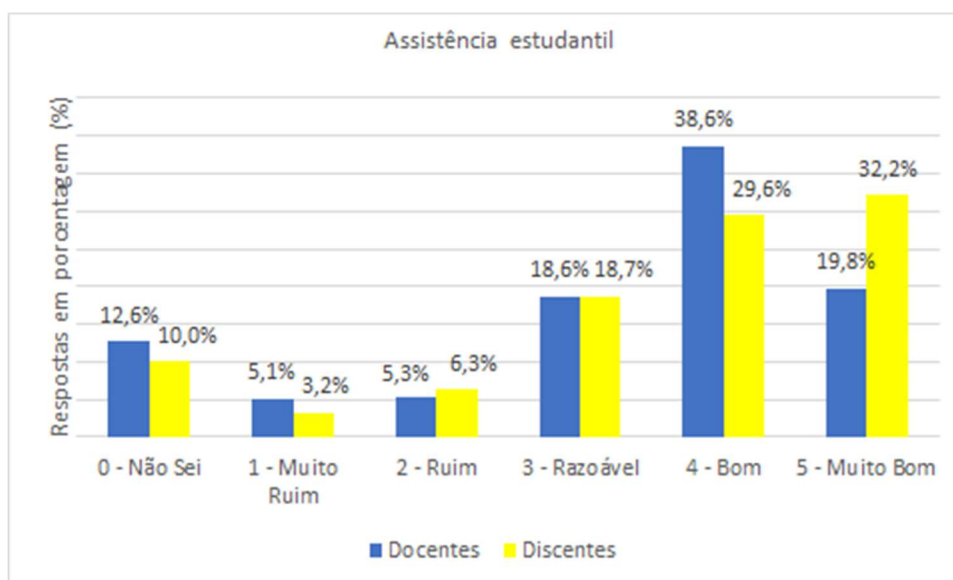
Em relação ao atendimento e funcionamento dos setores de saúde a análise geral está prejudicada porque nem todas as unidades dispõem desse serviço e por esta razão um grande número de servidores e alunos não soube responder a questão. Apesar disso, os dados da Tabela 13 mostram que mais de 40% dos participantes dos segmentos discente, docente e técnico administrativo avaliam o atendimento e funcionamento desse setor como bom ou muito bom.

Tabela 13 - Como você avalia o atendimento e funcionamento dos setores de saúde?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	16,51%	9,68%	9,76%	20,00%	23,89%	20,16%
Docente	22,92%	7,18%	9,72%	20,14%	27,31%	12,73%
Técnico Administrativo	18,2%	4,5%	6,4%	24,1%	29,1%	17,7%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação aos setores de assistência estudantil aproximadamente 58% e 62% dos segmentos docente e discente, respectivamente, avaliaram como bom ou muito bom, conforme Figura 13. Um percentual significativo de participantes afirmou não saber avaliar esse setor, o que pode ter prejudicado a avaliação, principalmente entre os servidores docentes.

**Figura 13 - Como você avalia o setor/comissão de assistência estudantil/CAE?**

Fonte: Acervo da CPA.

O atendimento à comunidade externa foi avaliado de forma geral por esse segmento e aproximadamente 85% dos participantes avaliam esse atendimento como bom ou muito bom e cerca de 13% consideram-no razoável.

Entre os setores mais utilizados no último ano pela comunidade externa estão os setores administrativos que incluem a secretaria escolar/cores, diretorias e coordenações administrativas. A grande maioria dos participantes desse segmento avaliou o atendimento (89%) e funcionamento (86%) desses setores como bons ou muito bons.

Alguns questionamentos relacionados à organização e gestão da Instituição foram direcionados somente ao segmento discente e segundo as respostas apresentadas por eles

aproximadamente 60% conhece o Projeto Pedagógico do Curso no qual está matriculado, enquanto 40% afirmou não conhecer.

Este desconhecimento pode estar relacionado à dificuldade de acesso a esse documento. Conforme resultados apresentados pelos estudantes, aproximadamente 22% não souberam avaliar a questão do acesso às informações sobre o PPC e somente 47% consideram o acesso bom ou muito bom. Cerca de 31% dos participantes desse segmento consideram o acesso às informações do PPC como muito ruim, ruim ou razoável.

4.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Em relação à sustentabilidade financeira do IFTO além das perguntas direcionadas aos três segmentos da comunidade interna, a CPA também analisou os documentos e informações que estão disponíveis a toda a comunidade no portal institucional, com o intuito de avaliar a política de captação de recursos, execução do orçamento, prestação de contas e divulgação do relatório de Gestão.

Após análise do orçamento de 2019 do IFTO, disponível no site institucional, observou-se que a gestão tem se preocupado em dar publicidade ao total de recursos disponibilizado pelo governo federal para a manutenção do ensino, pesquisa e extensão. Observou-se também que foi disponibilizado uma página interativa que permite visualizar de forma consolidada a execução orçamentária do IFTO. Contudo, a administração deixou de atualizar essa planilha interativa para disponibilizar, a cada dois meses, uma planilha no formato ‘.ods’ que permite visualizar, de forma detalhada, a execução de todas as despesas efetuadas pela Instituição. As principais despesas relativas ao funcionamento da Instituição podem ser visualizadas na Tabela 14.

Tabela 14 - Planilha de Execução Orçamentária dos recursos destinados ao funcionamento do IFTO, Ano 2019.

Descrição das Naturezas	Orçamento	Executado	%
Recursos Próprios - Fonte	800.577,43	630.531,62	1,06
Diárias Pessoal Civil	821.448,28	786.159,43	1,32
Auxílio Financeiro a Estudantes	8.712.554,00	6.706.611,54	11,30
Auxílio Financeiro a Pesquisador - APL –	178.600,00	209.619,24	0,35
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	785.147,55	720.196,06	1,21
Outros Materiais de Consumo	1.086.377,67	3.455.786,76	5,82
Passagens para o País	444.642,39	300.435,28	0,51
Diárias a Colabores Eventuais	5.500,00	33.707,60	0,06
Estagiários	187.997,00	397.592,32	0,67
Serviços de Seleção e Treinamento (GEEC)	156.000,00	855.886,19	1,44
Apoio Administrativo Técnico e Operacional	8.189.060,87	8.307.614,88	14,00
Limpeza e Conservação	5.558.414,17	5.413.536,60	9,12
Vigilância Ostensiva	5.917.164,05	5.095.563,97	8,59
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	398.542,00	953.986,89	1,61
Manutenção e Conservação de Maq. e	983.298,00	844.945,41	1,42
Manutenção e Conservação de Veículos	856.404,55	948.997,88	1,60
Fornecimento de Alimentação	16.564,00	11.241,41	0,02
Fornecimento de Energia Elétrica	4.663.128,00	4.618.731,86	7,78
Serviço de Água e Esgoto	690.058,00	600.747,75	1,01
Serviço de Comunicação em Geral	49.294,00	47.370,64	0,08
Serviço de Telecomunicações	273.212,00	193.793,64	0,33
Serviço de Cópias e Reproduções de Documentos	806.742,20	903.106,26	1,52
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160.798,76	197.966,92	0,33
Comunicação de Dados e Redes em Geral	1.244.846,32	951.612,68	1,60
Taxas	5.624,20	7.084,37	0,01
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública	17.992,10	3.848,00	0,01
Ressarcimento (Pró-qualificar)	189.073,00	13.019,63	0,02
Indenizações e Restituições	116.412,95	258.967,39	0,44
Serviços de Publicidade Legal	239.353,00	241.687,20	0,41
Contribuições para o PIS/PASEP	7.600,00	107.893,33	0,18
Obras e Instalações	2.060.923,00	1.471.957,30	2,48
Obras e Instalações	8.093.810,45	8.093.810,45	13,64
Outras despesas correntes	5.834.303,05	5.918.455,96	9,97
Total de recursos	59.612.054,50	59.333.161,06	100,00
Recurso não Executado em 2019	278.893,44		
Eficiência na execução	99,53%		

Fonte: Portal do IFTO.

De acordo com os dados da Tabela 14, as despesas com maiores percentuais de participação no orçamento são relativas ao pagamento de apoio administrativo técnico e operacional (14%), obras, instalações e equipamentos (13,6%), auxílio financeiro a estudantes, limpeza e conservação e vigilância ostensiva. Os recursos descritos em outras despesas diversas referem-se a outros recursos recebidos provenientes de emendas parlamentares, Termos de Execução Descentralizada – TED's e recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que visam atender ações específicas do governo. Além disso, também é possível verificar que 99,53% do orçamento foi empenhado pela Instituição.

Para aproximadamente 46% dos integrantes do segmento técnico administrativo, a captação e alocação de recursos nos diversos *campi*, é boa ou muito boa, enquanto aproximadamente 17% consideram essa política ruim ou muito ruim, conforme Figura 14. Entre os docentes, o percentual de aprovação é menor, cerca de 42% consideram a política de captação e alocação de recursos boa ou muito boa, enquanto 21% avaliaram como ruim ou muito ruim. O percentual de servidores que não souberam responder a questão também é significativo, cerca de 12% e 11% entre docentes e TAE's, respectivamente.

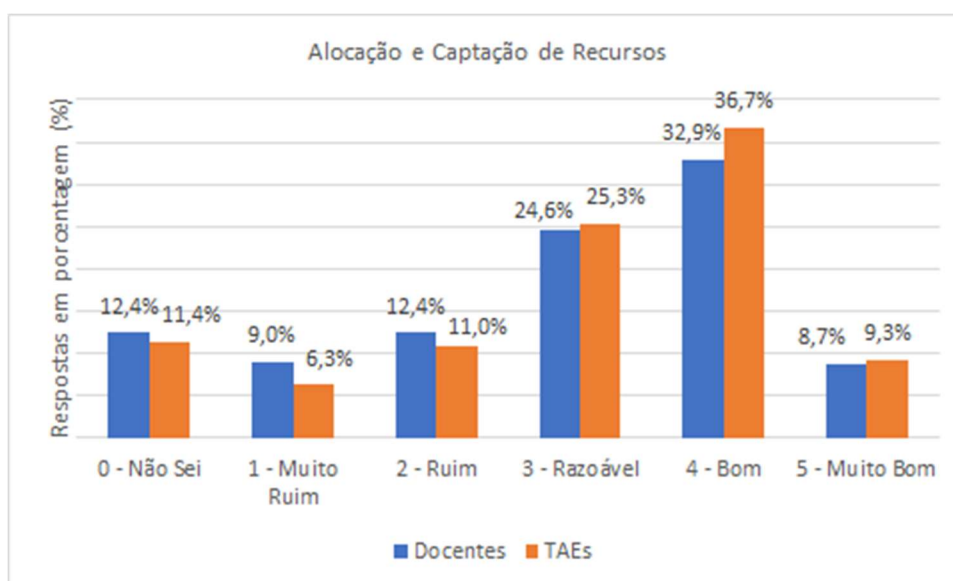


Figura 14 - Como você avalia a política de captação e alocação de recursos do seu *campus*?
Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à execução do orçamento pela equipe gestora, a Figura 15 mostra que a maioria dos participantes dos segmentos docente e TAE's consideram essa execução eficiente e avaliaram como boa ou muito boa. Contudo, cerca de 36% do segmento docente ainda acredita que ela precisa ser melhor, avaliando como razoável, ruim ou muito ruim.

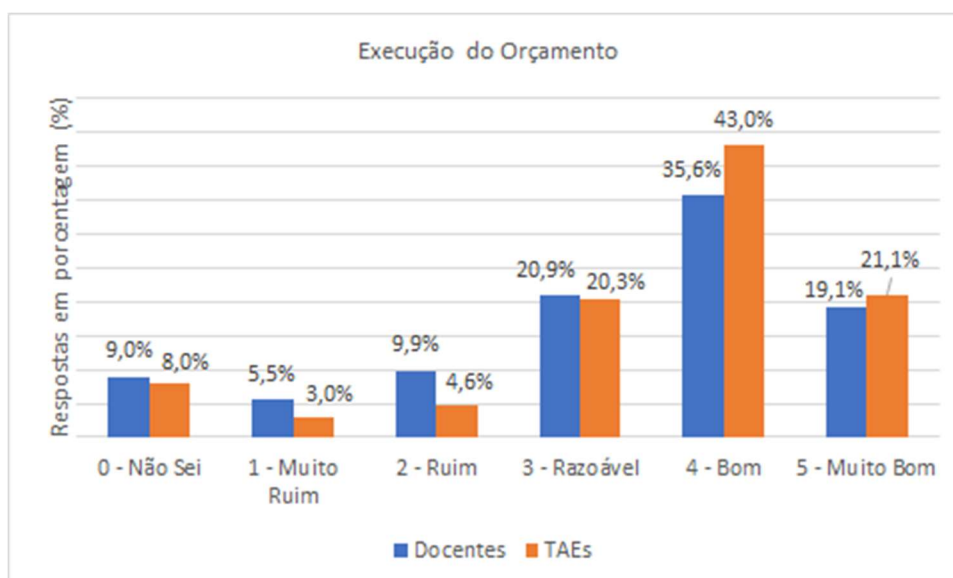


Figura 15 - Como você avalia a execução do orçamento pela equipe gestora do *campus*?
Fonte: Acervo da CPA.

Quanto à relação entre o PDI e a previsão orçamentária da Instituição, de acordo com a Figura 16, aproximadamente 35% dos docentes e 40% dos técnicos administrativos consideram-na boa ou muito boa, enquanto cerca de 44% (docentes) e 41% (TAEs) avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim. O percentual de servidores que afirmaram não saber responder a essa questão também é significativo, demonstrando a falta de conhecimento desses segmentos quanto ao assunto avaliado.

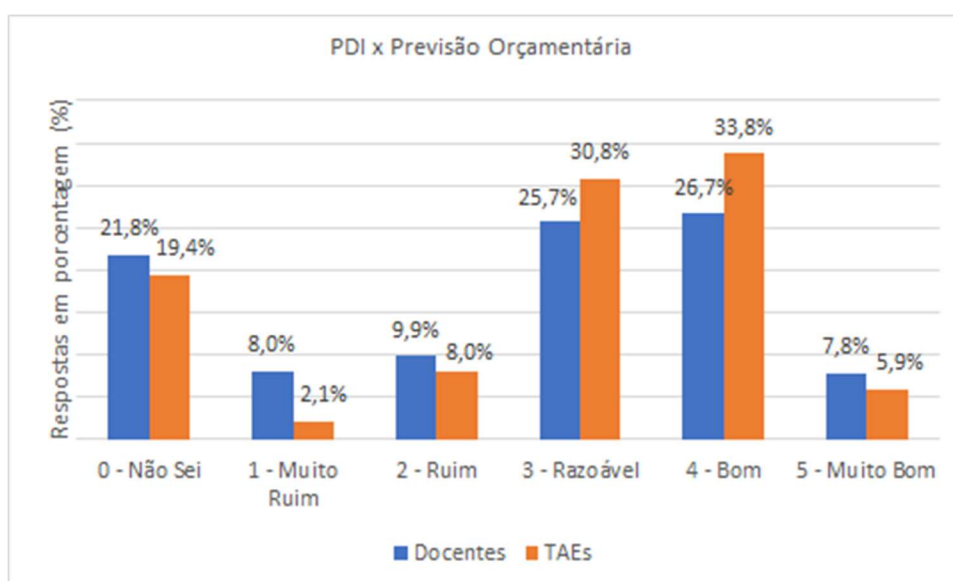


Figura 16 - Como você avalia a relação entre o PDI e a previsão orçamentária?
Fonte: Acervo da CPA.

A publicidade do orçamento e dos recursos financeiros aplicados nos *campi* também foi avaliada pelo segmento discente e, para 45% deles, ela é boa ou muito boa. Aproximadamente 24% consideram razoável, 22% avaliaram como ruim ou muito ruim e cerca de 9% dos estudantes não souberam avaliar a questão.

Em relação à prestação de contas da Direção Geral dos *campi*, a Figura 17 demonstra que a maioria dos servidores docentes e técnicos administrativos (58%) avaliaram como boa ou muito boa. Enquanto 32% dos docentes e 29% dos técnicos administrativos avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim.

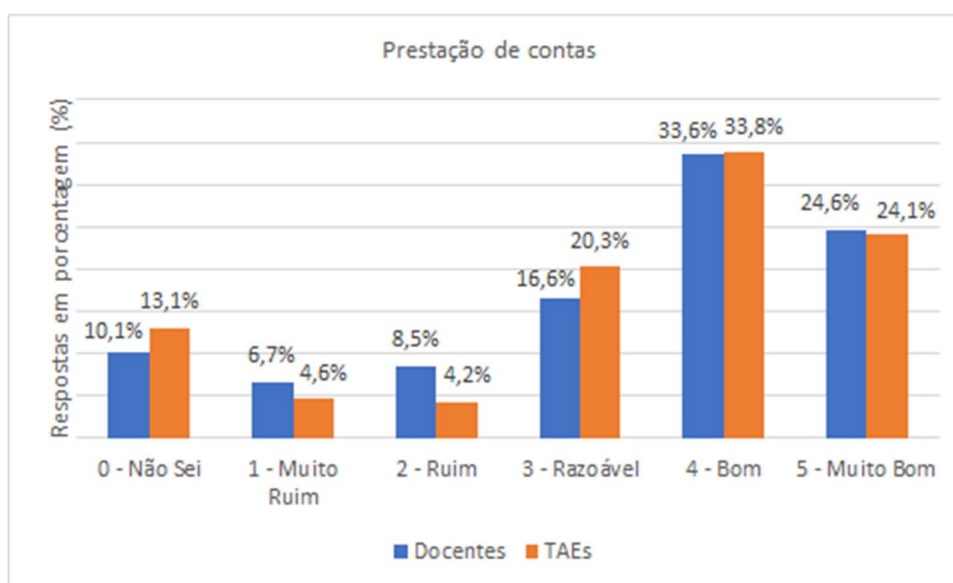


Figura 17 - Como você avalia a prestação de contas da Direção do *campus*?

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação ao Relatório de Gestão do IFTO, 45% dos participantes do segmento docente consideram a divulgação desse Relatório como boa ou muito boa, enquanto aproximadamente 43% consideram razoável, ruim ou muito ruim, conforme Figura 18. Entre os integrantes do segmento técnico administrativo a avaliação foi um pouco melhor. Aproximadamente 51% avaliaram a divulgação do Relatório como boa ou muito boa enquanto 39% avaliaram como razoável, ruim e muito ruim. O percentual de desconhecimento do assunto é maior entre os servidores docentes.

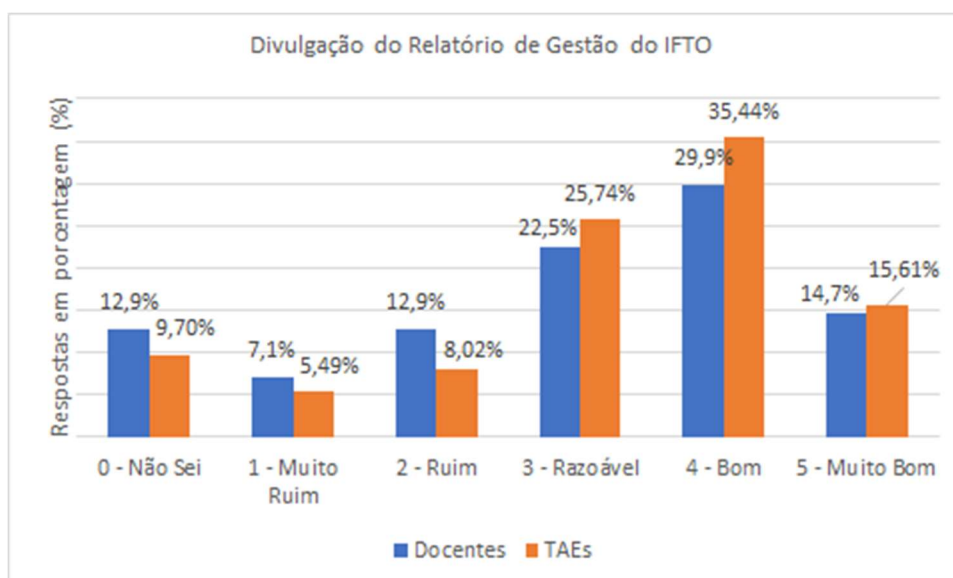


Figura 18 - Como você avalia os meios de divulgação do Relatório de Gestão do IFTO?
Fonte: Acervo da CPA.

Entre os integrantes do segmento discente, o acesso ao Relatório de Gestão também precisa ser melhor. Apenas 32% deles avaliaram o acesso na página oficial da Instituição como bom ou muito bom, 34% considera razoável, ruim ou muito ruim e 34% não souberam responder ao questionamento.

Essa dificuldade se reflete nas respostas ao questionamento seguinte, pois 68% deles afirmaram nunca ter acessado o Relatório de Gestão na página oficial da Instituição.

4.5 Eixo 5 - Infraestrutura física

4.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física

A infraestrutura física das unidades do IFTO foi avaliada pelos quatro segmentos da comunidade. Os participantes foram questionados quanto às condições físicas das salas de aula, banheiros, biblioteca, laboratórios, restaurante/refeitórios, lanchonete, auditórios, espaços de convivência, área de produção, bem como estacionamentos e vias de acesso.

Em relação às condições físicas das salas de aula que incluem a limpeza e conservação dos ambientes, quantidade e condições de uso das carteiras e qualidade da lousa foram questionados os segmentos discente, docente e técnico administrativo. Conforme Tabela 15, para a maioria dos participantes dos três segmentos as condições das salas de aula são boas ou muito boas.

Tabela 15 - Como você avalia as condições físicas das salas de aula (limpeza, conservação, carteiras, lousa)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	0,08%	1,81%	4,65%	12,61%	30,42%	50,43%
Docente	0,46%	2,76%	6,90%	19,31%	41,38%	29,20%
Técnico Administrativo	5,1%	1,7%	1,7%	13,9%	45,1%	32,5%

Fonte: Acervo da CPA.

A quantidade e a qualidade dos recursos didáticos pedagógicos e multi-meios disponibilizados para os docentes e para o atendimento dos estudantes foi avaliada somente pelos segmentos discente e docente. Para aproximadamente 70% dos estudantes a quantidade e a qualidade é boa ou muito boa, enquanto 29% considera razoável, ruim ou muito ruim. A maioria (55%) dos servidores docentes também concorda com essa avaliação, enquanto 41% considera razoável, ruim ou muito ruim, conforme Figura 19.

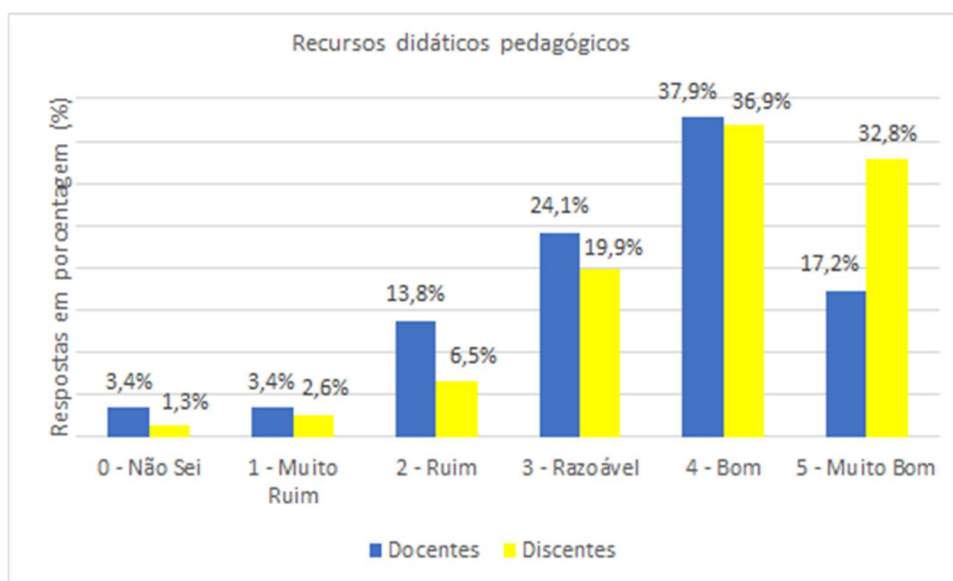


Figura 19 - Como você avalia a quantidade e a qualidade dos recursos didáticos, pedagógicos e multimeios disponibilizados?

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à infraestrutura da biblioteca, todos os segmentos foram questionados e, de acordo com os dados da Tabela 16, de forma geral um percentual acima de 70% avaliou como boa ou muito boa. O maior índice de desconhecimento foi verificado na comunidade externa e o maior percentual de insatisfação foi do segmento docente em que aproximadamente 26% dos participantes consideram a infraestrutura da biblioteca razoável, ruim ou muito ruim.

Tabela 16 - Como você avalia a infraestrutura da biblioteca?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	12,3%	0%	2,5%	12,3%	24,7%	48,1%
Discente	0,3%	2%	4,8%	13,4%	29,9%	49,6%
Docente	0,7%	1,8%	4,4%	19,5%	39,8%	33,8%
Técnico Administrativo	6,3%	0,4%	2,1%	11,8%	45,6%	33,8%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à conservação, quantidade, organização e modernização dos laboratórios da instituição, a Tabela 17 demonstra que em todos os segmentos um percentual próximo a 60% considera esses ambientes bom ou muito bom.

Tabela 17 - Como você avalia os laboratórios (quantidade de laboratórios, conservação, organização e modernização, materiais e equipamentos)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	15,9%	0%	3,7%	20,7%	23,2%	36,6%
Discente	1,2%	4,6%	8%	21,8%	31,4%	32,9%
Docente	11,1%	0%	5,6%	27,8%	44,4%	11,1%
Técnico Administrativo	14,8%	2,5%	2,1%	18,2%	45,3%	16,9%

Fonte: Acervo da CPA.

Os espaços de convivência dos *campi* também foram avaliados por toda a comunidade. A quantidade, limpeza e conservação desses espaços foram avaliadas pela comunidade externa e segmento discente e, de acordo com a Figura 20, o percentual de aprovação desses dois segmentos é superior a 60%. Contudo, aproximadamente 31% deles consideram esses espaços razoável, ruim ou muito ruim.

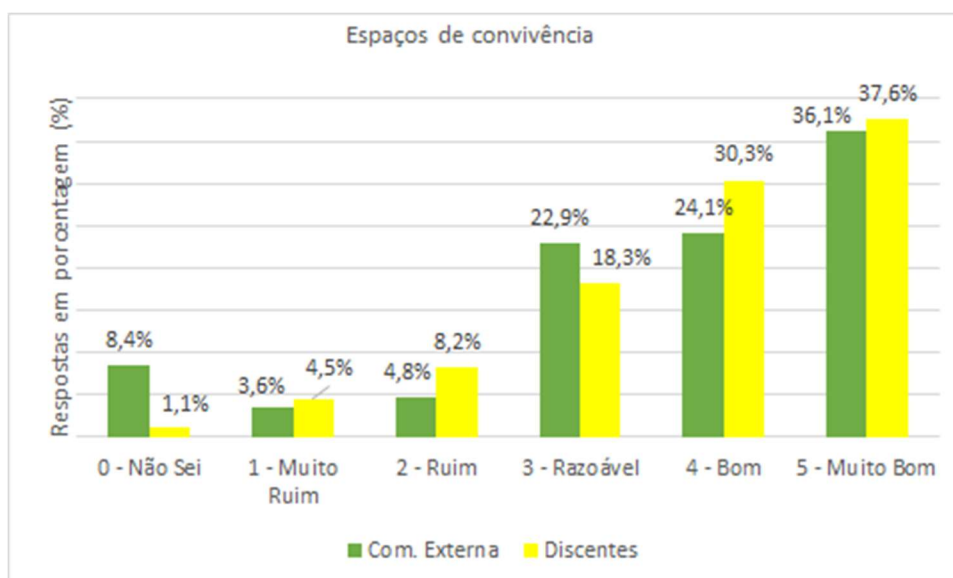


Figura 20 - Como você avalia os espaços de convivência no *campus* (quantidade, limpeza e conservação)?

Fonte: Acervo da CPA.

Os segmentos docentes e técnico administrativo tiveram a oportunidade de avaliar os espaços de convivência dos servidores. Conforme Figura 21, apenas 37% dos participantes consideram os espaços de convivência dos servidores bom ou muito bom. Cerca de 59% deles avalia os espaços como razoável, ruim ou muito ruim.

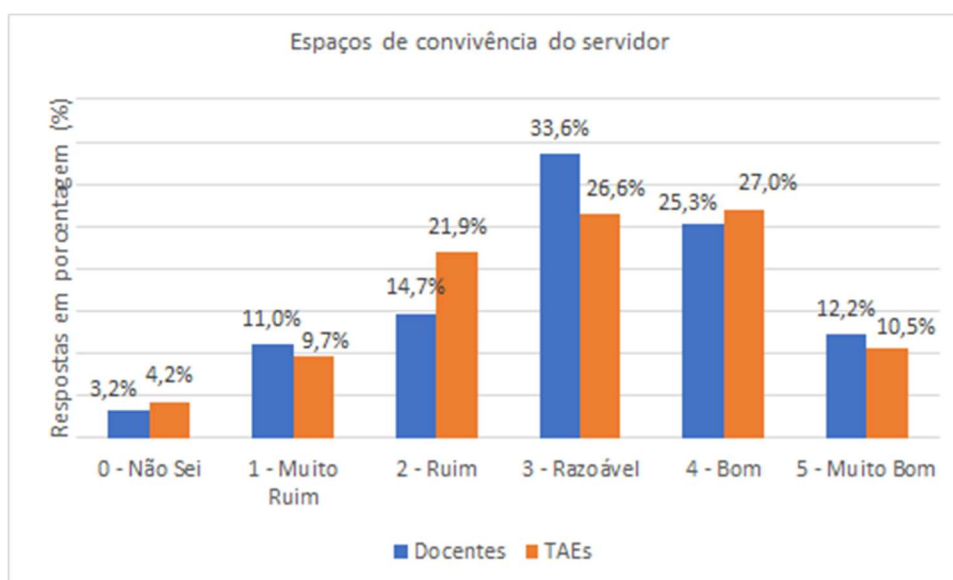


Figura 21 - Como você avalia os espaços de convivência dos servidores?

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à quantidade e a qualidade dos banheiros, a Tabela 18 demonstra que maioria da comunidade avalia como bom ou muito bom, embora um percentual significativo do segmento docente (47%) avalie os banheiros da instituição como razoável, ruim ou muito ruim.

Tabela 18 - Como você avalia a quantidade e a qualidade dos banheiros?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	9,8%	1,2%	8,5%	24,4%	20,7%	35,4%
Discente	0,9%	5,7%	9,5%	19,9%	28,7%	35,2%
Docente	0,7%	8,3%	14,3%	23,9%	34,5%	18,4%
Técnico Administrativo	1,27%	5,49%	9,28%	24,47%	37,13%	22,36%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à lanchonete foram questionados os três segmentos da comunidade interna. A Tabela 19 mostra que a melhor avaliação foi do segmento discente, 44% avalia como bom ou muito bom as lanchonetes que atendem a Instituição. No entanto, mais da metade dos participantes dos segmentos docente e técnico administrativo avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim.

Tabela 19 - Como você avalia a lanchonete?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	10%	12,9%	12,1%	20,9%	22%	22%
Docente	11,2%	13,0%	14,7%	28,4%	24,2%	8,6%
Técnico Administrativo	16,59%	10,92%	11,79%	29,26%	24,89%	6,55%

Fonte: Acervo da CPA.

O refeitório e/ou restaurante das unidades também foram avaliados pelos três segmentos da comunidade escolar. Conforme demonstrado na Tabela 20, aproximadamente 27% dos participantes do segmento docente avaliaram os ambientes como bom ou muito bom e 40% avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim. Destaque-se que, um percentual significativo desse segmento (32,5%), não soube avaliar essa questão.

Para o segmento técnico administrativo, entretanto, apenas 30% avalia o refeitório e/ou restaurante acadêmico como bom ou muito bom e 41% avalia como razoável, ruim ou muito ruim. O percentual de técnicos que não soube avaliar a questão também é significativo.

Tabela 20 - Como você avalia o refeitório/restaurante acadêmico da Instituição?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Discente	19,8%	13,7%	11,1%	17,7%	19,6%	18,1%
Docente	32,5%	8,9%	11,3%	20,2%	20,0%	7,1%
Técnico Administrativo	28,5%	11,1%	8,2%	21,7%	20,3%	10,1%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação à acessibilidade ao *campus* de pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, na Tabela 21 observa-se que a maioria (57%) dos participantes da comunidade externa e do segmento discente avalia como boa ou muito boa. Para os segmentos docentes e técnicos administrativos esse percentual é menor, e mais de 50% avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim.

Tabela 21 - Como você avalia a acessibilidade ao *campus* de pessoas com necessidade específicas ou com mobilidade reduzida (mobiliário, equipamentos, vias de acesso, etc)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	7,1%	4,7%	4,7%	25,9%	23,5%	34,1%
Discente	3,5%	6%	10,9%	22,5%	27,5%	29,6%
Docente	2,3%	9,7%	15,6%	29,9%	32,2%	10,3%
Técnico Administrativo	2,1%	5,5%	11%	32,1%	40,1%	9,3%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação às áreas de lazer e os ambientes destinados a atividades desportivas do *campus*, aproximadamente 60% dos participantes da comunidade externa e do segmento discente avaliam como boa ou muito boa. Para os segmentos docentes e técnicos administrativos esse percentual é pouco maior que 40%, e mais de 50% dos docentes avaliaram como razoável, ruim ou muito ruim, conforme Tabela 22.

Tabela 22 - Como você avalia as áreas de lazer e os ambientes destinados a atividades desportivas do *campus* (conservação, iluminação e modernização)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	8,2%	3,5%	5,9%	22,4%	34,1%	25,9%
Discente	4,2%	6,3%	9,5%	21,8%	30,3%	27,9%
Docente	5,7%	9%	14,9%	28,3%	29%	13,1%
Técnico Administrativo	8%	5,9%	11,4%	30,4%	34,2%	10,1%

Fonte: Acervo da CPA.

Em relação ao estacionamento e às vias de acesso ao *campus*, a maioria da comunidade avalia que é bom ou muito bom. Contudo, observa-se na Tabela 23 que o maior índice de insatisfação é do segmento docente, aproximadamente 48% dos participantes avaliam o estacionamento e as vias de acesso do *campus* como razoável, ruim ou muito ruim.

Tabela 23 - Como você avalia o estacionamento e as vias de acesso ao *campus* (calçadas, acostamentos, sinalização entre outros)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	3,5%	3,5%	9,4%	29,4%	22,4%	31,8%
Discente	3,9%	8,3%	9,3%	20,1%	28,8%	29,7%
Docente	1,6%	7,8%	13,6%	26,4%	31,7%	18,9%
Técnico Administrativo	3,8%	7,6%	8%	29,5%	38%	13,1%

Fonte: Acervo da CPA.

A comunidade externa também teve a oportunidade de avaliar a infraestrutura dos auditórios, da secretaria acadêmica, do complexo esportivo e das áreas de produção. Aproximadamente 63% desse segmento avalia a infraestrutura dos auditórios das diversas unidades como bom ou muito bom, enquanto 28% avaliam como razoável, ruim ou muito ruim e quase 10% não souberam responder.

A infraestrutura da secretaria acadêmica é considerada boa e muito boa por quase 69% dos participantes, enquanto 21% avaliam como razoável, ruim ou muito ruim e 11% não souberam responder.

Quanto ao complexo poliesportivo e as áreas de produção mais de 60% avaliam a infraestrutura como boa ou muito boa. Aproximadamente 28% consideram a infraestrutura do complexo esportivo razoável, ruim ou muito ruim e 11% não souberam responder. Nas áreas de

produção o percentual de insatisfação entre a comunidade externa é menor, cerca de 21% avalia como razoável, ruim ou muito ruim e aproximadamente 15% não souberam responder.

Em relação à infraestrutura geral do *campus*, no que se refere a conservação, iluminação e paisagismo, a Tabela 24 demonstra que a maioria dos participantes dos quatro segmentos avalia como bom ou muito bom. Contudo, o percentual de docentes que avaliam a infraestrutura geral do *campus* como razoável, ruim ou muito ruim ainda é significativo, cerca de 42%.

Tabela 24 - Como você avalia, em geral, a infraestrutura do *campus* (conservação, iluminação e paisagismo)?

Segmentos	Não sei	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Comunidade Externa	4,7%	2,4%	9,4%	20%	34,1%	29,4%
Discente	0,2%	2,3%	7,4%	18,8%	35,3%	36%
Docente	0,7%	2,8%	9,2%	29,7%	39,5%	18,2%
Técnico Administrativo	1,7%	1,3%	6,3%	25,3%	43,9%	21,5%

Fonte: Acervo da CPA.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Os dados apresentados no capítulo 4 possibilitam a análise e verificação dos avanços e desafios a serem enfrentados pela Instituição no que se refere ao planejamento e avaliação, missão e PDI, responsabilidade social da instituição, comunicação com a sociedade, políticas de pessoal, organização e gestão, sustentabilidade financeira e infraestrutura da Instituição.

5.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

5.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Avanços

Inicialmente, pode-se afirmar que alcançamos um grande avanço no maior envolvimento da comunidade e participação dos integrantes dos segmentos discente, docente e técnico administrativo. Apesar das dificuldades quanto ao período em que o formulário de autoavaliação esteve disponibilizado para preenchimento, observou-se que os membros do segmento discente estão mais atuantes nas atividades da CPA.

No que se refere à participação da comunidade externa, percebe-se um grande avanço nessa iniciativa. Enquanto a comissão preocupou-se em elaborar um questionário sucinto e resumido, alguns participantes pontuaram a ausência de perguntas para a avaliação dos professores. Essa disposição deve ser valorizada de forma que a comissão reavalie os próximos questionários a serem disponibilizados à comunidade externa.

Desafios

O envolvimento dos integrantes do segmento discente no processo de autoavaliação é um desafio a ser superado pela Instituição. Enquanto, observou-se a maior participação discente nas discussões da CPA, os dados demonstraram que houve uma redução na participação desse segmento.

Importante ressaltar que, essa menor participação pode ter sido ocasionada pela escolha do período de disponibilização do formulário de autoavaliação que coincidiu com o período de avaliação e resultados finais do ano letivo de 2019. Além disso, as limitações quanto à infraestrutura de algumas unidades e a pouca disponibilidade de computadores para que os

discentes pudessem participar da autoavaliação também prejudicaram o melhor envolvimento desse segmento.

5.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

5.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

Avanços

Em relação aos dados coletados para análise dessa dimensão observa-se como grande avanço o melhor planejamento e acompanhamento das ações para o alcance dos indicadores previstos. O resultado da autoavaliação institucional foi tema de reunião em várias unidades do IFTO e teve como objetivo sensibilizar a comunidade para a importância da CPA e da participação dos diversos segmentos no processo de autoavaliação.

Além disso, durante todo o ano de 2019, a gestão administrativa da Instituição buscou envolver a comunidade por meio de uma metodologia participativa no processo de elaboração do novo PDI que tem vigência no período de 2020 a 2024. Entre os documentos que nortearam a construção dele está o resultado da Autoavaliação Institucional.

Desafios

Apesar de todas as estratégias utilizadas na construção do novo PDI, de acordo com os dados coletados, o maior envolvimento da comunidade na elaboração do PDI ainda é um desafio. Acredita-se que a atuação dos representantes dos diversos órgãos colegiados, como o Consup, Codir e CPA, como agentes mobilizadores, deve promover a discussão permanente desses documentos institucionais, permitindo o maior envolvimento e conhecimento da comunidade a respeito desses documentos.

Além disso, com essa ação será possível promover a divulgação desses documentos para que um maior percentual da comunidade tenha conhecimento da missão e do PDI institucional.

5.2.2 Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição

Avanços

A avaliação da comunidade interna quanto à contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social do Tocantins cresceu em relação ao primeiro relatório da autoavaliação, ano base 2018.

De forma geral, avanços foram alcançados nessa dimensão, já que a maioria da comunidade externa, dos discentes, docentes e TAEs consideram boa ou muito boa a interação

do IFTO com a comunidade e suas ações voltadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade social.

Desafios

Um percentual significativo de servidores ainda avalia a contribuição do IFTO para o desenvolvimento econômico e social do Tocantins como razoável, ruim ou muito ruim. Assim como outras questões relacionadas à responsabilidade social da Instituição. Infelizmente, pelo modo como a pergunta foi elaborada, não foi possível compreender em que ponto esse segmento considera razoável, ruim ou muito ruim as contribuições do IFTO para o desenvolvimento econômico e social das cidades do Tocantins. Recomenda-se que nos próximos questionários as perguntas avaliadas nessa escala estejam vinculadas a uma justificativa que permita ao avaliador apontar as fragilidades identificadas.

5.3 Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

5.3.1 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Avanços

O envolvimento de servidores, membros da comunidade acadêmica e da comunidade externa em comissões e órgãos colegiados têm permitido a participação de diferentes atores da sociedade em oficinas, palestras, processos seletivos e demais eventos realizados na instituição.

Outro grande avanço se deu em virtude do apoio e fomento a projetos de Arranjos Produtivos Locais - APLs, relacionados à cultura, oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada – FICs e organização e realização de eventos de ensino, pesquisa e extensão que beneficiaram cerca de 7.600 pessoas da comunidade externa, conforme divulgado no Relatório de Gestão de 2019.

As diferentes estratégias de comunicação em espaços públicos, páginas de redes sociais, websites, blogs, entre outros, e a realização de eventos de valorização e preservação da vida, valorização da diversidade étnico-racial, promoção e interação entre os diferentes atores da sociedade tem sido canais de divulgação e promoção das atividades desenvolvidas no IFTO.

Todas essas ações permitiram que a comunicação do IFTO com a comunidade externa fosse bem avaliada pelos participantes da pesquisa. A grande maioria tem uma visão positiva do IFTO e considera o relacionamento entre IFTO e comunidade externa como muito bom.

Desafios

Apesar de todo esse esforço, uma parcela da sociedade ainda tem dificuldades com a comunicação do IFTO. Persiste a necessidade de uma equipe de servidores preparada para

prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da instituição, dos cursos, das disciplinas e dos horários de aulas, da finalidade e do funcionamento dos setores de prestação de serviços, como o de ouvidoria.

A dificuldade para acesso às informações disponíveis no site institucional também tem sido alvo de reclamações e demandas da comunidade, exigindo da Instituição uma constante análise e revisão das informações constantes no portal Institucional.

5.4 EIXO 4 - Políticas de Gestão

5.4.1 Dimensão 5 - Políticas de pessoal e carreira

Avanços

As políticas de pessoal e carreira têm sido executadas com um orçamento restrito conforme pode ser visualizado no capítulo 4. Entretanto, apesar disso, as diversas ações realizadas para o alcance das metas estabelecidas no PDI, como o índice de qualificação dos servidores, obtiveram sucesso. Mais uma vez o IFTO superou as expectativas elevando os índices de qualificação dos servidores docentes e técnicos para 3,8 e 1,86, respectivamente.

Desafios

Entre os desafios verificados no atendimento dessa dimensão está o orçamento destinado à capacitação de pessoal, conforme demonstrado, esse recurso foi considerado insuficiente pela grande maioria dos participantes.

Além disso, a maioria deles também não está satisfeita com a política de capacitação e qualificação adotada pela Instituição. Sugere-se que, ao planejar as ações de capacitação dos servidores, o setor de gestão de pessoas realize uma consulta à comunidade, buscando mapear os cursos e qualificações demandados por esses segmentos a fim de atender as reais necessidades da instituição.

Outro desafio observado na análise dos dados está relacionado às estratégias utilizadas até o momento para promover a integração dos servidores nos *campi*. Percebe-se que as ações realizadas até o momento não foram suficientes para elevar o nível de integração e tampouco melhorar as relações interpessoais nas unidades.

5.4.2 Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição

Avanços

Um grande avanço observado na análise desta dimensão está relacionado à aprovação da comunidade quanto à atuação das equipes gestoras dos *campi*. Essa avaliação permite inferir que

a comunidade interna conseguiu estabelecer um canal de comunicação a fim de que suas demandas sejam atendidas.

Em relação à atuação dos coordenadores de cursos, tanto o segmento docente quanto o discente reconhecem que a instituição tem avançado nessa questão. Os servidores designados para essa função têm o importante papel de aproximar docentes e discentes, levando as informações institucionais e trazendo as demandas da comunidade. Portanto, a aprovação dos coordenadores de curso pela maioria dos participantes desses segmentos pode indicar que esse é canal de comunicação entre a comunidade e a instituição.

Quanto ao atendimento e funcionamento dos diversos setores da instituição deve-se considerar como avanço os resultados das avaliações da biblioteca, dos laboratórios, dos setores de gestão de pessoas, das secretarias acadêmicas e/ou coordenação de registros escolares, dos setores técnicos pedagógicos e setores de assistência estudantil. Todos eles foram bem avaliados pela comunidade externa e demais segmentos da comunidade interna.

Desafios

A maioria dos participantes dos segmentos docente e técnico administrativo ainda não aprovam a atuação da reitoria, pró-reitorias e dos órgãos colegiados Consup e Codir. Em virtude do modelo de formulário adotado não é possível conhecer o motivo desta nota. Contudo sugere-se que, nas próximas autoavaliações, as perguntas avaliadas nessa escala estejam vinculadas a uma justificativa onde será possível conhecer as fragilidades identificadas por esses avaliadores.

Em relação aos desafios observados nas avaliações do atendimento e funcionamento dos diversos setores da instituição cita-se a necessidade de maior divulgação das atividades dos setores responsáveis pela concessão de estágios, pois uma parcela relativamente alta da comunidade não soube avaliar esse setor. Além disso, observou-se também como desafio a necessidade de melhoria do atendimento e funcionamento dos setores de saúde.

Ainda relacionado a essa dimensão, esta comissão observou que um grande número de estudantes afirmou não conhecer o Projeto Pedagógico do Curso em que está matriculado. Esse desafio pode ser superado incluindo no calendário acadêmico um período para que as coordenações de curso apresentem o Projeto Pedagógico do Curso para os discentes que estão ingressando na instituição.

5.4.3 Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira

Avanços

Os avanços em relação à sustentabilidade financeira da Instituição se dão principalmente na capacidade da equipe gestora em executar o orçamento e realizar a prestação de contas.

Nestes pontos, a avaliação da maioria dos participantes dos segmentos docente e técnico administrativo foi positiva.

Além disso, apesar de alguns servidores afirmarem não saber avaliar essa questão, a CPA observou que as informações pertinentes a orçamento e execução financeira estão disponíveis no site institucional e permitem a qualquer membro da comunidade interna e externa avaliar as despesas e alocação de recursos do IFTO.

A publicidade das informações orçamentárias e financeiras de toda a Instituição, bem como de suas diversas unidades, é um grande avanço no caminho para o esclarecimento da comunidade. Esse conhecimento é capaz de produzir o sentimento de pertencimento e de responsabilidade para acompanhar e fiscalizar as ações da administração.

Desafios

Os desafios encontrados nesta dimensão são de ordem política e econômica e foram motivados principalmente pelo ambiente político instável que o país tem enfrentado. Além disso, as mudanças de diretrizes em relação à educação e o contingenciamento de recursos são os principais obstáculos encontrados pela Instituição, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2019 do IFTO.

Quanto à política de captação e alocação de recursos, para os segmentos docente e técnico administrativo, ela deve ser melhor e este é um grande desafio pois exige da própria comunidade o envolvimento em ações de planejamento, parcerias e projetos institucionais.

Da análise dos dados percebe-se que uma parcela importante da comunidade interna desconhece a prestação de contas da direção-geral e afirmou não saber avaliar o tema. Uma parcela ainda maior de servidores também não soube avaliar a relação entre o PDI e a previsão orçamentária da instituição. Isso demanda da equipe gestora estratégias de divulgação dos mecanismos de planejamento utilizados pela administração pública. Entre as ações que podem ser realizadas sugere-se a inclusão desses temas nos encontros pedagógicos realizados todos os anos que envolvem, principalmente, o segmento docente, cujo percentual de desconhecimento é maior.

Muitos servidores e estudantes também consideraram que a divulgação do Relatório de Gestão precisa ser melhor. Sugere-se que, esse relatório seja divulgado com mais ênfase nos canais de comunicação oficial e quando possível encaminhado ao e-mail institucional de cada servidor, assim como a prestação de contas da Direção-Geral em cada *campus*.

5.5 Eixo 5 - Infraestrutura Física

5.5.1 Dimensão 7 - Infraestrutura

Avanços

Em relação à infraestrutura, percebe-se que a instituição avançou na ampliação e melhoria da infraestrutura das salas de aula, biblioteca, laboratórios, banheiros, restaurante/refeitórios, lanchonete, áreas de produção, bem como estacionamentos e vias de acesso que, conforme dados coletados é satisfatória para a maioria dos participantes da autoavaliação. Além disso, também foi bem avaliada a infraestrutura geral do *campus*, no que se refere à conservação, iluminação e paisagismo.

A construção do auditório do *campus* Porto Nacional e do refeitório com restaurante universitário no *campus* Dianópolis, é outro avanço que trará muitos benefícios para toda a comunidade escolar. Além disso, com exceção dos *campi* Araguatins e Porto Nacional, todos os projetos de combate a incêndio das unidades do IFTO, foram executados e aprovados pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins, nos anos de 2019 e 2020.

Outros espaços como auditórios, secretaria acadêmica, espaços de convivência, complexo poliesportivo e áreas de produção também foram bem avaliados pelos membros da comunidade externa.

As questões relativas à quantidade e qualidade dos recursos didáticos pedagógicos, materiais e equipamentos de laboratórios também apresentaram uma boa avaliação pela maioria dos segmentos.

Assim, de forma geral, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição em 2019, observa-se, da análise dos dados, que os quatro segmentos estão satisfeitos com a infraestrutura básica disponibilizada para o atendimento da comunidade.

Desafios

Entre os desafios observados em relação à infraestrutura estão o refeitório e/ou restaurante acadêmico, lanchonete, os espaços de convivência dos servidores e as áreas de lazer e ambientes destinados a atividades desportivas dos *campi*.

Em relação aos mobiliários e equipamentos um percentual significativo do segmento docente avalia que a quantidade e qualidade dos recursos didáticos disponíveis para a preparação e ministração das aulas precisa ser melhor e, nos laboratórios, um percentual relativamente alto de servidores técnicos administrativos também consideram que devem ser melhores a conservação, quantidade, organização e modernização dos materiais e equipamentos desses ambientes.

Outros desafios a serem superados pela administração, ainda relacionado à infraestrutura, são a aprovação dos projetos de combate a incêndio dos *campi* Araguatins e Porto Nacional e a superação das dificuldades com a acessibilidade ao *campus* de pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida. Conforme dados coletados junto aos servidores do IFTO essa acessibilidade precisa ser melhor, o que também foi comprovado no Relatório de Gestão, onde consta que o Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO continua abaixo da meta estipulada para 2019.

6 PLANO DE AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Quadro 1 - Plano de ações sugeridas pela CPA.

Eixos	Dimensões	Ações recomendadas
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	I – Evitar realizar a autoavaliação institucional no período de encerramento de semestre ou ano letivo; II - Desenvolver ações juntos aos representantes de estudantes para esclarecer a importância dos processos de autoavaliação, bem com dar publicidade ao papel e ações desenvolvidas pela CPA para fins de ampliação da participação discente neste processo; III - Disponibilizar no período da autoavaliação institucional ambientes com computadores para ampliar a participação da comunidade.
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	I – Requerer dos representantes de cada segmento nos órgãos colegiados do IFTO a maior discussão dos documentos institucionais junto aos seus representantes, permitindo o maior envolvimento e conhecimento da comunidade a respeito desses documentos; II – Dar destaque à missão da Instituição e ao PDI no portal Institucional e no portal de suas Unidades, III – Inserir nos editais de seleção de estudantes e professores substitutos a missão e o endereço eletrônico para acesso fácil ao PDI; IV – Apresentar aos discentes na aula inaugural no início de cada semestre letivo, a missão e o PDI; V – Apresentar aos pais e responsáveis a missão e o PDI nas reuniões previstas em calendário acadêmico.
	Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição	I – Reformular o formulário de autoavaliação, de modo que as questões avaliadas como razoável, ruim ou muito ruim, sejam vinculadas a uma justificativa para que o participante possa apontar as fragilidades identificadas em uma determinada questão.
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	I – Atualizar e modernizar continuamente o portal da instituição objetivando facilitar o acesso às informações disponíveis no site institucional.
EIXO 4 - Políticas	Dimensão 5 - Políticas de pessoal	I – Elaborar um calendário anual de ações voltadas à integração e ao convívio entre os

de Gestão	e carreira	servidores; II – Desenvolver uma ferramenta para o mapeamento dos cursos de qualificações demandados pelos docentes e técnicos administrativos a fim de atender as reais necessidades da instituição.
	Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição	I – Constar no calendário escolar acadêmico período específico para que os representantes da comunidade nos órgãos colegiados da instituição, possam dar publicidade a atuação da reitoria, pró-reitorias e os órgãos colegiados do Consup e Codir. II – Constar em calendário acadêmico um período para que as coordenações de curso possam apresentar o Projeto Pedagógico do Curso para discentes que estão ingressando na instituição.
	Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira	I – Envolver a comunidade em ações de planejamento, parcerias e projetos institucionais para a captação e alocação de recursos. II – Dar mais publicidade a comunidade sobre prestação de contas e previsão orçamentária da direção geral das unidades; III – Apresentar a comunidade o relatório anual de gestão, dando mais ênfase nos canais de comunicação oficial e quando possível encaminhado ao e-mail institucional de cada servidor, assim como a prestação de contas da Direção Geral em cada campus.
EIXO 5 - Infraestrutura Física	Dimensão 7 - Infraestrutura	I - Modernizar e ampliar o refeitório e/ou restaurante acadêmico, lanchonete, os espaços de convivência dos servidores e as áreas de lazer e ambientes destinados a atividades desportivas dos campi. II – Ampliar e modernizar os recursos didáticos disponíveis para a preparação e ministração das aulas nos laboratórios e salas de aulas e o mobiliário em ambientes administrativos. III – Ampliar os espaços e ambientes para permitir a acessibilidade de pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida. IV – Avaliar juntamente com servidores docentes e técnicos de laboratórios os ambientes, materiais, insumos e equipamentos que precisam adquiridos a fim de melhorar a infraestrutura desses ambientes. V - Elaborar e aprovar os projetos de combate a incêndio dos <i>campi</i> Araguatins e Porto Nacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2020**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Relatório de gestão – Exercício 2019**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Orçamento 2019 do IFTO**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proad/orcamento/orcamento-2019-ifto/view>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Execução Orçamentária e Financeira**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proad/execucao-orcamentaria-e-financeira>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior>. Acesso em: 30 mar. 2021.